

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-graduação em Preservação e Gestão do
Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde

LUCIANE SIMÕES MEDEIROS

A COLEÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL: arquivo e memória institucional, 1911-1996

RIO DE JANEIRO

2022

LUCIANE SIMÕES MEDEIROS

A COLEÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL: arquivo e memória institucional, 1911-1996

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Luciana Quillet Heymann

Rio de Janeiro

2022

LUCIANE SIMÕES MEDEIROS

A COLEÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL: arquivo e memória institucional, 1911-1996

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Luciana Quillet Heymann (Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz) –
Orientador

Prof. Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos (Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Prof. Dr. Vitor Manoel Marques da Fonseca (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense)

Suplentes:

Prof. Dra. Aline Lopes Lacerda (Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Prof. Dr. João Marcus Figueiredo de Assis (Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

Rio de Janeiro
2022

Rio de Janeiro

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

M488b Medeiros, Luciane Simões.

A Coleção Biblioteca Nacional: arquivo e memória institucional, 1911-1996 / Luciane Simões Medeiros. – Rio de Janeiro, 2022.

105 f. : il. color.

Orientadora: Luciana Quillet Heymann.

Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz.

Bibliografia: f. 98-104.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Rede de Bibliotecas da Fiocruz com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Responsável pela Ficha Catalográfica: Marise Terra - CRB-6-351

Para Lila, que chegou agora
Giovanna, que sempre esteve aqui
E Duda, que agora mora dentro da gente

AGRADECIMENTOS

Na Fundação Biblioteca Nacional, que tratamos afetuosamente como casa, deixo meu profundo agradecimento aos companheiros da Seção de Manuscritos, Ana Lúcia Merege, Daniele de Almeida Simas, Frederico de Oliveira Ragazzi, Lucia Helena Vieira Carvalho, Thiago Romão de Alencar, muito obrigada pelo espírito de equipe e força em todos os momentos. Maria Fernanda Nogueira e Priscila Helena Pereira Duarte pela rede de apoio no trabalho e na vida, pela força de uma amizade sólida e por todo incentivo e carinho que sempre recebi de vocês ao longo do caminho. Todo meu respeito e admiração por essa equipe.

Às minhas coordenadoras Mônica Carneiro Alves e Maria José da Silva Fernandes, por acreditar no meu trabalho, por toda compreensão e incentivo na minha trajetória na Biblioteca. Deixo aqui meu respeito e admiração às pessoas e às grandes profissionais que são.

Aos colegas do Centro de Pesquisa e Editoração que admiro, Lia Jordão e Iuri Lapa.

À chefe da Seção de Obras Gerais, Amanda Souza.

Aos servidores da Seção de Obras Raras, os colegas aguerridos Juliana Taboada e João Cândido. À chefe da Seção Valéria Werneck e à ex-chefe, Ana Virgínia Pinheiro, pelas sugestões bibliográficas de grande valia.

Aos servidores da Coordenação Geral de Planejamento e Administração que não mediram esforços para a consulta do arquivo geral, Itamar Magalhães Bastos, Flávia César, e à Rejane de Paulo Elias Francisco pela dedicação com que me atendeu no arquivo, esse grande desafio.

Aos colegas que concederam entrevista, por sua colaboração, entusiasmo e compromisso com o serviço público de qualidade prestado à Biblioteca, Carmen Moreno e Sérgio Hosken. Pessoas como vocês fazem toda a diferença.

Aos colegas de turma do mestrado por prosseguirem firme durante o curso, tornando-se ponto de apoio nos momentos de dificuldades, que não foram poucos. Fátima pela força nos artigos, Michele nas atividades e socorro de última hora, Magda pelo carinho, Valéria, Wellington e Caio pela parceria nos trabalhos, Camila que topou artigo e seminário, Cláudio parceiro e colega de treinamento pro mestrado, Pavão, Bruna, Bárbara, Poliana, João Guilherme, deixo meu agradecimento pela força e meus parabéns pela vontade de seguir em frente no cenário mais caótico possível.

Às amigas Aline do Carmo Rochedo e Eliene do Carmo Rochedo, irmãs que ganhei da vida e que como uma boa família, torcem e vibram juntas a cada conquista nossa. À Rosângela

Coutinho, que de pesquisadora dos manuscritos se tornou uma grande incentivadora e inspiração para esse projeto.

À minha família, minhas filhas, Giovanna e Lila pela compreensão e por todo amor que emanam. Aos meus irmãos, Livio e Leonardo, pelo apoio e amor incondicional. Aos meus pais, Duda (in memoriam) e Selma, por todo incentivo que sempre deram à nossa educação e pela trajetória inspiradora de dedicação ao serviço público federal. Ainda sobre família, gostaria de agradecer também à Rosilene Martins por todo cuidado e amor de uma amizade eternizada na Lila.

À minha orientadora, Luciana Quillet Heymann, por toda sua generosidade, acolhimento e humanidade no momento em que parecia ter me faltado tudo.

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar a constituição da coleção Biblioteca Nacional, custodiada na Seção de Manuscritos, na Fundação Biblioteca Nacional, ao longo do período de 1911 a 1996. A pesquisa buscou identificar os deslocamentos do acervo mediante as perspectivas histórica e administrativa, que alternaram ao longo de sua trajetória, analisando os resultados deste deslocamento para sua composição. Dentro deste recorte temporal, optou-se por analisar três momentos de reformas administrativas na instituição, as reformas da gestão de Manoel Cícero Peregrino da Silva, em 1911, gestão de Rodolfo Garcia em 1944 e Rubens Borba de Moraes, em 1946, e da gestão de Jannice Monte-mor, em 1975. De maneira mais detida, as apresenta as três unidades administrativas que foram os lugares de custódia do arquivo: a Secretaria (1876-1944), a Seção de Documentação (1960-1975) e a Seção de Manuscritos (1876-1996). A coleção Biblioteca Nacional foi originalmente concebida como arquivo permanente da instituição, custodiado na Seção de Manuscritos, onde permaneceu até a década de 1960, quando foi remanejado para os cuidados da Seção de Documentação, sob uma perspectiva administrativa do arquivo. Nos anos 70 o arquivo recobrou sua dimensão histórica, tendo sido remanejado para a Seção de Manuscritos, onde permanece até dos dias atuais.

Palavras-chave: Biblioteca Nacional. Arquivo institucional. História dos arquivos. Seção de Manuscritos. Coleções especiais.

ABSTRACT

This research aims to analyze the constitution of the National Library collection, held in the Manuscripts Section, at the National Library Foundation, throughout the period from 1911 to 1996. The research sought to identify the displacements of the collection through the historical and administrative perspectives, which alternated along its trajectory, analyzing the results of this displacement for its composition. Within this time frame, it was decided to analyze three moments of administrative reforms in the institution, the reforms of the management of Manoel Cícero Peregrino da Silva, in 1911, management of Rodolfo Garcia in 1944 and Rubens Borba de Morais, in 1946, and the management by Jannice Monte-mor, in 1975. In a more detailed way, it presents the three administrative units that were the places of custody of the archive: the Secretariat (1876-1944), the Documentation Section (1960-1975) and the Manuscripts (1876-1996). The National Library collection was originally conceived as the institution's permanent archive, guarded in the Manuscripts Section, where it remained until the 1960s, when it was transferred to the Documentation Section, from an administrative perspective of the archive. In the 1970s, the archive regained its historical dimension, having been relocated to the Manuscripts Section, where it remains to this day.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE QUADROS:

QUADRO 1 : Cargos e atribuições de pessoal na Biblioteca Nacional em 1824	18
QUADRO 2 : Cargos e atribuições de pessoal na Biblioteca Nacional em 1911	27
QUADRO 3: Seções e suas atribuições na Biblioteca Nacional em 1944	32
QUADRO 4: Seções e suas atribuições na Biblioteca Nacional em 1946	34
QUADRO 5: Divisões e suas atribuições na Biblioteca Nacional em 1975	39
QUADRO 6: Aquisições de acervo em 1923	45
QUADRO 7: Remessas da Secretaria em 1902.....	51
QUADRO 8: Remessas da Secretaria de 1937 a 1939	52
QUADRO 9: Documentos transferidos por remessa da Secretaria em 1902	61
QUADRO 10: Fluxo das remessas de Secretaria de 1903 a 1944.....	62
QUADRO 11: Atribuições da Secretaria e produção documental arquivada entre 1902 e 1944	65
QUADRO 12: Acervo transferido para a Seção de Manuscritos em 1983	73
QUADRO 13: Lista de documentos integrantes do Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional em 1983	74
QUADRO 14: Descrição da Coleção Biblioteca Nacional no Guia de Coleções da Seção de Manuscritos	86

LISTA DE TABELAS:

TABELA 1: Quantitativo de espécies documentais	88
TABELA 2: Volumes de livros e códices na Coleção Biblioteca Nacional	90
TABELA 3: Quantitativo de documentos arquivados por século	91

LISTA DE GRÁFICOS:

GRÁFICO 1: Produção dos documentos arquivados por década	92
--	----

LISTA DE SIGLAS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 - COLEÇÕES EM ARQUIVOS E BIBLIOTECAS	6
1.1 - O conceito de coleção para Bibliotecas e Arquivos.....	6
1.2 - Bibliotecas e Arquivos: histórias entrecruzadas.....	9
1.3 - Do Arquivo Público e Imperial ao Arquivo Nacional.....	11
1.4 - Da Real Biblioteca à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: a trajetória de uma instituição e de sua coleção	13
1.4.1 - As coleções documentais da Biblioteca Imperial e Pública, 1824 a 1876.....	18
1.4.2 - A reforma administrativa de 1876: as bases lançadas por Ramiz Galvão	22
CAPÍTULO 2 - REFORMAS ADMINISTRATIVAS DA BIBLIOTECA NACIONAL: OS LUGARES DA PRODUÇÃO E CUSTÓDIA DO ARQUIVO INSTITUCIONAL	25
2.1 - A reforma de 1911: a proposta modernizadora de Manoel Cícero Peregrino da Silva....	26
2.2 - As reformas administrativas de 1944 e 46: a transição do historiador Rodolfo Garcia para o bibliotecário Rubens Borba de Moraes	29
2.3 - A reforma de 1975: a busca de autonomia da gestão Jannice Monte-mor.....	37
2.4 - A Secretaria (1876-1944).....	41
2.6 - Seção de Documentação, 1960-1975	45
2.7 - A Seção de Manuscritos.....	48
2.7.1 - Aquisição de acervo.....	50
2.7.2 - Catalogação de acervo.....	52
2.7.3 - Pessoal.....	56
CAPÍTULO 3 - A TRAJETÓRIA DA COLEÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL.....	60
3.1 - Primeira etapa: as remessas da Secretaria nas décadas de 1902 a 1944	60
3.2 - Segunda etapa: o arquivo histórico como ferramenta da administração nas décadas de 1950 a 1970	66
3.3 - Terceira etapa: as comissões de seleção e descarte do arquivo nos anos 1980.....	71
3.3.1 - Comissão para destinar o acervo da antiga seção de documentação, 1982	71
3.3.2 - Comissão de avaliação, seleção, triagem e destinação do arquivo da BN, 1984	76
3.3.3 - Revigoração da Comissão de avaliação, seleção, triagem e destinação do arquivo da BN, 1986	77
3.4 - Quarta etapa: tratamento técnico e acesso.....	84

3.5 - Do Arquivo Histórico para a Coleção Biblioteca Nacional	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	100
FONTES DOCUMENTAIS	103
ANEXO	106

INTRODUÇÃO

O acervo manuscrito da Fundação Biblioteca Nacional é um patrimônio documental raro e especial. Seu núcleo original remonta ao gabinete dos manuscritos da Real Biblioteca dos Reis de Portugal, que ao longo dos séculos XIX e XX recebeu arquivos pessoais, arquivos privados institucionais, coleções de documentos e documentos avulsos que atualmente perfazem cerca de 900 mil itens documentais. A Seção de Manuscritos conta ainda com uma biblioteca especializada em paleografia e diplomática, temas afetos ao tratamento técnico dos documentos manuscritos, compilada desde fins do século XIX.

De todo este universo documental, uma coleção – como genericamente são tratados os conjuntos documentais ali – em especial nos chamou a atenção, de modo a propor um projeto de pesquisa: a coleção Biblioteca Nacional. Por que documentos institucionais de natureza administrativa, dotados de valor histórico, são custodiados na Seção de Manuscritos como uma “coleção”? Não haveria na instituição arquivo permanente que deveria cumprir tal papel?

Compreender a forma de entrada dos acervos da seção compunha um desafio considerável. A imersão nos relatórios da seção demonstrou que o projeto de um guia de fundos e coleções foi sugerido à instituição ainda na década de 1940, quando a Biblioteca Nacional recebeu a visita de uma equipe norte-americana para consultoria técnica¹. O projeto, contudo, só foi retomado apenas na primeira década do século XXI, por meio de um trabalho de equipe e só seria efetivamente levado à cabo em 2018, sob a responsabilidade da bibliotecária e chefe substituta da Seção de Manuscritos, Eliane Perez².

Neste valioso instrumento de pesquisa, a coleção Biblioteca Nacional aparece definida como “coleção formada na Biblioteca Nacional com documentos de outras coleções, agrupados segundo critério temático-geográfico”, texto padronizado para as coleções criadas internamente na Seção de Manuscritos (PEREZ, 2018, p.110). Tampouco se apresentam as datas-limite do acervo - ou seja, em 2018 desconheciam-se informações básicas sobre este conjunto documental. Uma primeira pesquisa sobre o acervo revelou importantes movimentos institucionais que contribuíram para sua formação. A percepção de que se tratava de parte do arquivo permanente institucional ensejou uma reflexão coletiva apresentada na forma de uma

¹ RODRIGUES, José Honório. Ofício ao diretor da Biblioteca Nacional, Rubens Borba Alves de Moraes, solicitando que se acrescente no Regimento da BN a catalogação e classificação das obras manuscritas, estampas e cartas cartográficas pela própria divisão de obras raras e publicações. [Rio de Janeiro]: [s.n.], 01/07/1946. 02 doc. (6 p.), Original. Localização: Manuscritos - 65,5,003 n°002

² PEREZ, Eliane (org). Guia de coleções da Divisão de Manuscritos. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2018.

mesa redonda intitulada “O Arquivo na Biblioteca: uma perspectiva interdisciplinar”, evento integrante da segunda Semana de Arquivos do Arquivo Nacional, realizada em 2018.

O evento, concluído com mais perguntas do que respostas, motivou o avanço da pesquisa. Como uma instituição conhecida como guardiã da memória nacional guardou parte de sua própria memória institucional? Que caminhos percorreu o arquivo corrente até ser considerado histórico e por isso, permanente? E por que o conjunto estava custodiado na Seção de Manuscritos se havia desde os anos 1980 um arquivo permanente na instituição?

Algumas observações preliminares compuseram um resumo submetido ao Encontro Nacional de História – ANPUH – edição realizada na Universidade Federal de Pernambuco, em Recife, no ano de 2018. As mesmas inquietações foram sistematizadas no projeto submetido ao Programa de Pós-graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Fiocruz, oferecido pela Casa de Oswaldo Cruz, edital 2019.

O projeto, a partir das lapidações que são próprias ao processo do mestrado, foi aperfeiçoado e submetido à qualificação, a partir da qual consolidou-se com os seguintes objetivos: primordialmente, identificar e analisar os sujeitos, as práticas e os dispositivos vigentes na administração da instituição que fundamentaram a criação e o histórico de custódia da coleção Biblioteca Nacional, no período de 1911 e 1990. De forma secundária, a pesquisa deveria responder às seguintes questões: a) delinear os contextos históricos das reformas administrativas de 1911, 1944/46 e 1975 de modo a identificar os critérios que fundamentaram a criação e as práticas de arquivamento na Biblioteca Nacional; b) analisar o lugar do arquivo na estrutura administrativa da instituição e o perfil dos profissionais que atuaram em seu desenvolvimento;

O projeto de pesquisa partiu do princípio de que as chamadas “coleções de manuscritos”, assim como os arquivos, têm sua própria historicidade. Tais conjuntos documentais são compreendidos aqui, portanto, ao mesmo tempo como objeto e ferramenta de pesquisa. A perspectiva teórica que subsidiou a pesquisa é tributária de estudos contemporâneos do campo dos arquivos, desenvolvidos desde a década de 1970, em diálogo com as ciências sociais, em que o arquivo é compreendido como constructo social, fonte de pesquisa mas também objeto de investigação por sua dimensão política, pelo que contém e também pelo que exclui. Trata-se de uma pesquisa histórico-administrativa que buscou elucidar o processo de formação de um arquivo, examinando os lugares que ocupou na instituição de produção e custódia – a Fundação Biblioteca Nacional.

Buscou-se, portanto, analisar a história custodial da Coleção Biblioteca Nacional, tendo como plano de fundo as reformas administrativas da Biblioteca Nacional que impactaram direta

e indiretamente na configuração e no lugar de custódia deste acervo. Ao estudar o lugar do arquivo, Silva (2017, p. 23) aponta para o fato de que o “lugar da custódia é condição para a preservação e o acesso dos documentos arquivístico”. Assim, buscamos também compreender o objeto e a dinâmica de funcionamento da Seção de Manuscritos, lugar que salvaguardou o arquivo histórico dois momentos: 1911 a 1960 e 1975 aos dias atuais, onde integra atualmente o acervo especial da Fundação Biblioteca Nacional.

A presente pesquisa pretende contribuir para a compreensão coleção Biblioteca Nacional como constructo social, identificando atores e práticas que contribuíram para sua conformação. Seus resultados foram organizados a partir de três eixos de análise. O primeiro capítulo se detém sobre o conceito de coleção, analisando-o em perspectiva com o conceito de arquivo. Apresenta as origens do Arquivo e da Biblioteca no Brasil ao longo da história. Traça, de maneira breve, a trajetória do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional, identificando o interesse comum sobre documentos históricos manuscritos.

No segundo capítulo, nossa análise centra-se nas unidades administrativas responsáveis pela produção/custódia do arquivo administrativo e histórico, privilegiando três momentos: as reformas administrativas de 1911, 1944/46 e 1975. A primeira foi levada a cabo durante a gestão de Manoel Cícero Peregrino da Silva e foi responsável por importantes inovações na Biblioteca Nacional, tais como a criação do primeiro curso de biblioteconomia na América Latina. A segunda e a terceira reforma encontram-se agrupadas em razão da proximidade das datas, da velocidade dos acontecimentos políticos que precipitaram um novo estatuto para a Biblioteca Nacional quando o anterior sequer tinha sido completamente implementado. As reformas da década de 1940 representaram, veremos adiante, um aceno da instituição para uma biblioteconomia mais técnica em detrimento da perspectiva erudita em voga até então. A década de 1940 foi também o momento em que o serviço público experimentou ações de modernização a partir do DASP. Com isso, as reformas estabeleceram novos arranjos para a administração que impactaram diretamente nosso objeto de pesquisa: sob a gestão de Celso da Cunha (1956-1960), foi criada a Seção de Documentação, que recebeu a documentação arquivística até então localizada na Seção de Manuscritos, documentação que permaneceu ali, na área administrativa, até a reforma da gestão Jannice Monte-mor, cujo regimento interno foi publicado em 1975.

No capítulo 3, intentou-se analisar a coleção Biblioteca Nacional propriamente dita. Com isto, foram identificadas quatro etapas de sua constituição: a primeira, composta pelas remessas da Secretaria nas décadas de 1902 a 1944; a segunda, caracterizada pela transferência do arquivos da Seção de Manuscritos para a Seção de Documentação, vinculada à administração, entre 1948 e 1975; a terceira fase, momento de formação de comissões voltadas

para os arquivos administrativo e histórico da instituição, nos anos 1980; e a quarta etapa, que consistiu no processamento técnico do arquivo histórico, efetivado pela catalogação e disponibilização ao acesso, a partir de 1996. Em seguida, tem lugar a análise do conteúdo desse conjunto documental, em que se busca relacionar as estruturas administrativas com o material arquivado, a partir da distribuição cronológica da produção dos documentos.

Cumprir informar que as fontes documentais utilizadas para tal investimento foram compulsadas basicamente dos arquivos institucionais da Fundação Biblioteca Nacional, que são dois, a saber: o arquivo histórico – denominado coleção Biblioteca Nacional-, custodiado na Seção de Manuscritos, com cerca de 3.919 documentos; e o arquivo administrativo – denominado contemporaneamente de Arquivo Geral - da Biblioteca Nacional, custodiado pela Divisão de Gestão Documental, subordinado à Coordenação Geral de Planejamento e Administração – CGPA. As fontes textuais consistiram em relatórios, cartas, comunicados internos, memorandos, ofícios, cuja análise foi complementada por duas entrevistas com servidores que desempenharam atividades-chave para a compreensão da coleção Biblioteca Nacional nos anos 1980 e 1990. Trata-se da funcionária do Arquivo Nacional Carmen Moreno, que chefiou a Seção de Manuscritos de 1996 a 2000, e do servidor Sérgio Hosken, lotado na Administração durante os anos 1980.

Sobre a nomenclatura da Coleção Biblioteca Nacional ao longo do texto, é importante frisar que a pesquisa revelou que nos anos iniciais, tratava-se o conjunto documental sob o termo *archivo*, tendo sua grafia sido atualizado no início do século XX para *arquivo*. O acervo passou a ser denominado *arquivo histórico* na documentação produzida a partir dos anos 1970, e referenciado como *arquivo histórico da Biblioteca Nacional*, ou *AHBN*, a partir dos anos 1980. O termo *Coleção Biblioteca Nacional*, como foi consagrado no *Guia de Coleções da Divisão de Manuscritos* (PEREZ, 2018), se consolidou a partir da década de 1990, quando os documentos administrativos passaram a se referir aos conjuntos da Seção de Manuscritos genericamente por *coleção*. O termo utilizado ao longo do texto foi *arquivo histórico* para caracterizar o conjunto custodiado na Seção de Manuscritos e diferenciá-lo do *arquivo administrativo*.

Sobre as limitações impostas à pesquisa, faz-se necessário frisar que o período de sua realização foi marcado pelo fechamento das instituições custodiadoras dos acervos originalmente indicados no projeto em razão da pandemia de COVID-19. Com a vacinação e a reabertura das instituições, optamos por privilegiar o acervo da própria Fundação Biblioteca Nacional, por ser acervo primordial para a pesquisa, consultando eventualmente os demais conjuntos indicados, na medida em que fosse considerado pertinente.

CAPÍTULO 1 - COLEÇÕES EM ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

Este capítulo pretende apresentar os conceitos de coleção de documentos na arquivologia e na biblioteconomia a partir de seleção de dicionários, glossários e literatura específicas das áreas. Em seguida, apresentar brevemente a origem da Biblioteca Nacional do Brasil e sua experiência em tratamento técnico com as coleções documentais de manuscritos e seu próprio arquivo, no século XIX, de modo a caracterizar as coleções, os arquivos e contextualizar as instituições responsáveis por estes acervos no Brasil.

1.1 - O conceito de coleção para Bibliotecas e Arquivos

La coleccion de uma biblioteca es un organismo vivo como la misma biblioteca y, em ultima instancia, como lo es el proceso de la comunicacion, y debe cambiar de continuo como cambian los objetos que la forman, las técnicas de organizacion de los mismos y los usuarios a los que van destinados. (CARRION GÚTIEZ, 1988, p. 60)

Os conceitos são eles próprios produtos de seu tempo e têm, como constructos sociais, sua própria historicidade. Assim, no século XIX, o Vocabulário Português e Latino, de Rafael Bluteau (1712, p. 373) definia coleção como um ajuntamento. Na literatura específica da biblioteconomia, recorreremos à obra de Edouard Rouveyre (1899, p. 125) e localizamos o conceito de coleção imbricado ao conceito de Biblioteca, que é definida de forma ampla, contemplando o local de guarda de livros, um conjunto de livros e as coleções particulares:

1. Local dans lequel les livres son placés, soit sur tablettes le long des murs et en épi, soit dans armoires
2. Désigne l'ensemble les livre qui constituent en dépôt privé on public
3. On entend aussi par Bibliotheque une serie d'ouvrages d'un ou de plusieurs auteurs, mais groupés sur un plan unique et dont la collection forme un tout
4. On designe, sous le meme terme, les collections privés qui sont devenues celebre (Rouveyre, 1899)

Contemporâneo à obra de Rouveyre, foi publicado em 1898, o Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos, da Associação dos Arquivistas Holandeses, que definiu o arquivo como:

Conjunto de documentos escritos, desenho e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário. (1973, p. 13)

Tal definição buscou evidenciar a relação orgânica entre os documentos, o órgão administrativo que os produziu e as atividades que lhe deram origem. Dessa forma, o Manual foi literal ao conceituar o arquivo em oposição à coleção. Na obra, afirma-se que:

O arquivo não é criado arbitrariamente à maneira das coleções de manuscritos, embora, por vezes, também estas recebam tal designação [...]. O arquivo é, ao contrário, um todo orgânico, um organismo vivo, que cresce, se forma e sofre transformações segundo regras fixas. (1973, p. 18)

Atualmente, tanto a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (BRASIL, 2006) quanto o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005) definem o conceito de coleção um “conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente” enquanto o arquivo é entendido como “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”.

O Código de Catalogação Anglo-Americano, 2ª edição - AACR2 -, compêndio de regras para catalogação de documentos bibliográficos, não contemplou em seu glossário o conceito de coleção.

Faria (2008, p. 175) apresenta o conceito de coleção de forma a evidenciar a intenção e as afinidades como elementos centrais:

Uma compilação, reagrupamento voluntário de documentos, objetos, informações de diversas proveniências reunidos em função da semelhança de uma ou de várias das suas características, afinidades de assunto, formato; totalidade de documentos postos à disposição de um usuário. (FARIA, 2008, p. 175)

À esta definição mais geral, Faria conceitua coleção em sua relação com os arquivos. A autora nos informa que:

Em arquivística, unidade constituída por um conjunto de documentos de arquivo do mesmo fundo ou núcleo, organizada por tipologia documental, assunto ou outras características comuns. Nesta acepção opõe-se a processo. **Conjunto de documentos de arquivo reunidos artificialmente em função de qualquer característica comum, nomeadamente o modo de aquisição, o assunto, o suporte, a tipologia documental ou o colecionador.** Nesta acepção, opõe-se a fundo ou núcleo. Conjunto organizado de documentos, sob um título comum, para disponibilização aos usuários. (FARIA, 2008, p. 175, grifo nosso)

Na obra de Cunha (2008, p.91) o conceito de coleção apresentado é oriundo do Conselho Internacional de Arquivos, que entende coleção como uma “reunião artificial de documentos, sem relação orgânica, agrupados de acordo com uma característica comum, tal como, entre outros, forma de aquisição, assunto, língua, suporte físico”. A coleção de manuscritos, mais

especificamente, aparece conceituada como “arquivo familiar, arquivo pessoal, papéis” (CUNHA, 2008, p. 92).

Já o arquivo para estes autores, é entendido como “conjunto de documentos, quaisquer que sejam suas datas suas formas, seus suportes físicos, produzidos ou recebidos por pessoa física ou jurídica, ou por instituição pública ou privada, em decorrência de suas atividades”, definição estabelecida pela Associação Francesa de Normalização, AFNOR.

A relação entre a organicidade que caracteriza os arquivos e a arbitrariedade, especificidade das coleções, veremos, é ponto recorrente na literatura revisada.

Para Arruda e Chagas (2002, p. 59) coleção pode significar:

Um número de livros ou outros documentos de um assunto, de pessoas ou organizações.

Conjunto de documentos reunidos aleatoriamente, em relação orgânica entre si, em oposição à formação típica da acumulação (CASTILHO, 1991, p. 118)

Conjunto de documentos, sem relação orgânica, aleatoriamente acumulados (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, NBR 9578. 1986)

Uma reunião artificial de documentos acumulados com base em alguma característica comum, sem atentar para sua proveniência. Não confundir com fundo arquivístico (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2001, p. 4).

Em contraste com os elementos de aleatoriedade, afinidade ou falta de organicidade, Arruda e Chagas (2002, p. 26) definem arquivo como:

É um conjunto de documentos, organicamente acumulados, produzidos ou recebidos por pessoa física e instituições públicas ou privadas, em decorrência do exercício de atividade específica, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza do documento (CASTRO, 1985, p. 224)

Para Heredia Herrera (apud Fraiz, 2005), as coleções documentais diferenciam-se dos arquivos. A autora assim os define:

Agrupaciones documentales que, com certa frequência, se encuentran en los archivos, la mayoría das veces producto de donacion o compra. Su origem no responde al resultado de una gestion institucional o personal sino a la voluntad de alguien. Suelen ser documentos cuya unión o relacion entre ellos la determina bien um tema o asunto, bien el coleccionista o autor de la coleccion.

Archivo es uno o mas conjuntos de documentos, sea cual sea su fecha, su forma, su soporte material, acumulados em um processo natural por uma persona o institucion publica o privada em el transcurso de su gestion, conservados, respetando aquel orden, para servir como testimonio e informacion para la persona o institucion que los produce, para los ciudadanos o para servir de fuente de historia. Se dice em la definicion conjunto de documentos acumulados y de proceso natural, lo cual es processo distinto a coleccion, enquanto que el archivo no es resultado de um acto

voluntario o caprichoso de alguien. (HEREDIA HERRERA, 1993, apud FRAIZ, 2005)

Fraiz (2005) em estudo sobre o conceito de coleção em arquivos, bibliotecas e museus, realiza um mapeamento que evidencia tal aspecto. Em sua pesquisa, a autora elenca cinquenta e uma definições de coleções a partir da literatura arquivística, biblioteconômica e museológica.

Na leitura de Fraiz, as definições de coleção - compiladas a partir de dicionários, glossários, manuais, tratados, monografias, ensaios - fazem referência à ideia de:

Reunião de objeto por seu valor representativo (Durost), por interesse (Alsop), por obsessão organizada (Aristides), por uma seleção, possessão e disposição para um grupo próprio (Belk et alli), para a fruição, instrução, a utilidade, o gosto (Otllet), por esforço voluntário (Faria e Pericão), pelo seu artificialismo (Martinez de Souza), por uma expressão espontânea do pensamento ou do sentimento, pelo acaso (Schellemborg), pelo arbitrário e subjetivo (Bautier), por capricho (Lodolini), por vontade de alguém (Heredia Herrera), por ideias semelhantes. (FRAIZ, 2005, p. 43)

Ao passo que as definições de arquivo dizem respeito à:

Reunião de peças/documentos para uso primário (Durost), como resultado de uma atividade regular (Schellemborg), por sua organicidade e espontaneidade na formação e pelo vínculo originário e determinado (Lodolini), acumulados em um processo natural (Heredia Herrera), e segundo sua origem e função (Bellotto). (FRAIZ, 2005 p. 43)

Para Vatican (2011):

Fundamentalmente, os arquivos são "o fruto e o reflexo das atividades humanas", como nota Jean Favier na introdução à French Archival Practice. As bibliotecas também o são, é claro, mas a dimensão do trabalho do espírito, seja escrita, figurativa, sonora ou digital, permanece significativa nas coleções que constituem e preservam, ao passo que não é isso que faz o arquivo. Com efeito, a noção central em termos de arquivo é a de fundo arquivístico, que estabelece uma ligação essencial entre as fontes originais, na maioria das vezes únicas, e o seu contexto de produção. Este conceito tem por base o modo de constituição dos arquivos, que é anterior à intervenção do arquivista, e cria um vínculo indissociável entre o produtor, quer seja pessoa singular ou coletiva, e os seus arquivos considerados como tal desde a sua criação.

1.2 – Bibliotecas e Arquivos: histórias entrecruzadas

A história das bibliotecas e dos arquivos remonta à antiguidade e está diretamente relacionada ao desenvolvimento da escrita. Na região do antigo Oriente Próximo, notadamente no Egito e na Mesopotâmia, tiveram início as primeiras experiências de registro sistemático de informações em suportes como papiro e tabuletas de argila. Na Mesopotâmia, em particular, desenvolveram-se também as primeiras formas de armazenamento destes documentos, de modo

a viabilizar seu acesso e consulta: produziam-se listas, numa espécie de catálogo que indicava o esforço de sistematização das coleções (CASSON, 2018, p. 15).

Coube ao rei assírio Assurbanipal a iniciativa da criação da primeira biblioteca, em Nínive, no século VI a.C. Destinada a contemplação real, seu acervo era formado pela coleção particular do rei, formada entre outras modalidades de aquisição, por espólios de guerra, pilhagens, confiscos (CASSON, 2018, p. 21).

Foi a biblioteca de Alexandria, no entanto, que se consolidou como modelo para a instituições criadas no Oriente. Para Barbier (2018, p. 41) a biblioteca era então compreendida como um museu, que abrigaria “atividades de ensino e pesquisa e uma biblioteca de vocação universal”. Para este autor:

O objetivo tornou-se o da universalidade: biblioteca consideravelmente acrescida por Ptolomeu e por seus sucessores, devia em princípio conservar um exemplar de todas as obras existentes na época. Diferentes meios de enriquecimento são utilizados para atingir esse objetivo, caso os *volumina* sejam obtidos por compra, por confisco, ou fazendo cópia deles (BARBIER, 2018, p. 42)

Para Favier (apud Thiesen 2009, p. 68) os primeiros arquivos “confundiam-se com a reunião de textos literários, religiosos ou documentários que formavam as primeiras bibliotecas”. A fronteira difusa entre as duas instituições permanece ao longo da Idade Média, na Europa. Marques (2019, p. 51) chama a atenção, no entanto, para alguns pontos-chave na consolidação da arquivologia, a saber, o renascimento do direito romano no século XII, que reabilita o papel do documento, e em consequência, dos arquivos.

A época Moderna representou alterações significativas para o campo dos arquivos. No século XV, os arquivos passaram a ser compreendidos como instrumentos políticos, para além do papel administrativo que tradicionalmente desempenharam (MARQUES, 2019, p. 52). Com o surgimento e fortalecimento dos estados nacionais no século XVI, na Europa, os arquivos passam a desempenhar funções estratégicas. Marques (2019, p. 52) apresenta alguns elementos comuns da configuração dos arquivos naquele contexto: “a origem administrativa dos documentos, a concepção jurídica dos serviços, a noção de arquivo como fonte de informação, inclusive sobre o passado, e o caráter privado dos acervos, cujo acesso deveria ser outorgado pelo soberano”.

O século XVI é também o momento em que surgem os primeiros manuais e tratados para os arquivos, de modo a garantir a sistematização e a transmissão dos conhecimentos da área, tais como o princípio da proveniência (MARQUES, 2019, p. 52).

Para Thiesen (2009, p. 69), outro movimento de fundamental importância para o campo dos arquivos foi a abertura dos arquivos para a pesquisa nos documentos. A autora afirma que “esse movimento decorreu de exigências da crítica histórica exercida pelos humanistas, sobretudo no século XVIII, em relação às narrativas, memórias e relatos feitos sem apoio de textos historiográficos” (2009, p. 69). Os documentos, prossegue Thiesen (2019, p. 69), “tornam-se então indispensáveis por que eram vistos como portadores de autenticidade, veracidade e sinceridade”.

A trajetória dos arquivos e bibliotecas, no entanto, foi definitivamente marcada pelo advento da Revolução Francesa, em 1789. Entre os aspectos que influíram nesse movimento, Marques (2019, p. 54) lista a hierarquização dos depósitos, a nacionalização e centralização dos arquivos, a divulgação e proteção dos acervos, e a concepção dos arquivos nacionais como mantenedora da memória. Para Thiesen (2009, p. 69-70), “a revolução marca a mudança no tratamento e uso dos arquivos. Concentrou fontes históricas, estabelecendo regras de administração e estabeleceu o princípio da publicidade dos arquivos”. A abertura dos arquivos aos cidadãos é marca da revolução francesa que paulatinamente se afirmou, ao longo do século XIX em arquivos, bibliotecas e museus.

1.3 - Do Arquivo Público e Imperial ao Arquivo Nacional

O Arquivo Público e Imperial do Brasil foi criado em 1838, no contexto de afirmação da independência do país. Para Costa (2000, p. 224), sua criação representou um esforço por parte das elites em “equipar a nação com agências voltadas para o desenvolvimento cultural, para a preservação da memória nacional em gestação e para a construção da história do país”. Costa (2000, p. 218), afirma que o Arquivo foi:

Criado como um dos instrumentos viabilizadores do projeto político nacional, o Arquivo brasileiro visava, ao mesmo tempo, fortalecer as estruturas do Estado recém-fundado e consolidar a própria ideia do regime monárquico em um continente totalmente republicano. Para alcançar tais objetivos seria necessário recolher não só a documentação produzida pela administração pública, a fim de realizar sua função instrumental em relação ao novo Estado, como também os documentos referentes ao passado colonial, que se encontravam dispersos nas províncias e deveriam subsidiar a escrita da história da nação, a exemplo dos arquivos europeus.

Se para o Arquivo Público, importava guardar e preservar a documentação legislativa, administrativa e histórica do estado brasileiro, coube a outra instituição - o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, igualmente criado em 1838 - escrever a história da nação, em franco

processo de consolidação. Com o surgimento das duas instituições, Costa (2000, p. 226) entende que:

Criaram-se assim dois modos de utilização da memória nacional. O primeiro tinha por objetivo subsidiar os historiadores oficiais na formação do imaginário brasileiro e da própria comunidade imaginada, conforme os interesses da classe dirigente no poder; o segundo reforçava o projeto desse grupo dirigente, pela subtração da informação. Nessa parceria, portanto, coube ao IHGB o papel de artesão da nacionalidade a ser construída, e ao Arquivo o de depositário legal dos instrumentos necessários à consecução desse objetivo.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tornou-se a instituição protagonista no país da gênese de uma historiografia nacional. Produzido por uma elite letrada, inspirada nas academias iluministas, o discurso historiográfico do IHGB foi marcado pela ideia de civilização, pela continuidade do legado colonial português no Brasil e pela defesa da monarquia em contraste com as repúblicas americanas (GUIMARÃES, 1988, p. 6-7).

Já o projeto para o Arquivo enfrentou alguns percalços para sua implementação, marcado que foi pelas particularidades da formação do estado nacional brasileiro. Segundo Costa, características herdadas do estado português como o autoritarismo e o patrimonialismo marcaram as instituições nacionais, a ponto de atrofiar e enfraquecer politicamente o Arquivo, que cumpria de forma deficitária sua função de coletar a documentação do estado. A autora observa que:

Enquanto na Europa os arquivos nacionais além de servir o estado, atendiam também os cidadãos, liberando os seus registros à consulta pública e à pesquisa histórica, o Arquivo Público Imperial restringia o acesso aos seus documentos à burocracia do Estado, perpetuando a política de sigilo oficial dos tempos coloniais. Essa concepção de sigilo, indicativa de modelo de estado, explica a natureza do arquivo que foi criado aqui (COSTA, 2000, p. 228-229).

No último quartel do século XIX, no entanto, o Arquivo experimentou, assim como a Biblioteca Nacional, uma reforma com vistas a modernizar sua administração e serviços. Sob a gestão de Joaquim Pires Machado Portella, entre 1873-1898, foi publicado o decreto nº 6.164, em 24 de março de 1876, que reorganizou a instituição, dividindo-a em quatro seções: legislativa, administrativa, judiciária e histórica (BRASIL, 1876a). Para cada seção, o decreto discrimina o tipo de documento a ser arquivado. Para a quarta seção, são listados dezenove tipos de documentos, dos quais destacamos os documentos pessoais da família imperial brasileira, os referentes ao processo de independência do país, os livros de juramento à constituição, os documentos referentes à criação de províncias, bispados, prelazias, assim como os documentos referentes ao descobrimento de riquezas naturais, livros, documentos e papéis

produzidos por repartições extintas e por fim, todos os documentos históricos de qualquer natureza (BRASIL, 1876a).

A captação de documentos históricos aparece como um ponto de interesse nos relatórios de gestão de Portella, analisados por Souza (2015, p. 71-72), em que demandava nomeação de comissão para coletar cópias de documentos nas províncias do Brasil, bem como a prospecção de documentos no exterior pelos agentes diplomáticos.

Souza (2015) identifica na gestão de Portella um ponto de inflexão na trajetória do Arquivo, que se caracterizou por um processo de modernização administrativa que permitiu o aumento do envio de documentos da administração pública, fortalecendo-o como instrumento da administração imperial.

Se na Antiguidade e Idade Média não havia uma definição precisa que distinguisse o arquivo da biblioteca, no século XIX teve início um processo de especialização que concorreu para definir seus objetos, espaços e práticas. Ainda assim, veremos de forma mais detalhada no capítulo seguinte, os documentos manuscritos considerados de valor histórico foram objeto de disputa entre Arquivo e Biblioteca Nacional.

1.4 - Da Real Biblioteca à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: a trajetória de uma instituição e de sua coleção

A Fundação Biblioteca Nacional do Brasil é tributária da Real Biblioteca dos Reis de Portugal (SCHWARCZ, 2002; CARVALHO, 1994). Também conhecida como Livraria Régia, a Real foi durante séculos um símbolo de conhecimento e de poder da coroa portuguesa. Para Schwarcz (2002, p. 32):

Menina dos olhos dos monarcas portugueses, que lá coletaram cuidadosamente, 70 mil volumes - que incluíam obras raras, documentos selecionados, códices, incunábulo, gravuras, partituras e mapas – a Real Biblioteca ajuntava tudo o que uma livraria régia, símbolo do saber acumulado do império poderia comportar.

A autora afirma que sua origem remete ao século XV, quando D. João II (1477-95) deu início à coleção de livros, coletando inclusive as obras pertencentes aos primeiros monarcas da dinastia de Avis, D. João I (1385-1433) e D. Duarte (1433-38) (SCHWARCZ, 2002, p. 32). De acordo com Megiani (2009, p. 158), antes do século XV na Europa a ideia de tesouro real se referia a:

Um conjunto de objetos valiosos, guardados pelos monarcas, tais como jóias, peças em ouro e pedras, pertencentes a um palácio principesco, mas que

dependendo da função, podem denotar também caráter religioso. [...] O humanismo [...] acrescenta o sentido de coleção a conjunto de objetos de conteúdo profano cujo caráter é estritamente privado.

A autora afirma que na Península Ibérica inaugurou-se nova tradição a partir da experiência de doação das jóias reais de Fernando de Aragão e Isabel de Castela para a capela real de Granada. Para Megiani (2009, p. 158):

A partir desse momento, o tesouro real passa a ter um valor de coleção, com o intuito de visibilidade da soberania régia, valor esse dado pelos próprios monarcas ao conjunto de símbolos que configuraria sua memória, isso é, procedem a uma “museificação” de seus objetos. Entre esses objetos estão incluídas uma livraria de manuscritos, incunábulo e impressos, uma coleção de pinturas e de tapeçaria.

Megiani (2009) aponta que durante a alta idade moderna, entre os séculos XV e XVII, surgiram câmaras de maravilhas, gabinetes de curiosidades e livrarias que buscavam reunir escrita e imagem, a partir da formação de coleções de objetos, imagens, livros, documentos, como formas de preservação de memória. A autora afirma que:

A escrita era associada a diversos privilégios de elite, pois representava a invenção humana capaz de contornar o esquecimento e preservar a memória, adquirindo renovada importância e espalhando-se como expressão, em todos os reinos da Europa, das camadas letradas a partir do Renascimento. Assim, toda casa real, e a maior parte das casas nobres passam a praticar uma verdadeira moda das livrarias, como afirmou Diogo Ramada Curto, que eram formadas por vários tipos de obras reproduzidas, a partir de originais ou traduções raras que circulavam nas cortes, palácios, conventos e universidades. (MEGIANI, 2009, p. 155)

Assim, a Livraria dos Reis desenvolvia-se em consonância com as práticas de seu tempo, tendo alcançado seu auge durante a regência de D. João V, entre 1706 e 1750, momento em que, nas palavras de Schwarcz:

A Real Biblioteca adquiriu proporções grandiosas, à altura das aspirações do soberano, que por meio do teatro da política, pretendia construir de forma espetacular o absolutismo real. E para a execução de uma tarefa de tal monta não se mediram esforços: livreiros estrangeiros, agentes diplomáticos, acadêmicos de renome [...] Compravam-se bibliotecas inteiras no estrangeiro, coleções particulares e verdadeiras preciosidades, que eram recebidas tal qual troféus. (SCHWARCZ, 2002, p. 32-33)

No século da ilustração, entretanto, os livros e documentos preciosos que compunham o acervo da Real representavam mais do que seu valor meramente informacional. Para Schwarcz:

A Livraria Real era vinculada à figura de El Rey, aquinhoando o soberano português com a cultura necessária a qualquer monarca que se pretendia

ilustrado. Símbolos diletos, os livros e documentos raros “decoravam” a monarquia portuguesa, a qual lutava para se afastar das imagens recorrentes que sobre ela incidiam, reafirmando o atraso intelectual e o predomínio da superstição e do fervor religioso. (SCHWARCZ, 2002, p. 33)

Foi, contudo, no reinado de D. José I (1750-1777) que a Real Biblioteca experimentou um evento traumático. No dia primeiro de novembro de 1755, a cidade de Lisboa foi atingida por um terremoto, seguido de maremoto, que destruiu a cidade e com ela, a Real Biblioteca. Um incêndio destruiu o acervo da Real, reduzindo a pó a maior parte do acervo. Assim como as ações de reconstrução da cidade de Lisboa, imediatamente após o incêndio, iniciaram-se os esforços para a reconstituição da coleção da Real Biblioteca. Schwarcz (2002, p. 139) salienta que “com a compra de acervos privados, da requisição de coleções esquecidas em mosteiros abandonadas às pressas pelos jesuítas, ou até de generosas doações, a nova Biblioteca Real não parou de crescer”.

Entre as coleções particulares negociadas para integrar a Real, Schwarcz (2002, p. 141) destaca a coleção de manuscritos e livros do bibliófilo Nicolau Francisco Xavier da Silva; a livraria do conde de Redondo, formada por livros e documentos manuscritos; a livraria do abade de Santo Adrião de Sever, Diogo Barbosa Machado, que além de livros, continha manuscritos, estampas, mapas, retratos.

A nova organização da Real, dispunha o acervo a partir de dois eixos, formado por duas coleções com finalidades distintas, que Schwarcz (2002, p. 149) assim detalhou:

A Real Biblioteca, propriamente dita, ia se constituindo de obras de temas variados: religião, história, filosofia, belas artes e ciências naturais. Faziam parte desse primeiro acervo também atlas, obras impressas e manuscritas, partituras de músicas, desenhos, cartas geográficas, gravuras, estampas, algumas obras de arte, instrumentos de medição, moedas e medalhas. Já a segunda coleção [...] era mais conhecida sob o nome de Infantado e compreendia uma série de livros consagrados à educação dos jovens príncipes e futuros dirigentes da nação.

Barbier (2018, p. 255) trata o período entre 1719 e 1789 como momento em que a utilidade torna-se imperativo no universo das bibliotecas, marcado pela abertura e utilidade a um público cada vez maior. Este movimento teve implicações práticas, que impulsionaram novas formas de catalogação e a publicação de catálogos ao público leitor.

Em Portugal, a criação de uma Biblioteca Pública da Corte, em 1795, desempenhou o papel de atendimento ao público, ao passo que a Real mantinha-se nos moldes de uma biblioteca privada de reis, cuja consulta e empréstimos de obra necessitava de autorização real. Para Schwarcz (2002, p. 179) a criação da lei de depósito legal, que tornou obrigatório o envio de

obras publicadas pelas tipografias portuguesas, em 1805, deu novo impulso às bibliotecas, favorecendo o desenvolvimento de suas coleções. Dessa forma, no começo do século XIX consolidava-se a coleção da Real Biblioteca.

Naquela conjuntura, tomava corpo na Europa o movimento de construção das identidades nacionais. Ao analisar a relação da construção de identidades coletivas e a história das bibliotecas, Barbier (2018, p. 309) afirma que “o novo modelo da biblioteca nacional difunde-se na Europa, depois nos Estado Unidos e no Brasil”. Barbier se detém sobre o exemplo brasileiro, dada a particularidade do processo, que inverte a relação colonial estabelecida entre Lisboa e Rio de Janeiro:

Enquanto as tropas de Junot entram em Portugal e se aproximam de Lisboa, a corte real embarca (29 de novembro de 1807) para o Rio de Janeiro. A colônia é promovida subitamente ao nível de metrópole, e a relação de forças se inverte ainda mais rapidamente por que as relações estão praticamente rompidas com o Portugal ocupado. Rio de Janeiro começa a se desenvolver conforme o modelo de uma cidade ocidental, com o palácio real, a administração central e um determinado número de fundações novas, dentre as quais a primeira imprensa brasileira (1808), o primeiro periódico (Gazeta do Rio de Janeiro) e a Biblioteca Real, transportada da Europa e instalada no antigo Hospital da Ordem do Carmo (1810). O acervo é enriquecido pela chegada de uma segunda remessa de livros de Lisboa, a nova instituição se abre para o público, 1811 [...]. A mudança é institucionalizada em 1815, quando o Brasil se torna Reino Unido de Portugal, Algarve e Brasil: em 1818, dá-se a coroação de um novo rei, dom João, que só retornará a Portugal em 1821. Em 1822, finalmente, dom Pedro, filho do rei e regente, proclama a independência, e é coroado imperador. A negociação é iniciada, a propósito das compensações eventualmente devidas à metrópole: a biblioteca se inscreve como um dos primeiros itens pelos quais a jovem nação vai pagar [...]. Biblioteca Imperial e Pública em 1827, a instituição torna-se Biblioteca Nacional depois da abdicação de dom Pedro, em 1831 (BARBIER, 2018, p. 310).

Com a instalação da Real Biblioteca no Rio de Janeiro, em outubro de 1810 e o franqueamento do acesso ao público, a antiga livraria dos reis dá início à sua trajetória no Brasil. Em 1821 foi publicado seu primeiro estatuto³ pela imprensa régia. O documento fixa em trinta e dois pontos as diretrizes para seu funcionamento. Segundo o estatuto, o pessoal da Biblioteca seria composto por um prefeito, autoridade máxima na instituição, subordinado ao Mordomo-mor ou ao Secretário de Negócios do Reino, um ajudante, dois escreventes e os serventes considerados necessários aos trabalhos.

³ **Estatutos da Real Biblioteca.** Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1821. 8p., Imp. Orig., 39,0 X 26,0 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss636313/mss636313.pdf. Acesso em: 27 nov. 2022.

Ao prefeito competia a administração da biblioteca e de seu pessoal. O estatuto incumbia-lhe de efetuar as compras de acervo – obras impressas, manuscritos, livrarias, coleções. Após a compra do acervo, o procedimento estabelecido indicava a organização física do item segundo sua “ordem e classe” e posterior inscrição em livro de registro de entrada de acervo⁴. Sua função primordial era a conservação do acervo da biblioteca, sendo responsável também por garantir a limpeza do ambiente e a presteza no atendimento, sendo para isso assessorado por ajudantes. Os escreventes eram responsáveis por cumprir “o que lhes pertencer escrever segundo ordem do prefeito”⁵.

Para a organização técnica do acervo, estipulava-se a criação de cinco índices: a) um índice geral alfabético onde deveriam ser inscritos todas as obras do acervo da biblioteca; b) índice com a classificação dos ditos livros, identificando o assunto de que tratam; c) índice dos livros proibidos; d) índices dos livros e papéis manuscritos com maior expressão e; e) índices de livros duplicados no acervo⁶.

Para a administração, o estatuto definiu a escrituração em livros para as seguintes finalidades: aquisição de acervo, venda, permuta, saída de livros duplicados, lançamento de contas com encadernação de obras, empréstimos à família real, registro de “ordens, avisos, cartas, papéis, representações e resoluções” referentes à administração da Real Biblioteca. Esta espécie de arquivo administrativo ficava a encargo do prefeito e de seu ajudante⁷.

O real estatuto tornou pública a organização interna que deveria nortear as atividades da Real Biblioteca no Brasil, que de ex-colônia passou a Reino Unido, em 1815, e logo tornaria-se independente, em 1822. Em 1824 foram publicados os “artigos regulamentares para o regime da Biblioteca Imperial e Pública”⁸, que em seu parágrafo primeiro determinava que:

Este estabelecimento feito público pela munificência de sua majestade o Imperador, está debaixo da sua particular e imperial proteção e recebe das imperiais ordens pelo ministro e secretário do estado dos Negócios do Império.

O novo regulamento da Biblioteca definiu de maneira mais pormenorizada seu funcionamento. O texto foi elaborado a partir de proposta elaborada pelo frei Antônio de Arrábida, antigo preceptor dos príncipes d. Pedro e d. Miguel, que estava à frente da administração da Biblioteca (BIBLIOTECA NACIONAL, 1960). O quadro de pessoal da

⁴ Idem.

⁵ Idem

⁶ Idem

⁷ Idem

⁸ Ofícios. Rio de Janeiro: [s.n.], 23/10/1822 - 01/02/1849. 424 doc. (241 f.), Original, 32,5x22,5 cm. Localização: Manuscritos - 70,3,006, coleção Biblioteca Nacional.

instituição sofreu alterações e passou a ser composto pelos seguintes perfis e suas respectivas atribuições:

QUADRO 1: Cargos e atribuições de pessoal na Biblioteca Nacional em 1824

Quantidade	Cargo	Atribuições
1	Bibliotecário	Responsável pela administração da Biblioteca e de seu pessoal. Regular, compra, vende, fiscaliza e promove as atividades pertinentes ao seu cargo. Subordinado ao Imperador e ao Ministro da Secretaria de Negócios do Império.
1	Ajudante bibliotecário	Atua como ajudante e substituto do bibliotecário. Responsável pela guarda da biblioteca, vigilância e direção dos trabalhos dos funcionários.
3	Oficiais ajudantes	Responsáveis pela formação dos catálogos e arranjo dos livros segundo sistemas de classificação, pelo atendimento ao público e atividades de polícia, arranjo e conservação do acervo, de maneira geral.
2	Amanuenses	Primordialmente responsáveis pela escrituração das atividades administrativas e das relações exteriores da biblioteca. Ocasionalmente, poderiam executar atividades afetas ao papel dos oficiais ajudantes.
4	Serventes	Responsáveis pela limpeza do ambiente e do acervo
1	Livreiro encadernador	Executa ações de encadernação
2	Escravos	Responsáveis pelo serviço grosseiro de limpeza, carregar água e materiais pesados.

FONTE: A autora (2022).

Elaborado com base no regulamento de 1824, localização: Manuscritos 70,3,006, coleção Biblioteca Nacional.

Este regulamento vigorou, sem profundas alterações, até 1876, quando foi publicado novo regulamento, decorrente da reforma administrativa de Benjamin Franklin Ramiz Galvão. Cumpre ressaltar, entretanto, que os relatórios deste intervalo de tempo atestaram o descontentamento com a estrutura e principalmente, com a carência de pessoal, tido como deficitário⁹. Este período, entretanto, foi profícuo para a aquisição de coleções bibliográficas e documentais.

1.4.1 - As coleções documentais da Biblioteca Imperial e Pública, 1824 a 1876

A Biblioteca Imperial e Pública da corte do Rio de Janeiro tinha suas raízes e funcionamento imbricado ao Antigo Regime. Embora o acesso estivesse franqueado ao público desde 1814, a instituição permanecia subordinada diretamente ao imperador e, no contexto do Brasil independente, ao Secretário de Negócios do Império. O período assinalado foi também marcado pelas gestões de religiosos à frente da Biblioteca, que deram prosseguimento a

⁹ Ver relatórios de frei Camilo de Monserrate, coleção Biblioteca Nacional.

ampliação do acervo mediante práticas consolidadas: doação, depósito legal e, em menor escala, compra.

As coleções documentais que deram entrada na instituição, durante o período assinalado, formaram uma espécie de núcleo fundador da Seção de Manuscritos. A introdução do Catálogo dos Manuscritos, traz algumas considerações de José Alexandre Teixeira de Mello sobre o acervo a recém formada Seção de Manuscritos, do qual destaca as seguintes coleções documentais: o espólio do frei José Mariano da Conceição Velloso, em 1811, que consistia em impressos e manuscritos; a livraria do conde da Barca, em 1817, composta de livros e manuscritos raros; o acervo manuscrito do arquiteto José da Costa e Silva, em 1818, composto de desenhos, estampas, moldes, entre outros; a livraria de Francisco de Mello Franco, em 1824; a livraria de José Bonifácio de Andrada e Silva, 1838, com cerca de cinco mil volumes de títulos majoritariamente de ciências; os manuscritos do gabinete do marquês de Santo Amaro, em 1841; o espólio manuscrito do naturalista Antônio Correa de Lacerda, em 1853; a coleção manuscrita compilada pelo periodista Pedro de Angelis, em 1853, referente ao período colonial da região do rio da Prata; a coleção de manuscritos organizada por Alexandre José de Mello Moraes; a livraria e coleção de manuscritos formada pelo comendador Manuel Ferreira Lagos – que nas palavras de Teixeira de Mello “depois da [coleção] de Pedro de Angelis, é a coleção de manuscritos mais interessante que possuímos, especialmente por que versam quase todos eles sobre cousas do Brasil” (MELLO, 1877, p. 6-10).

Os acervos documentais que deram entrada na Biblioteca Nacional, durante o século XIX recebiam o tratamento técnico dispensados aos livros: eram catalogados e classificados por assuntos, de modo que para alguns acervos este movimento representou a dispersão do conjunto documental. Este procedimento, verificado no século XIX, pode ser comprovado ainda no século XX. As coleções Pedro de Angelis e Lagos foram objeto deste tipo de tratamento técnico dispensado ao acervo manuscrito.

A coleção Pedro de Angelis é formada por 1.356 documentos, que datam de 1537 a 1849. Trata-se de uma coleção de documentos compilada ao longo da estadia do jornalista napolitano na Argentina, entre 1826 e 1852. Radicado em Buenos Aires como periodista de jornais oficiais, a convite do presidente Bernardino Rivadavia em 1827, Pedro de Angelis deu início à prática de colecionar livros e documentos manuscritos referentes à história da região platina. Em estudo sobre a coleção De Angelis, Schell (2022, p. 45) chama a atenção para o fato de que no contexto pós-independência na Argentina “boa parte da documentação relativa ao período colonial e aos tempos em que se processava a ruptura com a Espanha acabaram se dispersando por aquele território”. A autora frisa ainda que a inexistência de arquivos ou

repositórios públicos que pudessem coletar e salvaguardar os documentos contribuíram para que permanecessem nas mãos de particulares. Dessa forma, Schell nos diz que muitos dos documentos referente ao período colônia:

Ficaram sob os cuidados de religiosos, de antigos funcionários da coroa hispânica e de membros da nova ordem vigente, tornando-se propriedade desses sujeitos, e logo, passaram a circular em redes de comércio e de trocas particulares entre a América e outros continentes. (SCHELL, 2022, p. 45)

De Angelis organizou um catálogo em que listou todos os itens de sua coleção, categorizando-os em 1559 obras impressas, 195 publicações periódicas, 1.241 documentos manuscritos e 51 planos e mapas. Em 1853, o colecionador ofertou o acervo ao imperador d. Pedro II, que autorizou a compra do acervo pela Biblioteca Nacional. As duplicatas de peças foram enviadas ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual de Angelis era membro correspondente.

Sobre a aquisição da coleção Pedro de Angelis, Mello (1877, p. 10) afirmou:

Comprando-a realizou o governo imperial uma importantíssima aquisição, não só por serem todas as obras que a-constituem de real merecimento, relativas geralmente à história d'essa parte do nosso continente, e algumas mui raras, como também pelo seu perfeito estado de conservação, nitidamente encadernadas, e oferecendo particularidades que lhes aumentam o valor e tais como as pode exigir o mais escrupuloso bibliófilo.

Após a entrada da coleção na Biblioteca Nacional, operou-se um cotejamento do catálogo com os documentos, em que verificaram-se algumas divergências. O trabalho de verificação das foi concluído em 1854, quando o diretor, frei Camilo de Monserrate sinalizou em carta que parte do acervo formado de duplicatas de livros e documentos deveriam ser encaminhadas ao arquivo da Secretaria de Negócios do Império e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro¹⁰. O tratamento técnico do acervo, entretanto, ocorreu somente em 1899: uma atividade de inventário informada pela Seção de Manuscritos no relatório da diretoria de 1900¹¹.

A partir da leitura dos Anais e dos relatórios, foi possível identificar a prática de “distribuição por classes” dos documentos manuscritos, prática que teve início no século XIX e vigorou ao longo do século XX, porém com maior regularidade na primeira metade do

¹⁰ MONSERRAT, Camilo de. Carta participando ter acabado o trabalho de verificação da Biblioteca do senhor D. Pedro de Angelis e colocando-se a disposição para o que determinar a respeito dos livros da mesma biblioteca destinadas a passarem no arquivo da Secretaria de Estado dos Negócios Exteriores ou do Instituto Histórico [e Geográfico Brasileiro]. [S.l.: s.n.], 03/03/1854. 1 p., Original. Localização: Manuscritos - 66,1,002 n°020

¹¹ MELLO, José Alexandre Teixeira de. Relatório apresentado ao cidadão Dr. Epitácio Pessoa. Anais da Biblioteca Nacional, v.22, p. 239-281, 1900.

século¹². Dessa forma, os documentos de uma coleção poderiam ser redistribuídos internamente, de modo a integrar outras coleções com temas afins. Para os documentos com marcas de proveniência, tais como carimbos ou papéis timbrados, seria possível manter a identificação e o vínculo com o produtor. Para documentos sem tais marcadores, perdia-se a informação de sua origem. Em razão desta prática, houve dispersão dos documentos da coleção a fim de integrar coleções factícias, criadas internamente na Seção de Manuscritos, tais como coleção Decimal, Europa, Limites do Brasil, México, Missões Espanholas na América, Paraguai, Peru, Províncias do Rio da Prata.

A coleção seria objeto de trabalho mais minucioso apenas na década de 1940, com a contratação do pesquisador Jaime Cortesão para a catalogação e elaboração de instrumentos de pesquisa sobre o acervo¹³. O trabalho compilou e transcreveu documentos da coleção a partir de eixos temáticos, que foram publicados sob a seguinte organização: Antecedentes do Tratado de Madri: Jesuítas e bandeirantes no Paraguai (1703-1751), Do tratado de Madri à conquista dos sete povos (1750-1802), Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1594-1640), Jesuítas e Bandeirantes no Itatim (1596-1760), Jesuítas e Bandeirantes no Tapé (1615-1641), Tratado de Madri: antecedentes, colônia do Sacramento (1669-1749), Jesuítas e Bandeirantes no Uruguai (1611-1758)

A coleção Lagos, como convencionou-se chamar na Seção de Manuscritos, foi comprada à viúva do titular, Francisca Costa Ferreira Lagos, em 1873 pela quantia de 28:000\$000. O acervo versa sobre história natural e é composto de 231 documentos manuscritos, 3.475 impressos, 2.000 folhetos, 146 mapas e 1 volume de estampas (PEREZ, 2018, p. 367).

Manoel Ferreira Lagos (1816-1871) era natural do Rio de Janeiro, iniciou seus estudos em Medicina. Atuou como oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, diretor da Seção de Zoologia e Anatomia Comparada do Museu Nacional, tendo atuado também como bibliotecário nesta instituição. Lagos integrou a missão científica de exploração ao norte do Brasil, responsável pela seção de zoologia (IHGB). Lagos ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1839, onde serviu como segundo e primeiro Secretário e como redator da revista do IHGB.

¹² Em entrevista à autora, Carmen Moreno, ex-chefe da Seção de Manuscritos informou que nos anos 1990 ainda havia resquícios desta prática, que buscou eliminar em sua gestão.

¹³ Relatório do diretor da Biblioteca Nacional. Localização: 46,02,024. Coleção Biblioteca Nacional.

Os documentos colecionados versam sobre história natural, povos indígenas, estudos etnográficos. A coleção Lagos foi marcada pelo mesmo processo de dispersão, porém em maior grau do que o verificado na coleção Pedro de Angelis. Houve a incorporação de documentos majoritariamente à coleção Alexandre Rodrigues Ferreira, cujo tema é a Viagem Filosófica, que o naturalista baiano empreendeu de 1783 a 1792 pela região norte do Brasil.

Conforme vimos anteriormente, a década de 1870 foi um momento privilegiado para as instituições de memória na corte. Barbier (2018, p. 319) observa que à articulação entre saber e poder tradicionalmente associada às bibliotecas foram acrescidos, ações no campo da educação, identidade coletiva e distinção cultural. Para este autor, “as bibliotecas nacionais correspondem no século XIX a uma função nova, que não é mais a ilustração do príncipe, mas de conservação e de disponibilidade daquilo que se refere à identidade coletiva no âmbito da escrita” (BARBIER, 2018, p. 321). À essa mudança de entendimento sobre o papel de uma biblioteca, concorreu a preocupação do governo imperial em reformular as instituições de cultura e saber da corte - Biblioteca, Arquivo e Museu Nacionais (CALDEIRA, 2017b, p.09).

Imbuída desta perspectiva, a reforma de Ramiz Galvão imprimiu novos rumos à instituição. Professor de história do Colégio Pedro II, o intelectual dirigiu a Biblioteca entre 1870 e 1882. Para Caldeira (2017b, p.02) Ramiz Galvão “foi um desses agentes que assumiu uma posição de destaque em sua geração, organizando a Biblioteca Nacional para que ela passasse a ocupar não só o lugar de principal biblioteca do país, como também espaço promotor das letras e da história nacional”. Para a execução de seu projeto, tornou-se imperativo modificar e atualizar sua estrutura administrativa, inspirado no que havia de mais moderno na Europa. Nas palavras de Caldeira (2017b, p. 17):

Diante deste novo quadro que se abria, o diretor da BN foi justamente à Europa, modelo de civilização e organização, analisar suas bibliotecas para tomar delas um modelo de funcionamento para a BN. Embora ainda fosse modesta, frente a instituições como o British Museum e a Biblioteca de França, o desejo era que um dia se igualasse a elas. Daí o esforço em se inspirar nesses espaços, fazendo adaptações aos modelos, mas sem, com isso retirar sua essência: zelar pelo acervo, trabalhar na constituição de um público de especialistas e de um corpo de funcionários cada vez mais qualificado.

1.4.2 - A reforma administrativa de 1876: as bases lançadas por Ramiz Galvão

O projeto de reformulação da Biblioteca Nacional foi implementado com a publicação do decreto nº 6.141, em 04 de março de 1876. O novo regulamento estabelecia importantes inovações para a instituição, entre elas a organização de uma Secretaria e de três seções de guarda de acervo: a 1ª Seção, de impressos e cartas geográficas; a 2ª Seção, de manuscritos; e

a 3ª Seção, de estampas, à semelhança da divisão de acervo do Museu Britânico (CALDEIRA, 2017b, p.16). Outra inovação de destaque foi a criação dos *Annais da Biblioteca Nacional*, “revista periódica onde deverão ser publicados os manuscritos interessantes da Biblioteca e trabalhos bibliográficos de merecimento, compostos pelos empregados da repartição ou por indivíduos estranhos a ela” (BRASIL, 1876).

O quadro de pessoal foi igualmente reformulado. A direção da Biblioteca ficou a cargo do bibliotecário – cargo de livre nomeação pelo governo. Entre as suas atribuições figuravam corresponder-se com o governo e particulares, fazer cumprir disposições relativas à Biblioteca, velar pela conservação do acervo, assinar correspondência oficial, enviar relatório anual ao ministério vinculado, admoestar empregados que faltaram com suas obrigações, conceder licenças, e por fim, dirigir a publicação dos *Annais da Biblioteca Nacional* (BRASIL, 1876).

Aos chefes de seções cumpria policiar o interior das seções e tinham como função garantir a execução dos deveres dos seus respectivos empregados. Entre suas competências figuravam: propor medidas necessárias ao bom andamento do serviço; registrar os objetos pertencentes às suas seções; imprimir marca de propriedade da Biblioteca no acervo de sua responsabilidade; presidir, auxiliar e fiscalizar os trabalhos bibliográficos de suas seções; auxiliar a pesquisa na sala de leitura; apresentar relatório estatístico trimestral ao bibliotecário; e organizar um catálogo especial de publicações nacionais, a ser publicado sob o título de *Dicionário Bibliográfico Braziliense* (BRASIL, 1876). Os chefes de seções, ainda segundo o regulamento, deveriam ser nomeados por decreto e por merecimento entre os oficiais da instituição, considerando os trabalhos bibliográficos relevantes que produzissem (BRASIL, 1876).

Abaixo dos chefes de seção estavam os oficiais, distribuídos dois para a seção de impressos e um para a Seção de Manuscritos. Pela letra fria do decreto, a seção de estampas estava desprovida de oficiais. Estes profissionais eram responsáveis por presidir o serviço de leitura pública; executar trabalhos bibliográficos, com ênfase na escrituração dos registros e catálogos das seções; zelar pela boa ordem nas salas de leitura; informar a estatística de consultas diárias; fiscalizar o trabalho de limpeza, arrumação e conservação dos auxiliares (BRASIL, 1876).

No capítulo, vimos os conceitos de coleção para a arquivologia e biblioteconomia, a partir da definição de dicionários e glossários das áreas. Características como artificialidade, intencionalidade, arbitrariedade o definem, geralmente, em oposição ao conceito de arquivo, definido por pela organicidade.

Traçamos também uma breve trajetória dos arquivos e bibliotecas para observar alguns pontos de interseção entre as instituições, que para os fins dessa pesquisa importam mais do que suas particularidades, caracterizando a experiência brasileira com a criação do Arquivo Imperial e da Biblioteca Nacional, oriunda da Real Biblioteca dos Reis de Portugal. As duas instituições foram implementadas durante o século XIX no Brasil, momento de formação do estado nacional brasileiro e conseqüentemente, de formação da identidade nacional brasileira. Vimos que o IHGB foi outra peça importante neste processo identitário, tendo a escrita da história como uma ferramenta fundamental.

Com as reformas promovidas nas instituições de memória da corte – o Arquivo Público e a Biblioteca Nacional – na década de 1870, houve um empenho de suas administrações em aumentar a captação de acervo, investindo na aquisição de arquivos e coleções de documentos manuscritos que referenciassem a história nacional. Nesse sentido, Arquivo e Biblioteca convergiam sobre seu objeto: documentos históricos que servissem de fonte para a produção de conhecimento científico sobre a história da nação.

A reforma promovida por Ramiz Galvão em 1876 buscou modernizar a instituição, que mantinha a mesma estrutura estabelecida pelo regulamento de 1824. Sua gestão implementou a divisão em seções de acervo especializadas, promoveu a captação de acervo e a exposição de história e geografia do Brasil em 1881, criou os *Annais da Biblioteca Nacional* como veículo de difusão do acervo, com isso lançando as bases para a Biblioteca Nacional do século XX. Para nosso objeto de pesquisa – a coleção Biblioteca Nacional – importa ressaltar que a reforma de Ramiz Galvão organizou as atividades administrativas em torno da Secretaria, que entre suas atribuições, era a unidade responsável pelo arquivo administrativo, que veremos adiante, será a base para o arquivo histórico da instituição, custodiado na Seção de Manuscritos.

No capítulo seguinte, vamos analisar a estrutura administrativa proposta em reformas distintas, a partir das atividades de três unidades: a Secretaria, a Seção de Documentação e a Seção de Manuscritos, os lugares por onde transitou o arquivo administrativo até tornar-se permanente por que detentor de valor histórico.

CAPÍTULO 2 - REFORMAS ADMINISTRATIVAS DA BIBLIOTECA NACIONAL: OS LUGARES DA PRODUÇÃO E CUSTÓDIA DO ARQUIVO INSTITUCIONAL

Este capítulo pretende analisar a trajetória das unidades administrativas responsáveis pela produção e custódia do arquivo administrativo em suas fases corrente e permanente, a partir das reformas administrativas promovidas pelas gestões Manoel Cícero Peregrino da Silva (1911), Rodolfo Garcia (1944), Rubens Borba de Moraes (1946) e Jannice Monte-mor (1975). Três unidades são destacadas por sua relação com a produção e armazenamento do arquivo institucional: a Secretaria, que vigorou entre 1876 e 1944, responsável pela organização do arquivo corrente da administração; a Seção de Manuscritos, que nas reformas de 1911 e 1975 foi indicada como a seção responsável por custodiar o arquivo histórico institucional; e a Seção de Documentação, criada na gestão de Celso da Cunha, em 1960 e extinta com a reforma de 1975. Como fontes foram utilizados regulamentos, estatutos e regimentos internos, bem como os relatórios da direção da instituição e da chefia das seções, documentos custodiados na coleção Biblioteca Nacional e no Arquivo Geral da Biblioteca Nacional.

O capítulo apresenta um breve panorama das reformas administrativas, apresentando as estruturas que propuseram à instituição bem como as principais atividades desempenhadas pelas unidades administrativas a partir da legislação que lhes deu origem.

Em seguida, analisa as atribuições da Secretaria e seu papel na produção e organização do arquivo corrente institucional, tal como preconizado nos estatutos de 1876 e 1911. Esta unidade centralizou importantes ações administrativas da Biblioteca entre 1876 e 1944, quando foi consideravelmente esvaziada de suas funções. Durante sua vigência como unidade administrativa, foi também a principal unidade responsável pela transferência do arquivo institucional para a Seção de Manuscritos.

A Seção de Manuscritos teve sua origem no gabinete dos manuscritos do rei, que chegou ao Brasil com a transferência da Real Biblioteca, no início do século XIX. Neste período, também era conhecida na instituição sob o nome de “arquivo”. Com a reforma de Ramiz Galvão, passou a formar uma unidade administrativa formalmente constituída como seção. Seu objeto eram livros, códices e mapas manuscritos, arquivos e coleções de documentos que servissem à escrita da história e literatura nacionais. Com a reforma administrativa de 1911 a Seção de Manuscritos passou formalmente a receber os documentos do arquivo administrativo considerados de valor histórico para a Biblioteca Nacional. Esta prática foi oficialmente encerrada com as reformas de 1944 e 46 e reativada na gestão da bibliotecária Jannice Monte-mor, 1971-1979.

A outra unidade estudada neste capítulo é a Seção de Documentação, criada sob a gestão de Celso da Cunha, entre 1956-1960, para onde foram transferidos os documentos do arquivo histórico, até então custodiados na Seção de Manuscritos. Esta configuração permaneceu até a reforma administrativa da gestão de Jannice Monte-mor, que extinguiu a Seção de Documentação e reabilitou o arquivo histórico da Biblioteca Nacional, na Seção de Manuscritos.

Ao analisar a estrutura administrativa da Biblioteca Nacional e as reformas que a modificaram entre 1911 e 1990 intentamos identificar as unidades administrativas responsáveis pela produção e pela guarda permanente do arquivo histórico, privilegiando quatro momentos: as reformas de 1911, 1944, 1946 e 1975. Ademais, ao analisar as estruturas administrativas oriundas das reformas, objetivamos identificar as demais unidades administrativas e suas atividades para compreender a formação da coleção Biblioteca Nacional neste período.

2.1 - A reforma de 1911: a proposta modernizadora de Manoel Cícero Peregrino da Silva

Manoel Cícero Peregrino da Silva tomou posse como diretor da Biblioteca Nacional em julho de 1900, cargo em que permaneceu até 1924. Pernambucano, Peregrino da Silva tinha experiência prévia como bibliotecário da Faculdade de Direito do Recife e já em seu primeiro relatório de diretoria sinalizou ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, Epitácio da Silva Pessoa, a necessidade de reformulação da Biblioteca Nacional (SILVA, 1901).

De fato, o período de sua gestão, entre 1900 e 1924, foi marcado pela reestruturação da instituição: além da reforma administrativa, que compreendeu a criação do primeiro curso de biblioteconomia da América Latina, sua gestão levou à cabo a construção de um novo edifício sede, projetado especificamente para abrigar a biblioteca – acompanhando uma tendência internacional de construção de “palácios para os livros” (BARBIER, 2018, p. 313)

O projeto modernizador de Peregrino da Silva foi implementado com a publicação do decreto nº 8.835/1911, que organizou a Biblioteca em uma Secretaria e quatro seções: 1ª seção, de impressos; 2ª seção, de manuscritos; a 3ª de estampas e cartas geográficas e a 4ª referente a moedas e medalhas.

A Secretaria, unidade administrativa criada na gestão Ramiz Galvão, foi mantida pela reforma de Peregrino da Silva. Suas atribuições, no entanto, foram ampliadas. Além de responsável pelo expediente da instituição e coletoria das obras por depósito legal, o decreto incluiu o registro de obras para garantir o direito autoral, o serviço de permutações internacionais, o serviço de bibliografia e documentação, bem como o depósito, distribuição e

venda de publicações, o serviço de informações e das oficinas gráficas e de encadernação (BRASIL, 1911). Tais atividades apontavam para o esforço de internacionalização da instituição projeto por Peregrino da Silva, bem como por sua afinidade com os ideais em voga na biblioteconomia da época, propagados pelos belgas Paul Otlet e Henri La Fontaine.

Para Juvêncio (2016, p. 97), Peregrino da Silva objetivou em seu projeto de reforma transformar a Biblioteca Nacional num “centro de confluência de saberes”, integrada ao que de mais moderno havia na biblioteconomia. Assim, a criação do Serviço de Bibliografia e Documentação representou o esforço de alinhar a Biblioteca Nacional à práticas do Instituto Internacional de Bibliografia, “instituição líder na tentativa de integração mundial em prol da construção de uma rede mundial de informações” (JUVÊNCIO, 2016, p. 78).

No que tange ao arquivo administrativo, o decreto 8.835 de 1911, estipulou que a Secretaria deveria “ter a seu cargo a correspondência e trazer em dia a escrituração dos livros da Secretaria e em boa ordem os papéis do arquivo, que no fim de cinco anos, do mesmo modo que aqueles livros, serão remetidos à 2ª seção” (BRASIL, 1911). Com isto, definia-se a nível de regulamento a destinação dos documentos administrativos que a Secretaria acumulava no exercício de sua função.

A segunda seção, que entre as áreas de acervo nos ocupa mais detidamente, tinha como objeto documentos manuscritos – fossem códices, livros manuscritos, arquivos pessoais, coleções de manuscritos ou documentos manuscritos avulsos - e em sua biblioteca especializada, obras de paleografia e diplomática. Dirigida por um bibliotecário, era responsável pelas ações de guarda, conservação, catalogação, exposição e consulta de seu acervo (BRASIL, 1911).

Para dar conta da ampliação das atividades propostas, o quadro de pessoal da Biblioteca Nacional foi expandido e tornou-se mais especializado que na reforma anterior de 1876, conforme indica o quadro abaixo:

QUADRO 2 : Cargos e atribuições de pessoal na Biblioteca Nacional em 1911

Quantidade	Cargo	Competência
1	Diretor geral	<ul style="list-style-type: none"> - Superintender todos os trabalhos, corresponder-se com autoridades, propor providências ao ministério vinculado - Gerenciar pessoal: distribuir, admitir, dispensar, fiscalizar comparecimento, conceder licença, impor penas disciplinares - Velar pela conservação dos livros, autorizar permuta, distribuir duplicatas de obras, designar pessoal para investigação e estudo em bibliotecas, arquivos e demais instituições no país ou estrangeiro

		<ul style="list-style-type: none"> - Convocar conselho consultivo para avaliar admissão no cargo de auxiliar, programa do curso de biblioteconomia, concursos bibliográficos e promoção de servidores - Autorizar a cópia de manuscritos que não sejam considerados reservados - Aprovar programa do curso de biblioteconomia - Fixar as condições para realização dos concursos bibliográficos - Promover a realização de conferências - Dirigir a publicação dos Annaes da Biblioteca Nacional e a do Boletim Bibliográfico - Apresentar ao ministro relatório circunstanciado do movimento na Biblioteca no ano anterior
1	Secretário	<ul style="list-style-type: none"> - Responsável pela correspondência, escrituração dos livros da Secretaria e manutenção do arquivo - Coletar obras nacionais em cumprimento da lei nº 1.825 de 1907 - Remeter às seções o acervo recebido - Organizar folhas de pagamento de pessoal - Secretariar as reuniões do conselho consultivo, na comissão dos concursos bibliográficos e exames de admissão do curso de biblioteconomia - Auxiliar o diretor na edição dos Anais da Biblioteca Nacional e do Boletim Bibliográfico - Assinar certidões e autenticar cópias, receber pedidos de empréstimo de obras
3	Bibliotecário	<ul style="list-style-type: none"> - Presidir e fiscalizar os trabalhos das seções, distribuir o serviço e exigir cumprimento - Prestar ao diretor geral as informações e propor medidas úteis - Velar pela regular escrituração dos registros de entrada, imprimir selo da Biblioteca no acervo - Auxiliar os trabalhos bibliográficos, catalogar e fazer catalogar os acervos de suas respectivas seções - Remeter ao secretário relação de obras a reclamar por contribuição legal e as obras autorizadas para empréstimo - Enviar às oficinas da Biblioteca obras que necessitem de reparos - Encarregar-se do ensino das matérias do curso de biblioteconomia, organizar os programas - Tomar parte no conselho consultivo - Integrar comissão dos concursos bibliográficos - Enviar ao diretor geral mapa da frequência, resumos dos trabalhos e relação das aquisições do mês anterior.
5	Sub-bibliotecário	<ul style="list-style-type: none"> - Responsável pela distribuição, colocação e conservação dos objetos das seções - Fiscalizar a execução dos trabalhos nas seções - Presidir o serviço de consulta - Substituir os bibliotecários em seus impedimentos
8	Oficial	<ul style="list-style-type: none"> - Executar os trabalhos que lhe for atribuído por seus superiores, inclusive a presidência da sala de consulta
14	Amanuense	<ul style="list-style-type: none"> - Executar os trabalhos de escrita ou outros que lhe forem confiados
16	Auxiliar	<ul style="list-style-type: none"> - Executar os pedidos para consulta - Auxiliar o serviço dos amanuenses

FONTE: A autora.

Elaborado com base no decreto nº 8.835 de 1911.

Desde o último quartel do século XIX, notadamente na gestão de Ramiz Galvão pode-se observar a implementação de medidas para o provimento de cargos por mão de obra especializada. Nesse sentido, foram realizados concursos que exigiam formação mínima. Durante a gestão de Peregrino da Silva, este movimento culminou com a criação do curso de biblioteconomia, em 1911. O curso foi concebido para ter como professores os chefes de seção

de acervo da Biblioteca. As disciplinas que o compunham eram bibliografia, paleografia e diplomática, iconografia e numismática, ensinadas nas vertentes teórica e prática. Para a admissão no curso, estipulou-se um exame de admissão, composto por uma produção de texto em português, uma prova oral de geografia, história universal, história literária e uma tradução da língua francesa, inglesa e latim. O curso seria encerrado com exame final, ao qual estavam habilitados somente os alunos com cinquenta por cento de frequência. (BRASIL, 1911).

O curso de biblioteconomia, contudo, não logrou êxito em seus primeiros anos por falta de candidatos. Somente em 1915 foram satisfeitas as exigências para admissão, tendo início a primeira turma (CASTRO, 2000, p. 54). Em 1922, contudo, o curso foi suprimido da estrutura da Biblioteca Nacional em razão da criação de um curso técnico, promovido pelo Museu Nacional, que tinha como objetivo unificar a formação de mão de obra qualificada para três instituições: Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e Museu Nacional (SÁ, 2013). Esta iniciativa, entretanto, não avançou, emperrando a formação de quadros para a Biblioteca até a década de 1930, quando a gestão de Rodolfo Garcia reformulou e reativou o curso da Biblioteca Nacional (BRASIL, 1931).

A estrutura proposta por Peregrino da Silva em 1911 foi ratificada com poucas alterações em regulamento de 1922 e permaneceu até 1944, quando a Biblioteca foi remodelada na gestão de Rodolfo Garcia. Na década de 1940, o curso de biblioteconomia passou a ser então a principal fonte de qualificação e fornecimento de mão-de-obra para os quadros da Biblioteca Nacional e com isso, foi a força motriz para a remodelação institucional que veremos adiante.

Para nosso objeto de pesquisa, a gestão de Peregrino da Silva representou a regulamentação da transferência do arquivo administrativo corrente produzido e acumulado pela Secretaria para a Seção de Manuscritos, onde passou a ser custodiado como arquivo histórico permanente.

O projeto modernizador de Peregrino da Silva ampliou as atribuições da Secretaria, que veremos à frente, foi por cerca de sessenta anos a unidade responsável pela produção do arquivo. Para a Seção de Manuscritos, a reforma de Peregrino da Silva ratificou a vocação de arquivo histórico da seção, responsável por coletar e disponibilizar o acesso ao seu acervo.

2.2 - As reformas administrativas de 1944 e 46: a transição do historiador Rodolfo Garcia para o bibliotecário Rubens Borba de Moraes

O historiador e jornalista cearense Rodolfo Augusto de Amorim Garcia dirigiu a Biblioteca Nacional entre 1932 e 1945. A estrutura administrativa durante sua gestão na

Biblioteca Nacional foi herdada dos regulamentos de 1911 e 1922, produzidos sob a gestão de Manoel Cícero Peregrino da Silva. Na gestão de Garcia, contudo, foram realizados estudos no sentido de reestruturar a Biblioteca, tal como atesta um ante-projeto de regimento da BN, que estima-se, foi produzido na década de 1930¹⁴. Neste documento lê-se em seu artigo primeiro:

A Biblioteca Nacional, diretamente subordinada ao Ministério da Educação e Saúde, tem por finalidade cooperar para a educação popular pela divulgação das obras literárias, nacionais e estrangeira, organizar e conservar um repositório histórico literário nacional e promover o registro dos direitos de autor de obras literárias e científicas, de cartas geográficas e de quaisquer outros escritos e estabelecer um serviço de permutas internacionais com o fito de tornar conhecido o Brasil, divulgando o seu patrimônio intelectual¹⁵.

O projeto previa a organização da Biblioteca em cinco seções – Obras Impressas, Manuscritos, Estampas e Cartas Geográficas, Publicações Periódicas, Administração – e uma oficina de encadernação. À Seção de Manuscritos, caberia a guarda dos manuscritos, obras de paleografia e diplomática, o registro da entrada de acervo na seção, a impressão do selo da Biblioteca nas peças documentais, a catalogação sistemática de seu acervo, a possibilidade de empréstimo de documentos manuscritos, e o registro de direito de autor¹⁶. Para a Seção de Administração, as orientações seguiam no sentido de gerenciar o pessoal da instituição, em colaboração com o Ministério da Educação e Saúde, material, dotações orçamentárias. Entre as competências, discriminaram-se ações referentes aos arquivos, tais como “manter na devida ordem o arquivo a seu cargo, arquivar os papéis referentes a assuntos já solucionados, bem assim notas e livros findos, passar certidões referentes a papéis e livros findos arquivados”¹⁷. Não foi, contudo, possível contextualizar o documento dada a ausência de informações – não constam anotações, data ou assinatura que forneçam indícios.

A reforma de 1944 deve ser compreendida à luz das transformações que impulsionaram o serviço público federal e mais especificamente a área da biblioteconomia. Isto por que durante a chamada Era Vargas houve um investimento no fortalecimento e na racionalização da organização administrativa no âmbito federal, movimento que teve como ponto de inflexão a criação do Departamento de Administração do Serviço Público – o DASP - em 1938. Assim, “vinculado à presidência da república, o DASP desempenhou um conjunto de funções normativas, de controle e operativas na administração de pessoal, destacando-se as atividades de seleção e aperfeiçoamento de quadros para o serviço público” (SANTOS, 2014, p. 20). Em

¹⁴ ANTE-PROJETO de regimento da Biblioteca Nacional. [S.l.: s.n.]. 10 p., Cópia. Localização: Manuscritos - 65,4,002 nº013, coleção Biblioteca Nacional.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

seu estudo sobre a relação entre a administração pública e o campo dos arquivos, Santos destaca ainda a relação próxima entre Brasil e Estados Unidos, que concorreu para ações nas áreas de arquivos e bibliotecas (SANTOS, 2014, p. 21). Assim, cumpre notar que o movimento de assessoria técnica fornecida à Biblioteca Nacional na década de 1940 se inscreve nesta conjuntura, marcada pelo intercâmbio entre brasileiros e americanos, com vistas à modernização da estrutura administrativa, bem como do curso de biblioteconomia, em 1944.

Segundo Castro (2000, p. 78-79) a década de 1940 foi um ponto de inflexão também na história das bibliotecas e da biblioteconomia no Brasil. Novos métodos de organização de bibliotecas, sistemas de catalogação, ampliação do acesso ao ensino profissionalizante foram alguns pontos que concorreram para a mudança de cenário.

Nesse sentido, vale ressaltar que o estudo para a reforma de 1944 foi projetado por uma bibliotecária: Heloísa Cabral da Rocha Werneck, sob a execução de Cecília Roxo Wagley e Josué Montello (CASTRO, 2000, p. 81). Sobre a necessidade de reforma institucional, é Werneck (1942, p. 4) quem afirma que:

Com o desenvolvimento hodierno da biblioteconomia, não é admissível conservar-se “ad perpetuum rei memoriam” a antiga divisão da BN em quatro seções: 1) Impressos, 2) Manuscritos, 3) Estampas, Gravuras e Mapas, 4) Jornais e Periódicos, com a Secretaria superintendendo a administração geral, a aquisição e a permuta de obras, a 1ª seção superintendendo a sala de consulta geral e o diretor superintendendo diretamente as publicações. Não há serviço de referência de bibliografia indispensável a toda biblioteca pública, não há o critério dos técnicos e dos entendidos na escolha dos livros (order department) não há publicidade organizada, não há grupos de estudo e de pesquisa, não há serviço de leitura pública.

A inadequação da estrutura aos serviços prestados era, a seu ver, contrastante com os avanços da biblioteconomia e com que contemporaneamente se compreendia ser o papel de uma biblioteca nacional. A Biblioteca do Congresso era o modelo a ser seguido pela congênera brasileira, da mesma forma como o ensino tecnicista norte-americano impunha-se como forte influência na área da biblioteconomia, suplantando a escola francesa em voga no início do século XX.

Seu projeto de reforma previa a organização da Biblioteca em cinco divisões (Hemeroteca, Aquisição, Biblioteca, Iconoteca e Mapoteca, Manuscritoteca), quatro serviços (Referência, Leitura Pública, Ensino da Biblioteconomia, Publicidade), diretoria e órgãos de orientação (WERNECK, 1942, p. 8). O texto previa a administração da instituição por um diretor, assessorado por um orientador, assistente técnico formado em biblioteconomia para subsidiar a tomada de decisões. Haveria ainda um conselho de bibliotecários, presidido pelo

diretor e formado pelos chefes de seção, que seria responsável por questões técnicas, administrativas e culturais da instituição (WERNECK, 1942, p. 14).

O estudo de Heloísa Werneck serviu de base para a reforma de 1944, entretanto, a estrutura ratificada pelo decreto nº 16.167, de 24 de julho de 1944, que aprovou o novo regimento da Biblioteca Nacional, divergia do desenho proposto em 1942.

O decreto assegurou como finalidade da Biblioteca Nacional: I- manter e conservar repertório completo das publicações nacionais, coleções de manuscritos, cartas geográficas e estampas, bem como coleções selecionadas de obras estrangeiras; II – promover a divulgação da cultura sob as suas diversas formas e tornar mais conhecido, no país e no estrangeiro, o patrimônio bibliográfico nacional (BRASIL, 1944).

A instituição passou a ser organizada em três grandes unidades: Divisão de Preparação, Divisão de Consulta e Seção de Administração. A primeira, a Divisão de Preparação, tinha entre suas principais competências ações de aquisição de acervo – eram suas tarefas promover compra do material bibliográfico, receber o acervo procedente do depósito legal, promover permutas nacionais e internacionais de obras, registrar o material bibliográfico recebido por compra, contribuição legal, doação ou permuta – atividades anteriormente afetas ao trabalho da Secretaria. Eram também de sua competência as ações de classificar diferentes materiais - livros, folhetos, publicações periódicas, estampas, ilustrações, cartas geográficas, manuscritos. Dessa forma, as ações de catalogação e classificação do acervo, que até então eram realizadas pelas seções de acervo especializado, passaram a ser responsabilidade de uma equipe única para processamento técnico de todos os tipos de obra, em diferentes formatos e materialidades.

A Divisão de Preparação assumiu as ações de encadernação e restauração do acervo¹⁸, execução de fotografias, microfilmes e qualquer forma de reprodução. A Divisão de Preparação era responsável ainda pelo preparo das publicações da BN. Para dar conta de suas atribuições a Divisão de Preparação subdividia-se em seções, a saber:

QUADRO 3: Seções e suas atribuições na Biblioteca Nacional em 1944

SEÇÕES	ATRIBUIÇÕES
Aquisição	Comprar material bibliográfico Receber material bibliográfico procedente de depósito legal e doação Promover permuta nacional e internacional de obras Registrar material bibliográfico recebido por compra, contribuição legal, doação ou permuta

¹⁸ As oficinas gráficas e de encadernação haviam sido extintas pelo decreto nº 20.629, de 09 de novembro de 1931, durante a gestão de Mário Behring (1924-1932).

	Encaminhar material às seções da classificação e catalogação Organizar e manter atualizados os catálogos necessários aos serviços internos Efetuar o registro de obras bibliográficas para garantir direito autoral
Classificação	Classificar livros, folhetos, periódicos e demais materiais que necessitem de classificação Manter bibliografia sobre classificação Divulgar sistema de classificação adotado pela BN Encaminhar obras à seção de Catalogação Manter registro de ordem interna das publicações a serem classificadas
Catalogação	Catalogar todo o material bibliográfico com a colaboração dos bibliotecários da Divisão de Consulta Organizar e manter atualizados os catálogos de ordem interna Promover a reprodução de fichas para uso da BN Distribuir à seção de Encadernação e Restauro as obras que demandem ações pertinentes Remeter à Divisão de Consulta as publicações adquiridas, já encadernadas, com as respectivas fichas disponibilizando-as para consulta
Encadernação e Restauração	Encadernar e restaurar qualquer material bibliográfico Devolver à seção de Catalogação ou às seções da Divisão de Consulta para ações pertinentes Manter registro destinado ao controle do material existente na seção
Fotoduplicação	Executar fotografias, microfilmes ou qualquer processo de reprodução Manter registro destinado ao controle do material existente na seção Catalogar e classificar o material obtido pelos processos de reprodução usados pela seção
Publicações	Preparar as publicações da BN para serem remetidas à Imprensa Nacional Rever e conferir provas impressas Receber material para ser publicado Encarregar-se do trabalho de mecanografia relativo às publicações ou referente à divulgação dos trabalhos executados pela BN

FONTE: A autora (2022).

Elaborado com base do decreto nº 16.167, de 24 de julho de 1944.

Observa-se que com o regulamento de 1944, as atribuições da Secretaria foram distribuídas entre a Divisão de Preparação e a Seção de Administração.

Com a aposentadoria de Rodolfo Garcia em 1945, Rubens Borba de Moraes tomou posse como diretor da Biblioteca Nacional, tendo permanecido no cargo de dezembro de 1945 a dezembro de 1947. Em relatório de 1946, Borba de Moraes contextualizou os desafios do seu primeiro ano à frente da instituição, face às demandas de reformulações administrativas do próprio ministro Gustavo Capanema. Em suas palavras:

Pelo decreto lei nº 6.732, de 24 de julho de 1944, sofreu a Biblioteca Nacional uma reforma administrativa que criava arbitrariamente duas divisões, totalizadoras de seu múltiplo e variado serviço. Para chefiar uma delas – a de Preparação – fomos nomeados em 15 de agosto daquele mesmo ano. A tarefa que nos foi desde logo confiada pelo sr. Gustavo Capanema, então ministro da Educação e Saúde, era a recomendação expressa de ultimar o mais rápido possível um estudo detalhado acerca da verdadeira e real situação da Biblioteca Nacional, sob todos os pontos de vista¹⁹.

¹⁹ Relatório do diretor da Biblioteca Nacional. Localização: 46,02,024, coleção Biblioteca Nacional.

Como resultado, Borba de Moraes produziu um extenso relatório em que diagnosticou a situação da Biblioteca em 1945. Diante da situação que encontrou na instituição, Borba de Moraes solicitou ao então ministro Gustavo Capanema o estabelecimento de uma parceria entre técnicos norte-americanos da American Library Association e da Rockefeller Foundation para elaborar um plano de reformulação da instituição²⁰. Atendido seu pedido, as instituições norte-americanas enviaram ao Brasil três técnicos para compor o grupo de estudo, Harvie Branscomb, Gaston Lytton e C. Clifford²¹. Paralelo ao estudo, foi enviando também um especialista em catalogação, que faria o treinamento com a equipe brasileira, ao longo de um ano.

Do estudo promovido pelas equipes brasileira e norte-americana resultou um relatório e proposta de estrutura administrativa que, segundo Borba de Moraes “salvo pequenas alterações em sua estrutura [...] realiza o atual regulamento o plano dos técnicos americanos”.²²

A reforma de Borba de Moraes foi implementada pelo decreto nº 8.679, de 18 de janeiro de 1946. O texto manteve a subordinação da Biblioteca ao Ministério da Educação e Saúde, mas alterou sua finalidade. A BN passou a ser responsável por manter, conservar e enriquecer o seu acervo bibliográfico, através das seguintes competências: I – manter o curso de biblioteconomia e o serviço de coleta de exemplar de obra e publicação de entrega obrigatória; II – promover a divulgação da cultura. O regimento da instituição tornou-se público com o decreto nº 20.478, de 24 de janeiro de 1946.

A estrutura sofreu igualmente modificações, marcadas pela ascensão de algumas seções da antiga Divisão de Preparação ao estatuto de divisões, a saber: Aquisição, Catalogação, Circulação, Obras Raras e Publicações. Somavam-se a estas, o Curso de Biblioteconomia e o Serviço Auxiliar.

QUADRO 4: Seções e suas atribuições na Biblioteca Nacional em 1946

DIVISÃO DE AQUISIÇÃO	
Seções	Atribuições
Compras	Adquirir o material destinado ao acervo da Biblioteca Registrar o material adquirido

²⁰ Idem

²¹ Idem.

²² Idem.

Contribuição Legal	Orientar e fiscalizar a aplicação das disposições legais sobre entrega obrigatória de publicações à Biblioteca Preparar e fazer publicar o boletim bibliográfico
Permuta Internacional	Providenciar o cumprimento de acordos bibliográficos com países estrangeiros Providenciar sobre doações às instituições nacionais e estrangeiras sobre as trocas a serem feitas entre si
Encadernação	Executar os trabalhos atinentes à encadernação e à restauração de peças bibliográficas

DIVISÃO DE CATALOGAÇÃO	
Seções	Atribuições
Catalogação	Catalogar peças bibliográficas
Classificação	Classificar peças bibliográficas
Seção de Manutenção dos Catálogos	Manter organizados os catálogos para uso do público e prestar as informações necessárias à consulta

DIVISÃO DE CIRCULAÇÃO	
Seções	Atribuições
Leitura	Fiscalizar os trabalhos das salas de leitura Controlar o material dado à consulta
Publicações periódicas	Manter organizado o acervo de periódico Controlar o material dado à consulta
Publicações oficiais	Manter organizado o acervo das publicações oficiais nacionais e estrangeiras Controlar o material dado à consulta
Referência geral	Manter organizado o acervo de referência geral Fiscalizar os trabalhos de consulta Prestar ao público as informações de caráter bibliográfico
Conservação	Promover a conservação das peças bibliográficas do acervo da Biblioteca Providenciar a remessa à seção de Encadernação das peças bibliográficas a serem encadernadas

DIVISÃO DE OBRAS RARAS E PUBLICAÇÕES	
Seções	Atribuições
Livros raros	Manter franqueada ao público a coleção de livros raros Zelar pela conservação das obras raras e impedir sua circulação, salvo ordem expressa do diretor geral
Iconografia	Manter franqueada ao público o material iconográfico Zelar pela conservação do material iconográfico e impedir sua circulação, salvo ordem expressa do diretor geral
Manuscritos	Manter franqueada ao público a coleção de manuscritos Zelar pela conservação dos manuscritos e impedir sua circulação, salvo ordem expressa do diretor geral
Publicações	Preparar as publicações a serem feitas Fazer as revisões dos trabalhos a serem publicados Distribuir, das publicações, a parte destinada à distribuição e conservar, na devida ordem, a parte reservada a futuras substituições
Microfilmes	Elaborar os trabalhos de microfilme Manter franqueado à consulta do público a coleção de microfilme

Cont.

SERVIÇO AUXILIAR	
Seções	Atribuições
Administração	Elaborar os trabalhos mecanográficos e os atinentes a pessoal, material, orçamento e comunicação
Portaria	Guardar chapéus, embrulhos, pastas, livros, jornais e quaisquer objetos de que os consulentes sejam portadores

	Receber o expediente dirigido à Biblioteca Manter em ordem o depósito de chapéus e outros objetos dos consulentes Controlar a entrada e saída das pessoas
Zeladoria	Manter o asseio de todas as dependências Policiar a área interna e externa, diurna e noturnamente

FONTE: A autora (2022).

Elaborado com base no decreto nº 20.478, de 24 de janeiro de 1946.

Publicado o regulamento em 1946, a gestão Borba de Moraes investiu na organização técnica da rotina de serviços. Seu planejamento para o ano seguinte previa:

A reorganização técnica de todos os serviços, o início da recatologação de todo o acervo, baseado em normas e princípios universalmente adotados, a criação do serviço de livros raros, limpeza e desinfecção dos livros, reforma do prédio e instalação novas para o público²³.

Tais ações, contudo, demandariam tempo e mão de obra qualificada. A nova estrutura da Biblioteca Nacional, aos olhos de Borba de Moraes, ainda estava longe de ser a adequada, visto que a instituição não gozava de autonomia administrativa, o que engessava seu funcionamento. O diretor não poupou críticas à “centralização exagerada, à burocracia absorvente” que imobilizava a administração da Biblioteca²⁴.

A estrutura administrativa implementada em 1946, contudo, manteve-se, com pequenas alterações, até a gestão de Jannice Monte-mor (1971-79), quando foi objeto de nova reforma.

Neste intervalo de tempo, entre 1946 e 1975, foram realizados alguns movimentos visando alterar alguns pontos da estrutura administrativa da Biblioteca, dos quais destacamos dois momentos: a gestão de Celso da Cunha, entre 1956 e 1960, houve um esforço de modificar as gratificações de chefes de seção, remodelando internamente o desenho institucional através da publicação do decreto n. 48.108, de 13 de abril de 1960, que dispôs sobre funções gratificadas na Biblioteca. Veremos à frente, com mais vagar, que tal esforço culminou na criação da Seção de Documentação em 1960, unidade responsável pelo arquivo administrativo corrente e histórico.

Outro ponto a destacar foi a implementação de um grupo de trabalho em 1967 para nova reforma administrativa durante a gestão de Adonias Aguiar Filho, 1961-1971. O grupo de trabalho preparatório para a reorganização da Biblioteca Nacional dedicou-se ao estudo de fluxogramas dos serviços da Biblioteca e atribuições das unidades administrativas²⁵. Embora o resultado não tenha sido implementado em reformulações administrativas na gestão de Adonias

²³ Relatório do diretor da Biblioteca Nacional. Localização: 46,02,024. Coleção Biblioteca Nacional

²⁴ Idem

²⁵ Relatório anual de 1968, caixa: 10059, Arquivo Geral da Biblioteca Nacional.

Filho, o material produzido serviu como material de consulta na reforma da gestão Jannice-Monte-mor.

2.3 - A reforma de 1975: a busca de autonomia da gestão Jannice Monte-mor

Jannice Monte-mor tomou posse como diretora da Biblioteca Nacional em 1971, cargo que ocupou até 1979. Como primeira bibliotecária de formação à frente da instituição, Monte-mor teve sua gestão marcada pelo enfrentamento a problemas técnicos e estruturais da instituição, que buscou solucionar ao propor uma reforma administrativa que tinha como objetivo final a concessão de autonomia administrativa para a Biblioteca Nacional – objetivo que só seria conquistado pela instituição em 1990, quando transformou-se em autarquia federal.

Em artigo publicado sobre a reforma, Monte-mor avalia a situação encontrada na Biblioteca Nacional:

Percebemos desde logo a necessidade de rever a natureza da instituição, para atender de maneira mais pronta às soluções de seus problemas, uma vez que encontramos a Biblioteca Nacional subordinada ao Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura, e sem autonomia administrativa e financeira. Dirigimos nossa ação, no entanto, primordialmente, para os problemas de caráter técnico, que exigiam uma tomada de posição imediata (MONTE-MOR, 1972, p.16).

Monte-mor observou alguns problemas estruturais herdados do regulamento de 1946:

De acordo com a última reforma, promovida em 1946 e reformulada em 1960, a Biblioteca Nacional ficou submetida a um organograma que não foi ordenado por critério lógico e funcional consequente: as Divisões são constituídas, umas em função da natureza do serviço, outras em função do tipo de material. A falta de critério unitário na classificação das Divisões se reflete na ambigüidade de serviços, cujo exemplo é o caso dos periódicos que tanto podem ser encontrados na Divisão de Circulação (Seção de Periódicos, ou Seção de Referência), quanto na Divisão de Obras Raras (Seções chamadas de acervos especializados: Livros Raros, Músicas, Iconografia). Algumas Seções, criadas pelo diploma legal de 1960, estão até hoje sem atribuições definidas, sendo manifesta a dificuldade de planejar suas atividades, como é o caso da Seção de Biblioteconomia e da Seção Brasileira. Outras Seções, por inadequada localização, dificultam o planejamento orgânico de serviços: assim, uma Seção de Publicações está subordinada à Divisão de Obras Raras, em coexistência com uma Divisão de Publicações; uma Seção de Conservação subordinada à Divisão de Circulação; e etc. Sobrecarregando os problemas de ordem estrutural, funcional e técnica, cabe notar ainda, por exemplo, os problemas relativos a pessoal, orçamento, instalações e "contribuição legal". O sistema de pessoal é quantitativamente insuficiente, e, qualitativamente, por vezes, inadequado. O sistema orçamentário não corresponde às necessidades reais, e a rigidez processual de sua utilização dificulta as providências. Devemos dizer que o problema de espaço para abrigar a conveniente instalação dos serviços, equipamento, e acervo, torna-se crucial e angustiante.

Quanto à "contribuição legal", regida por Decreto de 1907, é necessário estimular o seu cumprimento, uma vez que a estimativa do atendimento a este imperativo de lei é de que os editores encaminham à Biblioteca Nacional apenas 20% do que se publica no país (MONTE-MOR, 1972, p. 17).

Já no início de sua gestão, firmou as bases de um convênio entre Ministério do Planejamento e Coordenação Geral²⁶ e o Ministério da Educação e Cultura para estabelecer grupo de estudo que, com consultoria da Fundação Getúlio Vargas, produziria um diagnóstico preciso da situação da instituição e um relatório analítico para fundamentar o texto da reforma²⁷.

Com a autorização ministerial, tiveram início as tratativas para os estudos visando a reforma:

Em 31 de agosto de 1971, dando sequência a estas providências administrativas, foi assinado acordo preliminar entre o Escritório da Reforma Administrativa e a Biblioteca Nacional, em função do qual foi constituída pela Fundação Getúlio Vargas uma equipe de alto gabarito que ficaria responsável por levantamentos, na Biblioteca Nacional, que permitissem um diagnóstico preliminar da situação. Concedeu ainda o Sr. Ministro da Educação e Cultura que, paralelamente a isso, fosse constituído um Grupo Tarefa de alto nível técnico, que, exercendo assessoria para planejamento, coordenação e controle, para assuntos administrativos, e para assuntos biblioteconômicos, desenvolvesse projetos específicos, que propiciassem a reorganização dos serviços da Biblioteca Nacional, funcionando em entrosamento com a equipe da Fundação Getúlio Vargas (MONTE-MOR, 1972, p.17)

O resultado do trabalho foi apresentado em forma de minuta e foi submetido à apreciação do governo federal, que o acatou parcialmente. O novo regimento foi publicado pela portaria nº470 do Ministério da Educação e Cultura, em 1975.

De acordo com o regimento, a Biblioteca passou a ter como finalidade “proporcionar a informação cultural nas diferentes áreas do conhecimento humano, com base da produção intelectual brasileira e nas obras mais significativas da cultura estrangeira” (BRASIL, 1975). Para atender a este fim, organizou-se a estrutura administrativa nas seguintes unidades: uma coordenadoria técnica, cinco divisões - Aquisição e Processamento, Referência Geral, Referência Especializada, Divulgação e Conservação – e três serviços – Direitos Autorais, Reprografia e Atividades Auxiliares. À coordenadoria técnica cumpria elaborar a programação das atividades da Biblioteca Nacional, elaborar e analisar projetos para este fim, acompanhar e avaliar sua execução; analisar e propor técnicas e rotinas de trabalho de modo a otimizar os recursos humanos, desenvolvendo estudos que identifiquem problemas, assessorar a direção, entre outras atribuições afins.

²⁶ Órgão ministerial que vigorou entre 1967 e 1974.

²⁷ Biblioteca Nacional. Processo 006/75. Localização: 66,01,006 nº039. Coleção Biblioteca Nacional.

As competências das divisões foram assim definidas:

QUADRO 5: Divisões e suas atribuições na Biblioteca Nacional em 1975

Divisão	Competência
Aquisição e Processamento	Execução das tarefas de composição do acervo, de acordo com a política de aquisição estabelecida e de tratamento técnico das peças, para fins e guarda de uso.
Referência Geral	Execução das atividades de atendimento geral aos usuários e colaboração para o cumprimento da programação cultural do órgão.
Referência Especializada	Execução das atividades de atendimento geral aos usuários das coleções especiais e colaboração para o cumprimento da programação cultural do órgão.
Divulgação	Atividades de difusão da cultura, tendo por base o acervo da Biblioteca.
Conservação	Execução das atividades de manutenção do acervo bibliográfico nas perfeitas condições de uso.

FONTE: A autora (2022).

Elaborado com base na portaria nº 470 de 1975 do MEC.

A reforma de Monte-mor primou pela racionalização do processamento técnico e das rotinas de trabalho (MONTE-MOR, 1972). Nesse sentido, reuniu em uma única divisão a aquisição de acervo e seu processamento técnico, separados no regimento anterior, de 1946. A Divisão de Aquisição e Processamento reunia as seções de Contribuição Legal, Compra, Registro, Catalogação, Classificação e Composição de Catálogo.

A reforma buscou eliminar também duplicidades como as unidades responsáveis pelas publicações, que se encontravam nas antigas divisões de Circulação, e Obras Raras e Publicações.

Ao Serviço de Atividades Auxiliares, foram definidas as seguintes competências: elaborar documentos relativos a pessoal; controlar frequência de pessoal; participar de elaboração de proposta orçamentária; acompanhar a execução orçamentária; proceder à liquidação de processos de pagamento; adquirir, manter e controlar material de consumo e permanente da instituição; manter controle físico do patrimônio; realizar inventário sistemático do material; proceder às atividades de protocolo, movimentação, controle, expedição e arquivo de expedientes e processos; manter arquivo de cópias dos atos e expedientes oriundos da BN. Estas duas últimas atribuições nos interessam mais detidamente pois localizam a unidade responsável pelo arquivo corrente sob a gestão de Monte-mor.

Outra inovação regimental que cumpre observar aqui, são as competências fixadas para a Seção de Manuscritos, que tem seu caráter de arquivo histórico reforçado pelo texto de 1975. A Divisão de Referência Especializada era composta por quatro seções, a saber: Obras Raras, Música, Iconografia e Manuscritos. Todas tinham em comum as competências de atender ao usuário na consulta do acervo e uso dos catálogos da seção, zelar pela guarda e conservação do

acervo, colaborar com a Seção de Divulgação nos programas de composição e divulgação do acervo, manter atualizados os catálogos das seções. À Seção de Manuscritos, contudo, competia uma particularidade entre as seções pares: manter o arquivo histórico da BN. Dessa forma, Monte-mor retomou a prática inaugurada na gestão de Manoel Cícero Peregrino da Silva, em 1911.

A estrutura administrativa proposta por Jannice Monte-mor vigorou ao longo dos anos 80, tendo sido alterada apenas com a transformação da Biblioteca Nacional em autarquia federal, em 1990. Ao final de sua gestão, a instituição passou a compor os quadros da Fundação Nacional Pró-Memória, instituída pelo decreto nº 6.757, de 17 de dezembro de 1979. Sua finalidade era contribuir para o inventário, a classificação, a conservação, a proteção, a restauração e a revitalização dos bens de valor cultural e natural existentes no país (BRASIL, 1979).

A Fundação substituiu o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e teve seu regimento aprovado no ano seguinte à sua criação. Nele, definiu-se que a Fundação seria administrada por um diretor e por um conselho curador, e seria supervisionada pelo Ministério da Educação e Cultura, através da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (BRASIL, 1980).

Em 1987, foi criada a Fundação Nacional Pró-Leitura, que passou a incorporar a Biblioteca Nacional e o Instituto Nacional do Livro, criado em 1937. Entre suas finalidades figuravam a promoção do desenvolvimento da produção e da difusão do livro; o estímulo à publicação de obras de interesse cultural, a criação literária e a instituição de bibliotecas; a difusão e estímulo ao hábito da leitura; a manutenção e incentivo aos cursos de biblioteconomia, de técnicas de encadernação e proteção de livros e tecnologias de reprodução e arquivamento de sons e imagens; o recebimento de depósito legal; e a promoção da captação, preservação e difusão da produção bibliográfica e documental nacional em suas diversas formas.

A Biblioteca Nacional, contudo, a despeito das mudanças administrativas ocorridas, permanecia com problemas endêmicos – o que Grings (2018, p. 14) chamou de tríade da falta: falta de espaço, de pessoal e de verbas. Em 1989, o Ministério da Cultura comprou um galpão na zona portuária do Rio de Janeiro à Companhia Brasileira de Alimentação (COBAL). Intentava-se com esta iniciativa minimizar o problema da falta de espaço. O Prédio Anexo, tal como ficou conhecido, destinava-se inicialmente a receber a totalidade do acervo hemerográfico, microfilmico, um centro de aperfeiçoamento de recursos humanos, os laboratórios de microfilmagem, de restauração e encadernação, o escritório de direitos autorais, um centro de processamento de dados, os serviços administrativos da Biblioteca e o arquivo

geral, assim definido o arquivo permanente apartado do arquivo histórico custodiado na Seção de Manuscritos²⁸.

Em 1990, o decreto nº 99.603 aprovou o estatuto da Fundação Biblioteca Nacional, transformada em autarquia federal, vinculada à Secretaria da Cultura da Presidência da República. Sua estrutura básica compreendia Diretoria, Gabinete, Assessoria Jurídica, Departamento de Planejamento e Administração, e como órgãos singulares os Departamentos de Processos Técnicos, de Referência e Difusão, o Departamento Nacional do Livro e ainda as Bibliotecas Demonstrativa de Brasília e Euclides da Cunha, no Rio de Janeiro. O Departamento de Planejamento e Administração era então responsável pelo protocolo e arquivo permanente da administração.

Ao apresentar as estruturas e reformas administrativas propostas em 1911, 1944, 1946 e 1975 intentou-se traçar um panorama histórico da organização da Biblioteca Nacional, identificando as unidades administrativas e suas competências, bem como as mudanças estruturais que impactaram nas unidades envolvidas com a produção do arquivo corrente e da guarda do arquivo permanente de valor histórico. Veremos de maneira mais detida, a seguir, quais eram e como funcionavam estas unidades – a Secretaria, a Seção de Documentação e a Seção de Manuscritos.

2.4 - A Secretaria (1876-1944)

Os relatórios da Secretaria são importantes fontes para a compreensão da sua dinâmica de funcionamento. Os informes da Secretaria compunham a parte inicial dos relatórios de diretoria da Biblioteca Nacional, que passaram a ser publicados nos *Annais* em 1896. A pesquisa documental localizou apenas seis ocorrências dos relatórios produzidos pela Secretaria, referentes aos anos de 1924, 1925, 1930, 1931 e 1933.

Estes documentos, em complementaridade às informações constantes dos relatórios de diretoria, serão aqui analisados como amostras do funcionamento daquela unidade nos seus sessenta e oito anos de atividade. Importa compreender as atividades executadas na unidade, para depreender dali os documentos espelhados no arquivo corrente que, com a transferência para a Seção de Manuscritos, contribuíram para compor o arquivo histórico da instituição.

Esta unidade, criada na reforma de 1876, era responsável pelas atividades administrativas. Inicialmente, figuravam entre suas responsabilidades a correspondência da

²⁸ Documento sobre prédio anexo. Localização: 65,04,003 nº020. Coleção Biblioteca Nacional.

Biblioteca, a conservação do arquivo corrente da administração, a escrituração dos livros de conta, dos registros de ofícios, avisos, aquisições, entre outros. Cumpra-lhe também processar as folhas mensais dos empregados e ter controle sobre o inventário completo da instituição, incluindo informações sobre o depósito literário e sobre o patrimônio da Biblioteca (BRASIL, 1876).

Diferentes demandas legais, entretanto, forçaram a adequação da instituição e concorreram, nesse caso, para a ampliação das atribuições da Secretaria. Com a adesão do Brasil à convenção diplomática de Bruxelas, em 1886, que estabeleceu as bases da permuta internacional de obras, a Biblioteca adequou seu regulamento e passou a incluir a execução da convenção como atribuição da Secretaria (BRASIL, 1894).

Com a publicação da lei nº 496, de 1 de agosto 1898, que definia os direitos autorais, tornou-se obrigatório o registro na Biblioteca Nacional dos direitos autorais sobre obras de arte, literatura ou ciências. Em 1907, com a publicação do decreto 1.825, de 20 de dezembro, tornou-se obrigatório o recolhimento de obras impressas à Biblioteca Nacional – lei de depósito legal. Os administradores de tipografias do Distrito Federal e mais unidades da federação deveriam enviar um exemplar de cada obra impressa à BN. O decreto compreendia livros, revistas, jornais, obras musicais, mapas, plantas, planos e estampas (BRASIL, 1907). Estes documentos passaram então a ser recolhidos via Secretaria para posterior distribuição às áreas de guarda de acervo da instituição.

De acordo com tais modificações legais, a reforma promovida por Peregrino da Silva em 1911 ampliou as atribuições da Secretaria. Porém, das atribuições listadas no regulamento de 1911, destacamos a primeira, posto que trata especificamente do arquivo administrativo institucional: ter a seu cargo a correspondência e trazer em dia a escrituração dos livros da Secretaria em boa ordem os papeis do arquivo, que no fim de cinco anos, do mesmo modo que aqueles livros, serão remetidos à 2ª Seção²⁹. O regulamento assegura que o arquivo administrativo deveria ser enviado à Seção de Manuscritos após cinco anos de sua produção, conferindo parâmetros temporais para sua transferência para o local de guarda definitiva – a Seção de Manuscritos.

A pesquisa demonstrou que o regulamento de 1911 oficializou uma prática que se verificava constante desde 1902, quando foi informada em relatório da Seção de Manuscritos a primeira transferência do arquivo administrativo sob a rubrica de “remessas da Secretaria”.

²⁹ BRASIL. Decreto n. 8.835, de 11 de julho de 1911.

A lista de documentos transferidos, anexa ao relatório da Seção de Manuscritos de 1902, comprova que o arquivo administrativo de posse da Secretaria era composto de documentos produzidos pela administração da Biblioteca e arquivados ali desde o século XIX. A lista, intitulada *Quarto Trimestre – Remessas da Diretoria*, aponta a transferência de documentos referentes a ponto de funcionários, livros de registro, livros de despesas, livros de registro das leis, avisos, decretos referentes à Biblioteca Nacional³⁰.

A prática de registrar em livros as atividades administrativas da instituição, vimos no primeiro capítulo, remonta ao estatuto de 1821³¹, quando foi estipulado que:

Haverá um livro onde se assentem com especificações convenientes os impressos e manuscritos [...] que se forem comprando ou recebendo na biblioteca, assinando-se a data do dia da sua recepção;
 Haverá outro em que se assentem e notem individualmente as vendas, permutas, ou outras quaisquer saídas de livros duplicados;
 Haverá outro em que se lancem a conta das encadernações dos livros, fazendo-se memória de todos os que se mandam encadernar fora, expressando-se o importe de cada um;
 Haverá outro em que se registrem à letra segundo suas datas todas as ordens, avisos, cartas, papéis, representações, resoluções, e tudo mais que disser respeito à Real Biblioteca.

Estes livros, produzidos ao longo do século XIX, foram as primeiras peças a serem transferidas pela Secretaria à Seção de Manuscritos.

A Secretaria foi, entre 1876 e 1944, a grande porta de entrada de acervo na instituição. As doações, compras, permutas nacionais e internacionais, recolhimento por depósito legal e registro de direito autoral eram as atividades captadoras de acervo desempenhadas por ela. Para cada ação desta, correspondia a produção de um recibo para sua comprovação e a inscrição em livro próprio. Em seguida, a obra era enviada à seção correspondente ao tipo de acervo, para processamento técnico e acesso ao público leitor. O relatório da Secretaria de 1932³² nos informa que:

Livros, manuscritos, jornais, revistas, músicas, cartas geográficas, estampas de todas as procedências, em número elevado, antes de figurarem nas respectivas seções, destinados à consulta diária dos estudiosos, transitam pela Secretaria, onde são cuidadosamente examinados e submetidos a processo de recebimento e expedição.

³⁰ PAÇO, Antonio Jansen do. Relatório dos chefes da seção de impressos, manuscritos e do diretor da divisão de aquisições, ao diretor da Biblioteca Nacional, Manuel Cícero Peregrino da Silva. Localização: 46,01,026, coleção Biblioteca Nacional.

³¹ Estatutos da Real Biblioteca. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1821. 8p., Imp. Orig., 39,0 X 26,0 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss636313/mss636313.pdf. Acesso em: 16 mai. 2022. Disponível em:

³² Relatório de diretoria da Biblioteca Nacional. Localização: 46,02,004. Coleção Biblioteca Nacional.

Para além das atribuições inscritas nos regulamentos, importa conhecer a dinâmica de funcionamento da Secretaria. Nesse sentido, os relatórios produzidos pela Secretaria e arquivados na coleção Biblioteca Nacional são peças importantes para a análise.

O relatório da Secretaria de 1924³³ traz informes sobre as atividades desenvolvidas naquele ano. O secretário Luiz Corte Real de Assunção, que havia recém assumido o cargo, informou ter focado sua atenção aos pontos que considerou mais prementes no serviço da Secretaria: o registro de direitos autorais, a publicação do Boletim Bibliográfico, permutações internacionais e o serviço das oficinas. Assim, discriminou o registro de 155 obras, em contraste com as 73 registradas no ano anterior. Esta atividade produzia um catálogo com as informações das obras registradas que, informa o secretário, não estava em dia por acúmulo de serviço. Sobre o Boletim Bibliográfico, Assunção afirma que sua publicação estava prevista na lei de depósito legal de 1907, mas que o primeiro número somente foi publicado em 1917, acumulando anos de atraso. Situação agravada pela falta de pessoal, complementa. As permutações nacionais e internacionais tiveram regularidade naquele ano, destacando o secretário a parceria entre o Ministério da Justiça e o Lloyd Brasileiro para o transporte de obras para outros estados. Sobre as atividades desenvolvidas nas oficinas gráfica e de encadernação o relatório aponta problemas disciplinares com funcionários que justificaram a contratação de serviço externo de encadernação.

O relatório discrimina o expediente produzido pela Secretaria no ano. Assunção informa ter emitido 95 certidões referentes ao registro de direitos autorais. A correspondência, destaca, estava em dia, tendo emitido 454 ofícios, 159 cartas, 21 portarias.

Sobre as aquisições de acervo, o relatório de 1924³⁴ informa as modalidades e os respectivos quantitativos, a saber:

³³ Relatório da Secretaria da Biblioteca Nacional. Localização: 46,01,062. Coleção Biblioteca Nacional.

³⁴ Relatórios das seções de Impressos, de Manuscritos, de Estampas e de Publicações Periódicas, assim como de um secretário e um inspetor técnico, referentes ao ano de 1924, ao diretor da Biblioteca Nacional, Mário Marinho de Carvalho Behring. Localização: 46,1,062 (III), coleção Biblioteca Nacional.

QUADRO 6: Aquisições de acervo em 1923

Modalidade de aquisição	Quantidade
Contribuição legal	1005 obras 111 cartas geográficas e plantas
Compra	241 obras 25 estampas
Doação	285 obras 46 estampas 170 manuscritos 1 códice
Permuta	4 obras 4 fotografias
Transferência de acervo	27 obras

FONTE: A autora (2022).

Elaborado com base no relatório de seções de 1924, localização: 46,1,062(III), coleção Biblioteca Nacional

Das atividades desempenhadas pela Secretaria, decorreram documentos comprobatórios que compunham seu arquivo corrente. Os livros de aquisições, de permuta, livros de ponto e folhas de pagamento de serviços e funcionários, livros de ocorrência, as guias emitidas, as certidões extraídas, os ofícios, as cartas, compunham o arquivo que paulatinamente se transferia para a Seção de Manuscritos, para compor o arquivo histórico da Biblioteca Nacional.

Com a reforma de 1944, contudo, a Secretaria foi suprimida do organograma da Biblioteca, figurando apenas um secretário a cumprir o papel de assistente administrativo do diretor da instituição. Incumbia-lhe atender as pessoas que procurassem o diretor, representar o diretor, quando para isso fosse designado, e redigir a correspondência pessoal do diretor (BRASIL, 1944).

As atribuições da antiga Secretaria foram distribuídas entre seções especializadas, que passaram a desempenhar ações específicas, tornando-se responsáveis pela manutenção de seus próprios arquivos correntes. Com isso, cessaram as chamadas “remessas da Secretaria”, que transferiam os documentos do arquivo administrativo para o arquivo histórico, na Seção de Manuscritos.

2.6 - Seção de Documentação, 1960-1975

A pesquisa documental localizou nos relatórios do Serviço Auxiliar a existência de uma Seção de Arquivo, na qual estava lotada uma arquivista - Ignez Agut da Silva. Esta unidade foi considerada em nosso estudo, uma unidade de transição entre a Secretaria e a Seção de Documentação, pois sua ação incidia sobre o arquivo corrente, da administração e apenas de maneira pontual sobre o arquivo histórico. Sobre as atividades desempenhadas pela Seção de Arquivo em 1948, o diretor do Serviço, Braz Dias de Pinho, informou que:

Foi organizado Arquivo por assunto, em ordem alfabética e preparado o respectivo catálogo índice. Preparados 1.200 fichas para Catálogo do Arquivo, Ficha do Pessoal, e Catálogo geral para assentamento e controle da correspondência e movimento da Divisão, constando de: Correspondência recebida: 80 anotações, Portarias: 101, Processos: 94

Foram classificadas e preparadas para encadernar e arquivar os papéis guardados na Seção de Manuscritos desde 1920, sendo abertas as respectivas pastas.

Esta seção se acha a cargo da funcionária arquivista Igenes Agut da Silva, que vem desempenhando com acerto seus misteres, demonstrando conhecimento de seu trabalho.³⁵

O relatório do Serviço Auxiliar de 1948 atesta as atividades das seguintes seções que o compunham: seção de Administração, de Arquivo, Direitos Autorais, Almoxarife, Zeladoria e Portaria.

A gestão de Celso da Cunha (1956-1960) implementou algumas adequações na estrutura administrativa da Biblioteca, sem contudo, ensejar uma reforma estrutural. De acordo com o Guia da Biblioteca Nacional (1960, p. 37) a publicação do decreto nº 48.108, de 1960, “permitiu novo agrupamento de seções, a transformação do Serviço Auxiliar em Divisão de Administração e a estrutura por Divisões, numa disposição mais racional e de maior rendimento”. A rigor, o decreto dispôs sobre as funções gratificadas da Biblioteca Nacional, organizou as seguintes seções vinculadas a Divisão de Administração: seções de Pessoal, Material, Orçamento, Conservação do Patrimônio, Documentação. Outras seções foram organizadas com o decreto, a saber: Seção de Direitos Autorais, Música e Arquivo Sonoro, Brasileira, Acervos resultantes de convênios Internacionais, Exposições, Ciências aplicadas a pesquisas, Recuperação e Restauração, Biblioteconomia e Ecdótica (BRASIL, 1960).

De acordo com Warlich (1983, p.414), verificou-se na década de 1940 a criação de seções de documentação em diferentes setores do serviço público. Esse movimento, estava ligado à criação da Seção de Documentação do Departamento de Imprensa e Propaganda, e representou a inserção em um novo sistema de órgãos, no qual o DASP exercia grande influência (WARLICH, 1983, p. 414). A autora recorre a artigo publicado na Revista do Serviço Público para discorrer sobre o entendimento do que seria um Serviço de Documentação naquela conjuntura e sobre a importância da racionalização da organização da documentação para a tomada de decisões dos gestores do serviço público federal: “concebida como um processo de acumulação e depuração da experiência, a documentação administrativa permite a um tempo a crítica e corretivo dos erros que só se tornam evidentes quando reunidos, bem como a

³⁵ Relatório de diretoria da Biblioteca Nacional. Localização: 46,02,029. Coleção Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos/FBN.

propagação dos modos de agir já sancionados pela prática”. Um serviço de documentação permitiria a centralização das informações ao longo do tempo. Mais que um simples conjunto de documentos arquivados, a documentação seria um “laboratório de fusão, aferição e depuração da experiência esparsa” da administração (WARLICH, 1983, p. 416).

As décadas de 1950 e 60 são também caracterizadas pelo desenvolvimento da biblioteconomia, cenário no qual Castro (apud Marques, 2019, p. 122) frisou algumas características: 1) liderança da Biblioteca Nacional, 2) suplantação da influência humanista de origem francesa pela abordagem pragmática norte-americana, culminando com a implantação do currículo mínimo para o curso de biblioteconomia nas universidades. Neste contexto, Marques aponta para a virada de perspectiva humanista para a vertente técnica, enfatizada a partir da colaboração de especialistas brasileiros que se especializaram nos EUA, por intermédio do DASP.

A década de 1950 se caracterizou também pela difusão da Documentação no âmbito da biblioteconomia no Brasil (MARQUES, 2019, p. 126). Ao traçar a trajetória da Documentação, a autora nos informa que a Documentação se origina formalmente como disciplina em 1892, com as proposições dos juristas belgas Paul Otlet e Henri la Fontaine de organizar um catálogo mundial em fichas (MARQUES, 2019, p. 129). O ideal internacionalista dos juristas belgas se consolida no Instituto Internacional de Bibliografia, fundando em 1895, dando origem também ao sistema de classificação universal – CDU.

Marques (2019, p. 130) sistematizou de forma sucinta o que se entendia por Documentação, bem como seus métodos:

Sua proposta objetiva, assim, oferecer a maior quantidade possível de conhecimento e informação registrada, atendendo aos requisitos de universalidade, segurança, confiabilidade, completude, rapidez, atualização, facilidade de obtenção, prontidão para comunicação e disponibilidade. Assim, o jurista propõe como métodos próprios da Documentação: a coleção sistemática dos documentos, a sua classificação, a preparação de fichas e seu arquivamento; o sistemático arquivamento de dossiês formando conjuntos organizados; a utilização de fichas catalográficas que referenciem dos documentos nas diversas áreas fundamentais, segundo sua classificação; e a utilização de processos químicos para reproduzir os documentos.

Uma primeira experiência da Documentação no Brasil foi viabilizada por Manoel Cícero Peregrino da Silva, com criação da Seção de Bibliografia e Documentação no bojo da reforma da Biblioteca Nacional, em 1911 (MARQUES, 2019, p. 130). A ideia de Documentação foi, no entanto, revigorada nos anos 1950 com a implantação do Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.

A partir dos relatórios de diretoria, pudemos depreender que o funcionamento da Seção de Documentação na Biblioteca Nacional compunha-se de atividades de pesquisa sobre pessoal, sobre a história e legislação da instituição, com ênfase nos diretores, diretores de divisão e seções da biblioteca; protocolo, por onde davam entrada ofícios e processos; e registro de leitores.

No relatório de 1971, já sob a gestão de Jannice Monte-mor, a chefe da Seção de Documentação, Tereza Aguiar Cunha, informou que os problemas de espaços seriam sanados com a cessão de área no térreo do prédio, possibilitando assim a centralização da documentação que se encontrava esparsa.

Com a reforma administrativa de Jannice Monte-mor, contudo, esta seção foi extinta, passando o protocolo e o arquivo ao Serviço de Atividades Auxiliares. Veremos adiante, no próximo capítulo, que nos anos 1980 foi criada uma comissão responsável por avaliar e selecionar a documentação produzida e arquivada pela Seção de Documentação durante seu período de vigência.

2.7 - A Seção de Manuscritos

A Seção de Manuscritos foi a unidade que inicialmente recebeu a transferência do arquivo corrente da Secretaria da Biblioteca Nacional para custodiá-lo permanentemente em seu acervo. Esta prática foi consagrada com o regulamento de 1911, que na gestão de Peregrino da Silva, tornou a Seção de Manuscritos o destino dos documentos administrativos com mais de cinco anos de sua produção. Traçaremos aqui um panorama histórico da seção com ênfase nas reformas administrativas estudadas anteriormente, analisando as atividades de aquisição e catalogação do acervo e o quadro de pessoal para compreender as dinâmicas a que estava submetido o acervo manuscrito.

A Seção de Manuscritos foi criada com a reforma administrativa de 1876. Segundo Cabral³⁶ “a reorganização da seção, que antes de chamava *archivo* e depois *Gabinete dos Manuscritos*, data da fecunda administração do Snr. Ramiz Galvão”. Seu acervo original remontava à coleção de manuscritos oriunda da Biblioteca do Rei e da Casa do Infantado, que compunha a Real Biblioteca. A este conjunto foram incorporados, ao longo do século XIX, acervos como os do arquiteto José da Costa e Silva, do Conde da Barca, de Francisco de Mello Franco, de José Bonifácio de Andrada e Silva, Antônio Correa de Lacerda, do jornalista

³⁶ CABRAL, Alfredo do Vale. Esboço histórico. *Annais da Biblioteca Nacional*, v.11. Rio de Janeiro, 1885.

napolitano Pedro de Angelis, Mello Morais, Manuel Ferreira Lagos, do Marquês de Castelo Melhor, do Visconde do Rio Branco. Pelo regulamento de 1876 cumpria à Seção de Manuscritos manter o registro dos objetos que entrassem para seus acervos, aplicar o carimbo da Biblioteca nos seus itens documentais, inscrevê-los nos livros de registro de aquisições, catalogá-los e disponibilizar seu acesso ao público, orientando suas pesquisas.

A Seção de Manuscritos tinha como objeto documentos textuais que pudessem servir de fonte para a escrita da história, ciência e literatura nacionais, na forma de peças avulsas ou coleções de documentos, arquivos privados e pessoais. Para Caldeira (2017, p. 194), o projeto de Ramiz Galvão para a Biblioteca Nacional intentava torná-la um espaço de pesquisa e investigação histórica, à semelhança do que se desenvolvia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, chegando a rivalizar com o Arquivo Nacional na coleta de documentos históricos.

Não podemos perder de vista, contudo, a singularidade da Seção de Manuscritos, compreendida então como um arquivo histórico dentro de uma Biblioteca Nacional. Sobre esta característica, o relatório de 1900 oferece um interessante relato. Trata-se do pedido de permuta de acervo entre o Arquivo Público Imperial e a Biblioteca Nacional. A demanda foi endereçada à Biblioteca através de aviso ministerial de 20 de junho de 1899, que solicitava à Biblioteca que organizasse e remetesse ao Ministério uma lista de documentos que “por sua natureza deveriam ser enviados ao Archivo Público” (PAÇO, 1900). A negociação entre instituições, entretanto, não avançou. Segundo o chefe da Seção de Manuscritos, Antônio Jansen do Paço, a permuta estava comprometida por que³⁷:

Ele [diretor do Arquivo Nacional] não quer dar nem um só documento dos que possui por que julga que todos convêm ao Archivo e quer receber da Biblioteca tudo quanto convêm ao Archivo, o que de mais importante ela possui [...]. A pretensão do senhor diretor do Archivo ameaça de morte a Seção de Manuscritos da Biblioteca, pois quer arrebatá-lhe de uma só vez o que tem de mais precioso, o que com muito custo conseguiu reunir no decurso de anos, para formar uma valiosíssima coleção de documentos da história pátria. Foi obedecendo a essa orientação que se desenvolveu a Seção de Manuscritos, gastando por um lado quantias com aquisições importantes e recebendo por outro, grandes doações de particulares generosos, cujo patriotismo se procurava despertar de todos os modos. Cumpre ainda acrescentar o seguinte: a lei de organização do Archivo [...] autoriza-o a recolher os documentos oficiais das repartições públicas que têm expediente, isto é, que produzem ou recebem documentos oficiais; esta lei não atinge a Seção de Manuscritos, que recolhe documentos por compra ou doação, para o fim especial de colecioná-los e guardá-los, como verdadeiro arquivo que é de documentos históricos.

³⁷ Relatório da Seção de Manuscritos. Localização: 46,01,021, coleção Biblioteca Nacional.

O excerto traz pontos importantes para caracterizar a Seção de Manuscritos: a custódia de coleções de documentos para a escrita da história pátria, obtidos através de compra e principalmente, por doações. Outro ponto a ressaltar é a lacuna que Jansen do Paço aponta sobre os documentos do Arquivo Público: seu escopo são os documentos oficiais, o que exclui de sua alçada os arquivos pessoais que eram objeto de doações para a Seção. Por fim, chamamos a atenção para o fato de o autor ser textual ao se referir à Seção de Manuscritos como arquivo de documentos históricos, característica que, veremos, será retomada na década de 1970 para justificar a custódia do arquivo histórico institucional.

Em 1877 teve início o projeto de publicação do Catálogos dos Manuscritos, no volume IV dos *Annaes da Bibliotheca Nacional*. O texto de apresentação do Catálogo, assinado por José Alexandre de Mello, nos oferece um importante relato sobre a metodologia do trabalho vigente no último quartel do século XIX:

Estabeleceu-se a grande e principal divisão de Códices relativos ao Brasil e Códices estranhos ao Brasil. Na primeira parte, que agora se imprime, adotada a classificação constante da tábua que vai sem seguida, começou-se pelos escritos que se referem a todo o Brasil; passou-se depois ao das suas capitánias e províncias, tomadas segundo a sua posição geográfica e aos que tem relação com a importante questão de limites; abriram-se enfim duas classes para a obra de brasileiros e papéis relativos a brasileiros, outras para as cartas e autógrafos, que conta os por milhares, de personagens notáveis na política, nas ciências, na literatura (MELLO, 1877, p.11)

A classificação do acervo obedecia a critérios históricos e geográficos que espelhavam as províncias do Brasil colonial. A estas categorias, acrescia-se a dos “papéis” de homens notáveis na política, ciência e literatura. A partir desta classificação, os documentos manuscritos eram distribuídos, catalogados e então acessíveis ao público pesquisador, tal como vimos brevemente no primeiro capítulo.

Embora o projeto de publicação do Catálogo de Manuscritos nos Anais tenha sido encerrado antes de sua conclusão (seu último número publicado no volume 18, de 1896), o plano de classificação se mostrou longo e permaneceu como diretriz para o processamento técnico do acervo manuscritos ao longo do século XX³⁸.

2.7.1 - Aquisição de acervo

³⁸ Durante a gestão do historiador José Honorio Rodrigues na Divisão de Obras Raras e Divulgação (1946-1953) foi retomada a catalogação dos documentos classificados por províncias.

A aquisição – ou entrada de acervo – na Biblioteca Nacional se dava tradicionalmente a partir das seguintes modalidades: compra, doação, permuta nacional e internacional e depósito legal. Durante o período em que vigorou a Secretaria, entre 1876 e 1944, a aquisição de acervo figurava entre suas atividades desempenhadas. Havia, contudo, duas modalidades que entrada de acervo nas seções que se processavam internamente: a transferência interna, em que uma peça ou coleção era transferida entre seções, e a remessa de Secretaria/Diretoria - que se relaciona diretamente com nosso objeto de estudo. Sob esta denominação, transferia-se o arquivo corrente, que documentava as atividades administrativas da Biblioteca Nacional e julgava-se dotado de valor histórico, para custódia permanente na Seção de Manuscritos. Estes documentos integram a coleção Biblioteca Nacional, tendo formado o que podemos identificar como um primeiro núcleo documental.

Estas transferências de acervo foram documentadas nos relatórios anuais e mensais da Seção de Manuscritos, arquivados na coleção Biblioteca Nacional. Durante a pesquisa, foi possível identificar a primeira remessa da Secretaria no relatório de 1902, em que constava a transferência de 10.706 documentos manuscritos e 31 volumes encadernados, conforme indicado na figura abaixo:

QUADRO 7: Remessas da Secretaria em 1902

4º trimestre de 1902	Documentos				
	Volumes encadernados	Volumes brochuras	Avulsos	Documentos manuscritos	Documentos impressos
Doações	1	2	23	12	16
Compras		21	2	23	1
Permutas					
Remessas da Secretaria	31			10.706	17

FONTE: A autora (2022).

Elaborado com base no relatório de seção de 1902, localização 46,01,026.

As informações sobre as remessas de Secretaria, no entanto, restringiam-se aos números de obras transferidas, sem menção aos critérios para transferência. Verificou-se poucas ocorrências de relatórios que informassem a listagem dos documentos transferidos. Assim,

destacamos aqui as informações coligidas dos relatórios da seção correspondentes aos anos de 1937 a 1939³⁹, em que foram discriminados os seguintes documentos transferidos por remessa:

QUADRO 8: Remessas da Secretaria de 1937 a 1939

Ano	Remessa da Secretaria
1937	7 livros do serviço de expediente da Secretaria da Biblioteca 8 livros de escrituração da Secretaria 1 livro do ponto dos ajudantes do mecânico eletricista
1938	26 volumes de livros de ponto dos funcionários, livros de ocorrência e livros de registro de permutas 3 documentos manuscritos 1 livro de expediente de permuta 5 copiadores contendo a correspondência referente ao ano de 1931 a 1935
1939	2 pastas com correspondência da BN 21 volumes “referentes ao serviço da Biblioteca” 3 canhotos para recibos provisórios de petições para registro de direitos autorais 9 códices provenientes do expediente da BN

FONTE: A autora (2022).

Elaborado com base dos relatórios de seção, coleção Biblioteca Nacional.

Com as reformas de 1944, 1946 e 1975, as ações de aquisição de acervo passaram a ser atribuição de uma divisão especializada. Com o esvaziamento da Secretaria de suas principais atribuições, cessaram igualmente as remessas de Secretaria para a Seção de Manuscritos, principal fonte de aquisição do arquivo histórico institucional. Observou-se também que com a criação das Divisões de Preparação (1944), de Aquisição (1946) e Aquisição e Processamento (1975) o arquivo corrente produzido pela atividade de aquisição de acervo deixou de ser arquivado na Seção de Manuscritos, tendo sido incorporado à coleção Biblioteca Nacional apenas os documentos produzidos na primeira metade do século XX. Posteriormente, os documentos foram arquivados no Arquivo Geral, vinculado à administração, com exceção do processo de aquisição do arquivo e biblioteca de Arthur Ramos, de 1954, que se encontra arquivado na coleção Biblioteca Nacional.

2.7.2 - Catalogação de acervo

Ao analisar as ações de catalogação do acervo manuscrito buscou-se identificar as práticas de descrição que incidiam sobre os documentos e sua abrangência sobre o arquivo histórico institucional, custodiado na Seção de Manuscritos.

³⁹ Relatório da Seção de Manuscritos de 1937, localização: 46,02,013. Relatório da Seção de Manuscritos de 1938, localização: 46,02,015. Relatório da Seção de Manuscritos de 1939, localização: 46,02017. Coleção Biblioteca Nacional

Relatório da Seção de Manuscritos de 1939. Localização: 46,02,017

No primeiro capítulo, vimos brevemente que a classificação por assunto era o fator determinante para a organização do acervo na Biblioteca, e que na Seção de Manuscritos havia a particularidade de se distribuir arquivos e coleções a partir dos temas afetos ao conjunto documental. Dessa forma, incorria-se na dispersão interna do acervo a partir do tema sobre o qual versavam os documentos ou a partir do suporte documental, fosse texto, iconografia, mapa ou livro.

Em 1911 o trabalho de catalogação da Seção de Manuscritos era apresentado nos relatórios de seção a partir da produção dos funcionários, indicando a quantidade de “cartões extraídos” para composição dos catálogos geral, alfabético e de autógrafos da seção. O trabalho de catalogação era realizado após a classificação por assunto e exigia leitura paleográfica dos documentos e pesquisa sobre seu contexto histórico, característica que frequentemente era utilizada nos relatórios para justificar a demanda por mão-de-obra especializada para a seção.

Entre 1876 e 1944 catalogava-se o acervo manuscrito e o acervo impresso da seção, que davam entrada via Secretaria. Com as reformas da década de 1940, apenas os manuscritos passaram a ser catalogados na seção. Os livros impressos passaram a ser catalogados na seção específica de Catalogação da Biblioteca, que não abarcava o chamado acervo especial.

Durante as primeiras décadas do século XX, deu-se prosseguimento ao plano de classificação do acervo instituído nos *Annais*, em 1877. Os relatórios nos informam da catalogação de peças referentes a Paraná e Santa Catarina, em 1902, e de itens classificados em Brasil em Geral, em 1912.

De maneira geral, os relatórios das três primeiras décadas do século XX tratam da catalogação do acervo enfatizando os resultados obtidos a partir de categorias como: bilhetes, cartões ou fichas extraídas. Com exceção da coleção Ottoni⁴⁰, que foi nominalmente citada no relatório de 1912, os demais conjuntos documentais – arquivos ou coleções – não foram discriminados nos relatórios.

A partir da década de 1930 percebe-se uma mudança no tratamento técnico do acervo, que passa a ser catalogado por conjunto documental, arquivo ou coleção. Em 1936 por exemplo foram informadas as catalogações das coleções Rio Branco, Coelho Neto, Pedro de Angelis e Hugo Leal.

⁴⁰ A Coleção Ottoni recebeu este nome em virtude do seu doador à Biblioteca Nacional, em 1911, Julio Benedito Ottoni. Este acervo, distribuído entre diferentes seções da BN, foi nominado coleção José Carlos Rodrigues na Seção de Manuscritos, nome do colecionador que compilou originalmente o acervo. Sobre a coleção, ver: SILVA, Iuri Azevedo Lapa e. Sobre papéis, trajetórias e dádivas: a doação da coleção Ottoni para a Biblioteca Nacional. Tese de doutorado apresentada ao Programa da Pós Graduação da FGV, 2020.

Na década de 40 houve modificações estruturais na Biblioteca que impactaram diretamente na catalogação do acervo. No projeto da bibliotecária Heloísa Werneck, a Seção de Manuscritos é apresentada como seção responsável por classificar, catalogar e arquivar códices e documentos manuscritos, nas palavras da bibliotecária, deveria “preservar da destruição a riqueza histórico-bibliográfica da BN” (WERNECK, 1942, p. 21). Para isto, seria composta de três setores: a) catalogação; b) classificação e c) estudos e pesquisa, que tinha como atribuição organizar os catálogos, organizados em ordem cronológica, contendo verbetes com anotação bio-bibliográficas e informações históricas. À título de esclarecimento do funcionamento do setor de estudos e pesquisa, Werneck nos fornece importante informação sobre as práticas de tratamento técnico ao acervo manuscrito nos anos 1940. Os catálogos deveria ser organizados:

- 1) para os códices da real biblioteca, 2) para os documentos da real biblioteca,
- 3) **para cada uma das coleções em separado**, seja ela adquirida por compra, por doação, por contribuição legal, por permuta. Assim teríamos a reimpressão do catálogo da famosa coleção De Angelis, alicerce fundamental da História Sul-Americana. Este catálogo deveria ser comentado, enriquecido com diversas indicações, inclusive a indicação dos documentos desaparecidos. Seria dado à publicidade o Catálogo anotado da Coleção Casa dos Contos, Coleção Rio Branco, e os catálogos das Coleções Conceição Veloso, Melo Franco, José Bonifácio, Correia de Lacerda, Melo Moraes, Martins.

O regulamento de 1946 confirmou a separação entre Divisão de Catalogação e as áreas de acervo especializado, então reunidas na Divisão de Obras Raras e Publicações. As atribuições desta última estavam reduzidas a manter franqueado seu acervo ao público e a zelar pela sua conservação. José Honório Rodrigues, diretor da Divisão de Obras Raras entre 1946 e 1953, relatou os inconvenientes desta configuração em carta ao diretor da Biblioteca Nacional, Rubens Borba de Moraes (1945-1947), em julho de 1946⁴¹. Sua intenção era apontar a lacuna no regimento referente à catalogação dos documentos manuscritos, cartas geográficas e estampas, para que fossem tomadas as providências pela direção para sanar o problema. Rodrigues pontuou que as seções que compunham a Divisão de Obras Raras e Publicações ficaram, com o decreto, “destituídas das funções de exame, registo, catalogação e classificação das peças sob sua conservação e zelo, funções essas que são, por essência, finalidades principais

⁴¹ Rodrigues, José Honório. Ofício ao diretor da Biblioteca Nacional, Rubens Borba Alves de Moraes, solicitando que se acrescente no regimento da BN a catalogação e classificação das obras manuscritas, estampas e cartas geográficas pela própria Divisão de Obras Raras e Publicações. Rio de Janeiro, 01/07/1946. Localização: 65,5,003 nº002, coleção Biblioteca Nacional.

de nossas seções”. Assim, prosseguiu, “ficariam seus funcionários reduzidos a condição de fiscais de sala e serventes”. Rodrigues justificava assim sua demanda:

A própria natureza especial do material nelas [seções] contido exige – à semelhança do que se pratica nas grandes bibliotecas do mundo – que a sua catalogação e classificação sejam feitas dentro dessas próprias seções, destacando-se para isso funcionários especializados, que uma vez designados para as seções de Manuscritos e Iconografia se incumbem da catalogação e classificação do material existente e da manutenção dos catálogos especiais dessas seções. Acresço que a catalogação e classificação dos manuscritos, estampas e mapas, exigem conhecimento mais especializado [...]. Para a catalogação e classificação dos manuscritos são requisitos indispensáveis um largo tirocínio paleográfico e um bom conhecimento de história do Brasil, pois muitas das peças que se encontram na BN são quinhentistas e seiscentistas e quase todas dizem respeito à história do Brasil. É digna de relevo a circunstância de que a justificativa de verbas especiais para serviços ditos extraordinários, mas de sua natureza ordinários, das seções de Manuscritos e Iconografia, tem se baseado na necessidade da admissão de técnicos especializados que cataloguem e classifiquem as peças manuscritas e iconográficas ainda não devidamente cuidadas [...] e arrumadas nas respectivas seções. Eis por que esta Divisão de Obras Raras e Publicações entende indispensável à boa ordem dos seus serviços e execução de suas tarefas mais primordiais a inclusão na competência das seções de Livros Raros, Iconografia e Manuscritos, da atribuição de catalogar e classificar o respectivo material, designando V.S. os funcionários indispensáveis para cada uma delas⁴².

Recobrada a função de catalogar seu acervo em 1947, a Seção de Manuscritos retomou as atividades, que nos informam os relatórios, estavam estagnadas. A equipe foi acrescida de três historiadores que deram prosseguimento ao serviço de catalogação do acervo que havia sido apenas classificado, mas não catalogado. Dessa forma, durante a direção de José Honório Rodrigues na Divisão de Obras Raras, entre 1946 e 1953, foram catalogados e publicados nos *Annais* os seguintes catálogos de acervos: catálogo Bahia (1949), Maranhão (1950), Pernambuco (1951), Alexandre Rodrigues Ferreira (1952), Antônio Gonçalves Dias (1952), Paraná (1953), São Paulo (1953).

Até a década de 1950 não foi verificada nos relatórios da Seção de Manuscritos e nem de diretoria nenhuma menção ao tratamento técnico do chamado arquivo histórico, composto pelos documentos transferidos da Secretaria e arquivados em Manuscritos. A primeira notícia sobre o tratamento técnico do arquivo histórico nos foi dada pelo relato da arquivista Ignez Agut, lotada na Seção de Arquivo, em 1955, que atesta ter organizado e catalogado os documentos históricos ali custodiados.

⁴² Idem.

Ainda sobre os anos 1950, a pesquisa constatou a existência de um dossiê contendo relatórios referentes aos anos de 1957 a 1959. Da Seção de Manuscritos, consta um *Sumário dos trabalhos realizados pela seção de mss nos anos 1957-59*. Este documento aponta as principais atividades desenvolvidas no período, quando pela primeira vez se tem notícia de um plano de catalogação do acervo manuscrito, apresentado à direção geral em 1957. Neste plano figuram a catalogação de documentos manuscritos avulsos, estimados em 10 mil itens, e das seguintes coleções: Coelho Neto, Capistrano de Abreu, José Martiniano de Alencar, Carlos da Luz, Rodolfo Garcia, Ramos Paz, Estudos Botânicos, Freire Alemão, Augusto de Lima, Martins, totalizando cerca de 9 mil documentos.

O Sumário de atividades identifica, pela primeira vez, o tratamento técnico do arquivo institucional inserido nas atividades realizadas pela Seção de Manuscritos. Sobre esta atividade, o chefe da Seção, Darcy Damasceno informa que “foram ordenados e classificados os livros de ponto, de correspondência ativa e passiva, a documentação administrativa, etc., referente à Biblioteca Nacional”⁴³ O relatório não identificou, contudo, se a execução da atividade foi desempenhada por pessoal próprio da Seção ou se por pessoal afeto à área de arquivo, da administração.

2.7.3 - Pessoal

O trabalho na Seção de Manuscrito é constantemente apresentado nos relatórios sob a perspectiva da dificuldade extrema por problemas com mão de obra. Os relatórios entre 1900 e 1980 são fartos de informações sobre a carência de pessoal qualificado para o tratamento técnico do acervo manuscrito. O relatório de 1899 apresenta as ações desenvolvida no decurso de 1888 – registro de novas aquisições de itens documentais, inventário, classificação e catalogação do acervo, pesquisa para produção de notas bibliográficas nos catálogos da seção⁴⁴. Paralelo aos resultados, afirma ter sido necessário desvio de um amanuense para cobrir a função de oficial na sala de leitura. Ratifica a necessidade de ampliação da equipe, que demanda além de amanuenses uma vaga de auxiliar. O relatório seguinte, retoma o problema de mão de obra em número insuficiente, retratando amanuenses que exercem a função de serventes, atrasando a catalogação da seção⁴⁵.

⁴³ Documentos da presidência, relatórios anuais, caixa 10076, Arquivo Geral da Biblioteca Nacional.

⁴⁴ Relatório de diretoria da Biblioteca Nacional. *Annais da Biblioteca Nacional*, v. 21, 1889

⁴⁵ Relatório de diretoria da Biblioteca Nacional. *Annais da Biblioteca Nacional*, v. 22, 1890.

O problema com o número do quadro de pessoal verificou-se uma constante ao longo do século XX durante a pesquisa. O regulamento de 1911, como vimos anteriormente, buscou sanar o problema com a proposta de formação de quadro a partir da criação do curso de biblioteconomia. Neste ano, a Seção de Manuscritos passou a contar em sua equipe com a seguinte composição: um chefe de seção, João Carlos Carvalho, um sub-bibliotecário, Eduardo Vidal, um oficial, Torquato Câmara e um amanuense, Mário Behring. A equipe, modesta diante do desafio de classificar, catalogar e dar acesso ao acervo manuscrito, seguiu com desfalques pontuais por convocação de servidores ao tribunal do júri e transferências para outras instituições públicas.

No relatório de 1920, o chefe da seção ressentia-se da precariedade com que foi desempenhada a atividade de catalogação na seção em virtude do pequeno número de funcionários. Naquele momento, dispunha a equipe de um oficial e dois amanuenses no trabalho de catalogação⁴⁶.

Na década de 1930, repetia-se o padrão de falta de pessoal e seu reflexo no avanço lento dos trabalhos da seção. Foi possível esmiuçar as atividades da seção mais de perto nesta década em razão do arquivamento dos relatórios mensais da Seção de Manuscritos na coleção Biblioteca Nacional. Verificou-se a ocorrência de 36 relatórios mensais, correspondentes aos anos de 1937, 38 e 39. Estes documentos obedeciam a um padrão e informavam sobre pessoal, atendimentos ao público na sala de leitura, estatísticas da consulta pública, discriminando os assuntos e idiomas dos documentos pesquisados, as aquisições e atividades de catalogação desenvolvidas na seção, assim como as ações vinculadas ao curso de biblioteconomia, cujo professor de paleografia e diplomática era o chefe da seção.

No ano de 1937, o chefe da Seção de Manuscritos, José Bartholo da Silva, informou a seguinte composição da equipe: quatro bibliotecários e dois serventes. Os bibliotecários – formados pelo curso da BN revigorado na gestão Rodolfo Garcia em 1931 – tinham suas atividades assim distribuídas: Adolfo Jácome Filho era responsável pela catalogação e pelo registro de obras, Celuta Gomes cuidava da catalogação enquanto Pedro Cunha estava cedido ao Ministério da Educação. Os serventes, Pedro Vieira e Domingos Gonçalves dedicaram-se à limpeza da sala e ao “expurgo” dos documentos da seção.

Na década de 1940 seguiu-se o padrão de bibliotecários, com a intervenção pontual de uma arquivista para tratar do arquivo histórico. Seria, contudo, nos anos 1950 que a equipe seria reforçada pela contratação de historiadores para auxiliar na catalogação do acervo manuscrito,

⁴⁶ Relatório da Seção de Manuscritos. Localização: 46,01,055. Coleção Biblioteca Nacional.

projeto idealizado e executado pelo diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações, José Honório Rodrigues.

A ausência de relatórios da Seção de Manuscritos para as décadas seguintes inviabilizou a análise para os anos 60, 70 e 80.

Neste capítulo, vimos que a estrutura administrativa herdada do último quartel do século XIX foi reformulada em 1911, sob a gestão de Manoel Cícero Peregrino da Silva. Manteve-se a organização com a Secretaria cuidando das atividades administrativas, porém as áreas de guarda de acervo passaram de três para quatro, tendo sido acrescentada a Seção de Numismática. Essa reforma foi responsável por garantir formalmente a transferência do arquivo corrente para o arquivo histórico, custodiado na Seção de Manuscritos.

Esta estrutura, vimos, manteve-se com o regulamento de 1922, que só foi alterado em 1944. A estrutura proposta, no entanto, teve curta duração, tendo sequer sido plenamente implantada. Outra reforma, em 1946, redesenhou a administração da Biblioteca. Centrada na modernização dos cursos de biblioteconomia, as reformas de 1944 e 1946 eliminaram a Secretaria como unidade administrativa. As atividades fim da instituição que a Secretaria desempenhava passaram a Divisões especializadas e as atividades meio, passaram aos cuidados do Serviço Auxiliar.

A reforma de Jannice Monte-mor foi apresentada, enfatizando a atenção que a diretora da instituição conferiu ao arquivo histórico. Monte-mor buscou remodelar a instituição, de modo a racionalizar as atividades técnicas e investir no processamento técnico da biblioteca. A diretora conferiu especial atenção ao arquivo histórico, que retornou à Seção de Manuscritos.

Vimos em seguida, as atividades desempenhadas pelas unidades produtoras e custodiadoras do arquivo histórico: a Secretaria, a Seção de Documentação e a Seção de Manuscritos. Em 1948, os relatórios nos informam da atividade de uma Seção de Arquivo, que se estenderia até 1960. Neste ano, Celso da Cunha implementou uma reorganização interna que o permitiu criar uma Seção de Documentação, que passou a ser responsável pelo arquivo histórico até então custodiado na Seção de Manuscritos.

Esta última unidade, criada com a reforma de Ramiz Galvão em 1876, foi apresentada como o lugar dos documentos históricos, fossem códices, arquivos pessoais, coleções de documentos, livros manuscritos ou documentos avulsos. A Seção de Manuscritos possuía desde fins do século XIX um projeto bem definido de organização e classificação do acervo, publicado nos *Annais* em 1877. Os documentos históricos eram objetos da Seção de Manuscritos e vimos, de forma breve, como eram realizadas as ações de aquisição e catalogação

de acervo na primeira metade do século XX, e as características da equipe que realiza tais atividades.

No próximo capítulo, analisaremos o processo de formação da coleção Biblioteca Nacional.

CAPÍTULO 3 - A TRAJETÓRIA DA COLEÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Apresentadas as estruturas administrativas e os lugares que ocupou o arquivo, passamos agora à análise de sua trajetória e ao estudo da composição da coleção Biblioteca Nacional. Neste capítulo serão abordadas quatro etapas da constituição do acervo, identificando quando possível as práticas de arquivamento e os agentes responsáveis pelas ações sobre o arquivo, que concorreram para sua conformação como coleção ao final do processo.

3.1 - Primeira etapa: as remessas da Secretaria nas décadas de 1902 a 1944

Para compreender a formação da coleção Biblioteca Nacional, precisamos compreender a formação do arquivo histórico que, vimos, teve início com a transferência de documentos administrativos da Secretaria para a Seção de Manuscritos, através das remessas da Secretaria discriminadas nas aquisições informadas nos relatórios. Os relatórios da Seção de Manuscritos arquivados na própria coleção Biblioteca Nacional foram, portanto, as principais fontes para compreensão desse movimento inicial de formação do arquivo histórico. Sobre estes documentos, é importante apontar duas características verificadas na coleção: a ausência de relatórios da Seção de Manuscritos e a variação na forma de registrar as aquisições. Dessa forma, alguns documentos informavam de maneira detalhada as aquisições de acervo, ao passo que em outros momentos, informava-se de forma sucinta. Vimos anteriormente que os relatórios da Seção de Manuscritos destacavam de maneira relativamente pormenorizada a entrada de acervo na seção. Neles eram identificados os itens documentais que entravam por doação, compra, permuta, depósito legal e por remessa de Secretaria. Esta modalidade de entrada de acervo na seção nos interessa particularmente porque foi a forma por excelência de transferência do arquivo corrente para o arquivo permanente/histórico, custodiado na Seção de Manuscritos.

Através dos relatórios da Seção de Manuscritos foi possível identificar no ano de 1902 uma primeira transferência do arquivo corrente com vistas a tornar-se arquivo permanente. Uma lista anexa ao relatório informou a transferência de 10.706 documentos manuscritos e 31 volumes encadernados, transferidos como remessa de Secretaria, assim discriminados:

QUADRO 9: Documentos transferidos por remessa da Secretaria em 1902

Quarto trimestre – Remessa da Diretoria Da Secretaria da Biblioteca Nacional	Ano	Quantidade de Documentos
Resumo do ponto da presença dos empregados jornalheiros da Biblioteca. Encadernado.	1868-1874	1
Livro de registro de ofícios recebidos e expedidos pela diretoria da Biblioteca Nacional	1875-1888	532
Livro de registro de ofícios recebidos e expedidos pela Diretoria da Biblioteca Nacional. Códice encadernado	1888-1892	295
Livro de registro de ofícios recebidos pela diretoria da Biblioteca Nacional.	1892-1896	291
Livro de despesas da Biblioteca Nacional. Encadernado	1869-1891	1728
Livro de leis, avisos, decretos etc referente a Biblioteca Nacional. Encadernado.	1810-1831	13
Avisos, ofícios etc relativos a Biblioteca Nacional de. Originais e cópias. Encadernados	1822-1833	183
Avisos e ofícios	1834-1838	315
Avisos e ofícios	1839-1846	218
Avisos e ofícios	1847-1853	207
Avisos e ofícios	1854-1857	190
Avisos e ofícios	1858-1860	141
Avisos e ofícios	1861-1863	145
Avisos e ofícios	1870-1875	208
Avisos e ofícios	1876-1880	175
Avisos e ofícios	1881-1884	129
Livro de registro de ofícios etc dirigidos a diretoria da Biblioteca Nacional	1833-1844	420
Livro de registro de ofícios dirigidos a diretoria da Biblioteca Nacional	1845-1857	487
Livro de registro de ofícios dirigidos a diretoria da Biblioteca Nacional	1858-1875	696
Livro de ofícios expedidos pela diretoria da Biblioteca Nacional. Encadernado	1822-1833	188
Livro de ofícios expedidos pela diretoria da Biblioteca Nacional	1833-1838	203
Livro de registro das nomeações dos empregados da Biblioteca Nacional	1822-1833	169
Livro de ofícios expedidos pela diretoria da Biblioteca Nacional	1839-1849	255
Livro de ofícios expedidos pela diretoria da Biblioteca Nacional	1849-1854	441
Livro de ofícios expedidos pela diretoria da Biblioteca Nacional	1855-1858	391
Livro de ofícios expedidos pela diretoria da Biblioteca Nacional	1858-1864	513
Livro de ofícios expedidos pela diretoria da Biblioteca Nacional	1864-1871	671
Livro de ofícios expedidos pela diretoria da Biblioteca Nacional	1871-1875	474
Livro de ofícios expedidos pela diretoria da Biblioteca Nacional	1875-1888	1023

FONTE: A autora (2022).

Elaborado a partir do relatório da Seção de Manuscritos, localização: 46,01,026.

Podemos observar que a Secretaria, unidade administrativa criada na reforma administrativa de Ramiz Galvão em 1876, herdou a documentação administrativa da Biblioteca Nacional e, por motivos não evidenciados nos relatórios, iniciou a transferência de parte desta documentação para a Seção de Manuscritos em 1902. A documentação transferida correspondia basicamente às atividades da direção da Biblioteca, com ênfase nos ofícios e avisos, secundada pelos registros das despesas da instituição e de nomeações de empregados.

Ao compulsar os relatórios da Seção de Manuscritos nos anos subsequentes, especialmente a parte referente às aquisições de acervo, foi possível mapear o fluxo das transferências do arquivo, sob a rubrica de remessas da Secretaria.

QUADRO 10: Fluxo das remessas de Secretaria de 1903 a 1944

Ano	Quantidade de documentos	Informações constantes nos relatórios
1903	3.788	
1904	10	
1905	-	Não informado no relatório
1906	-	Não informado no relatório
1907	06	
1908	20.866	
1909	55	
1910	12.471	
1911	80	
1912	12	
1913	-	Não há relatório da seção deste ano
1914	-	Não há relatório da seção deste ano
1915	93	
1916	-	Não há relatório da seção deste ano
1917	173	
1918	4	
1919	-	Não há relatório da seção deste ano
1920	4	
1921	-	Não há relatório da seção deste ano
1922	-	Não há relatório da seção deste ano
1923	49	
1924	-	Não informado no relatório
1925	-	Não informado no relatório
1926	-	Não há relatório da seção deste ano
1927	-	Não há relatório da seção deste ano
1928	-	Não há relatório da seção deste ano
1929	-	Não há relatório da seção deste ano
1930	23	
1931	242	
1932	-	O chefe de seção Mario Behring informa que deram entrada 72 documentos sem discriminar a procedência. Afirma, no entanto, que com exceção de um documento, “quase todos os outros são referentes à administração da Biblioteca Nacional”
1933	-	Não há relatório da seção deste ano
1934	-	Não há relatório da seção deste ano
1935	-	Não há relatório da seção deste ano
1936	27	
1937	16	O relatório informa a entrada em abril de “sete livros do serviço de expediente da Secretaria da Biblioteca, já encerrados”; em setembro, de oito livros de escrituração da Secretaria; e em outubro, do livro de ponto dos ajudantes do mecânico eletricista e dos ascensoristas, de 1933 a 1935.
1938	34	Foram discriminados no relatório da seção as seguintes entradas: “vinte e seis volumes, constando de livros de ponto dos funcionários, livros de ocorrência e livros de registro de permutas; um livro de expediente de permutas; cinco copiadores da correspondência da Biblioteca Nacional, referente aos anos de 1931 a 1935”.
1939	34	Constam as seguintes entradas: em janeiro, duas pastas de correspondências da Biblioteca Nacional referentes ao ano de 1936; em abril, 21 volumes remetidos pela Secretaria referentes ao serviço da Biblioteca; em agosto, três canhotos para recibo provisório de petições para registro de direitos autorais remetidos pela Secretaria; e em novembro, oito códices contendo assuntos de expediente da Biblioteca.

1940	16	Segundo o relatório, entraram em janeiro, dois livros de ponto do pessoal da Biblioteca Nacional; em agosto, nove canhotos de recibo da Secretaria e dois livros caixa da antiga tesouraria.
1941	135	Foram apontados a entrada em janeiro, de dezenove códices, dez dos quais eram livros de ponto e os outros nove contendo atos administrativos; quatro pacotes com documentos referentes ao curso de biblioteconomia e a atos administrativos; vinte e sete documentos avulsos oriundos da seção de contabilidade da Secretaria; e trinta canhotos de talões relativos a diversos assuntos da administração da Biblioteca; em abril, seis livros de ponto de funcionários; maio, livro de registro de direito autoral, seis talões de canhoto de recibo para registro de direito autoral e dois documentos relativos a expediente da Secretaria; junho, dezoito documentos avulsos, dezoito pastas contendo requerimentos e atestados médicos para abono de faltas do pessoal da Biblioteca Nacional e um livro de contas correntes de agosto de 1913 a dezembro de 1933; julho: “dois amarrados contendo o primeiro diversos requerimentos de épocas diversas e o segundo um inventário dos móveis e utensílios relativos ao ano de 1895”
1942	129	Deram entrada neste ano em janeiro, dois canhotos de recibo, sessenta e seis guias avulsas de recolhimentos e um códice contendo a escritura da renda da Biblioteca Nacional de janeiro de 1934 a março de 1940; em março: dois canhotos de recibos; junho, cinquenta e seis peças de naturezas diversas, todas pertencentes ao expediente da Secretaria da Biblioteca Nacional; outubro, um livro de protocolo da entrega da correspondência da Secretaria da Biblioteca; e dezembro, um documento proveniente da Secretaria.
1943	-	Não informado no relatório
1944	-	Não informado no relatório

FONTE: A autora (2022).

Elaborada com base nos relatórios da Seção de Manuscritos, coleção Biblioteca Nacional.

As remessas de Secretaria são, entre 1902 e 1944 – ano em que a Secretaria é extinta por reforma administrativa – a principal fonte de entrada de acervo para o arquivo histórico, custodiado na Seção de Manuscritos.

Assim, ao analisar o quadro de entrada de acervo por remessas da Secretaria podemos evidenciar algumas tendências. Na primeira década do século XX, foram transferidos os primeiros documentos do arquivo corrente da Secretaria para a Seção de Manuscritos, consistindo nos documentos administrativos do século XIX – já identificados em quadro anterior – e cerca de 47.902 documentos, cujo conteúdo só foi possível acessar para a primeira transferência. Importante ressaltar que este primeiro momento de arquivamento dos documentos na Seção de Manuscritos antecede a reforma de Peregrino da Silva, que determinou o recolhimento do arquivo naquela seção, em 1911. É razoável supor que o regimento de 1911 tenha ratificado uma situação que ocorria de fato na instituição. Os relatórios da Seção de Manuscritos, contudo, não apresentam informações detalhadas sobre estas transferências, o que dificultou a análise.

Na década seguinte, entre 1911 e 1920, foram remanejados 366 documentos para o arquivo histórico. A seriação dos relatórios desta década está desfalcada de quatro peças, referentes aos anos de 1913, 1914, 1916 e 1919. Da mesma forma que a série anterior, não constam informações sobre os itens documentais transferidos.

O quadro lacônico se repete na década posterior, entre 1921 e 1930, em que se somam 72 documentos transferidos em duas remessas da Secretaria, uma em 1923 e outra em 1930. Para os anos faltantes, temos quatro relatórios que não apresentam informações sobre as aquisições e seis relatórios inexistentes no acervo, referentes aos anos de 1921, 22, 26, 27, 28 e 29.

Na década seguinte, entre 1931 e 1940, observou-se mudança no padrão verificado, com a entrada de 369 documentos, doravante discriminados em relatório. Após a lista de remessa de Secretaria apensa ao relatório de 1902, a segunda menção ao arquivo transferido da Secretaria ocorre no relatório de 1932, quando o então chefe da Seção de Manuscritos, Mário Behring, afirma que naquele ano deram entrada na seção “documentos referentes à administração da Biblioteca Nacional”⁴⁷ Este movimento se estende até ao final da série analisada.

A compreensão deste período beneficia-se do arquivamento dos relatórios mensais da Seção de Manuscritos, que permitiram acessar a dinâmica de funcionamento da seção de forma mais precisa. Assim, temos para os anos de 1937 a 1942 a lista e a ordem de entrada dos documentos para o arquivo histórico – informação esta que não foi registrada nos relatórios da Secretaria ou nos relatórios de diretoria da Biblioteca Nacional.

Ao cotejar os documentos transferidos com as atribuições da Secretaria da Biblioteca Nacional, entre 1902 e 1944, temos a seguinte composição:

⁴⁷ Relatório da Seção de Manuscritos, coleção Biblioteca Nacional, localização: 46,02,004.

QUADRO 11: Atribuições da Secretaria e produção documental arquivada entre 1902 e 1944

Ano	Atribuições da Secretaria	Documentos transferidos
1876 – 1910	Fazer a correspondência da Biblioteca, cuidar da conservação do arquivo e dos depósitos, da escrituração dos livros de contas e dos registros, dos ofícios, avisos, aquisições e outros Conserva inventário completo da Biblioteca Assinar recibo de todas as publicações nacionais Remete às seções as obras adquiridas Processar as folhas mensais dos funcionários	Livros de ponto Livros de registro de ofícios Livros de despesas Livros de avisos e decretos
1911 – 1944	Cuidar da correspondência, escrituração dos livros da administração e do arquivo Coletar as obras nacionais por depósito legal e emitir recibo das obras Remeter às seções as obras adquiridas Organizar as folhas de pagamento dos funcionários Efetuar o registro de autor Encerrar o ponto dos funcionários Assinar certidões e autenticar cópias Receber os pedidos de empréstimos de obras e acompanhar sua restituição	Livros de escrituração da Secretaria Livros de ponto de funcionários Livros de ocorrência Livros de permuta Livros copiadores de correspondência Canhotos de recibo referente a direitos autorais Livros de registro de direitos autorais Livros de conta corrente da BN Livro de Guias de recolhimento Documentos produzidos pelo curso de Biblioteconomia

FONTE: A autora (2022).

Elaborado a partir da legislação e dos relatórios da Seção de Manuscritos, coleção Biblioteca Nacional.

Observa-se que ao núcleo original do arquivo histórico, os documentos administrativos produzidos pela administração no século XIX, somaram-se os documentos produzidos pela Secretaria na primeira metade do século XX, até a reforma de 1944, quando – vimos – suas atribuições são distribuídas por seções e divisões especializadas.

Embora fosse atribuição da Secretaria cuidar do arquivo corrente e transferi-lo à Seção de Manuscritos após cinco anos de sua produção, tal como preconizava o regimento de 1911, a pesquisa não identificou nos relatórios remanescentes da Secretaria nenhuma menção aos cuidados dispensados ao arquivo, tampouco informações sobre os critérios e práticas ligadas às transferências para o arquivo histórico. Da mesma forma, os relatórios da Seção de Manuscritos não registraram informações detalhadas sobre os critérios de transferência que indicassem haver qualquer tipo de avaliação dos documentos transferidos.

As transferências para o arquivo histórico foram documentadas apenas nos relatórios mensais da Seção de Manuscritos, com maior ou menor rigor variando ao longo do tempo. Se para as primeiras décadas do século XX, a informação sobre a entrada de acervo era sucinta, para as décadas de 30 e 40 pode-se notar um destaque na informação constante nos relatórios da seção: as remessas da Secretaria passam a ser discriminadas de forma clara entre as aquisições de acervo relatadas.

Podemos afirmar que os documentos oriundos das remessas da Secretaria compuseram uma primeira camada do arquivo histórico. Este núcleo documental não foi objeto, contudo, de tratamento técnico. A pesquisa não identificou entre 1902 e 1944 nenhuma ação na Seção de Manuscritos sobre o arquivo histórico, além de informar o recebimento dos documentos. Não se verificou nos relatórios nenhuma ação de tratamento técnico, conservação ou solicitação de acesso ao acervo.

Na primeira metade do século XX, notadamente até a década de 40, o trabalho de catalogação de acervo na Seção de Manuscritos, vimos no primeiro capítulo, consistia na inscrição do documento no livro de aquisição da seção, seguida da classificação do documento e da produção de uma ficha catalográfica sobre o documento para integrar os catálogos de assunto e autor.

Vimos que em finais do século XIX e início do século XX vigorava na Seção de Manuscritos a dispersão dos arquivos e coleções em razão da distribuição dos documentos em classes. A partir da década de 40, com a remodelação do curso de biblioteconomia e com a composição majoritária de bibliotecários formados pelo curso da BN, a equipe da Seção de Manuscritos passou a catalogar seus documentos a partir da perspectiva de coleção, buscando manter os documentos agrupados, diminuindo – mas não eliminando – a prática de distribuí-los em classificações temáticas. O funcionário responsável por um acervo dedicava-se a catalogar os itens documentais de uma coleção, disponibilizando-os a partir das fichas catalográficas.

No período analisado, constatou-se que o arquivo histórico não foi objeto de nenhum tratamento técnico na Seção de Manuscritos: não foi classificado, catalogado, exposto, pesquisado ou mesmo emprestado. Ao que informam os relatórios, a Seção de Manuscritos limitava-se a custodiá-lo para guarda permanente por seu valor histórico.

3.2 - Segunda etapa: o arquivo histórico como ferramenta da administração nas décadas de 1950 a 1970

A ausência de tratamento técnico ou mesmo de qualquer atenção dispensada ao acervo na Seção de Manuscritos foi corroborada pelo relatório da arquivista Ignez Agut da Silva, designada pelo Diretor da Administração para “classificar, ordenar e preservar os documentos de administração geral que se encontravam a cargo dessa seção [de manuscritos], juntamente

com os documentos específicos que dizem respeito à sua atividade precípua”⁴⁸. Seu relatório apresenta o estado da arte do arquivo na década de 1950, narrado desta forma:

De 1951 em diante tais documentos são guardados na atual seção de Administração. Até 1950 seu arquivamento definitivo era na Seção de Manuscritos, para onde eram enviados amarrados ou soltos, às vezes nem a ordem cronológica era observada. Resultava dessa situação, como era natural, que os pedidos de documentos feitos pela administração, somente eram atendidos com grande demora, decorrente de exaustivas buscas em vários maços onde o papel era afinal, “achado”, no fim de maior ou menor tempo, de acordo com a boa ou má estrela de quem fizesse a pesquisa.⁴⁹

Com as reformas de 1944 e 1946 houve a extinção da Secretaria tal como foi concebida nos regimentos de 1876 e 1911. Como vimos, suas competências foram redistribuídas por outras seções e divisões, o que teve impacto na acumulação do arquivo corrente. Na década de 1950 este passou aos cuidados da Seção de Administração. Já o arquivo histórico permaneceu sob os cuidados da Seção de Manuscritos e teve em 1955 seu primeiro tratamento técnico, sob a execução da referida arquivista Ignez Agut da Silva. Sobre os trabalhos desempenhados no arquivo histórico, Agut da Silva destacou que:

Em face do volume de documentos a cuidar [...] houve por bem que fossem ordenados, na primeira fase os documentos de 1920 a 1950, sobre os quais era maior a incidência de consultas, ficando os anteriores a 1920 para uma segunda etapa pois estes conservavam-se encadernados. Com a necessária liberdade quanto à escolha dos métodos de arquivamento a observar, pareceu-me que o critério cronológico seria o mais indicado no momento, para a ordenação, pois enquanto em fase de execução, não deixariam de ser atendidos os pedidos, uma vez que as alterações feitas somente iriam melhorando a situação, limitando o campo de pesquisa. Dentro da ordenação cronológica, os papéis foram classificados por espécie, em maços que uma vez completos, quando julgados de interesse para a conservação, foram encadernados, continuando colecionados em maços apenas as coleções incompletas ou os papéis que não parecessem merecer aquele tratamento. Assim com esses documentos, foram organizadas as seguintes coleções: Correspondência recebida; Correspondência expedida (ofícios ou cartas); Folhas de pagamento (boletim de frequência); Portarias; Guias da S.A; Requerimentos para certidões; Comprovação de despesas (adiantamento ou empenho); Relatórios das seções; Relatórios dos diretores; Inventários; e Papéis Diversos.⁵⁰

De seu relato podemos inferir que o tratamento dado ao arquivo histórico incidiu sobre parte da documentação, excluídos os códices produzidos no século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX. A documentação privilegiada para a organização nos anos 50 era composta de documentos demandados pela própria administração e que remontavam aos trinta

⁴⁸ Relatório de Ignez Agut da Silva sobre o arquivo, localização: 65,01,004 nº016, coleção Biblioteca Nacional.

⁴⁹ Idem

⁵⁰ Idem.

anos anteriores. A crer no relato da arquivista, podemos concluir que a atividade desempenhada tinha caráter pragmático, pois revelava-se ferramenta para acesso e consulta ao acervo naquele momento. Sobre este aspecto, a arquivista defende mesmo a importância e as vantagens de um arquivo organizado, e assim afirma que:

Durante a execução dos trabalhos, verifiquei que desses documentos antigos, os mais procurados eram os de 1948 a 1950, por isso organizei para a correspondência expedida e recebida, fichários auxiliares, em ordem alfabética que, depois de datilografados, constituíram os índices das respectivas coleções. À primeira vista, pode parecer que tal trabalho teria sido inócuo, entretanto muitas vezes, tem valor inestimável não só para a comprovação de tempo de serviço, completando períodos para a aposentadoria com as certidões que podemos lavrar, como para facilitar o manuseio da correspondência recebida os dos escritórios.

Além de apontar os produtos possíveis de um arquivo organizado, Agut da Silva pondera sobre a situação do arquivo na Biblioteca Nacional:

Hoje de acordo com a técnica moderna, o arquivamento dos documentos de administração geral são [sic] guardados em dois setores distintos, ou seja, no arquivo inativo ou morto e no arquivo corrente, também indicado como vivo ou de movimento. No caso particular da Biblioteca, os documentos dessa natureza que atualmente estão a cargo da Seção de Manuscritos, constituem nosso arquivo permanente, enquanto que os documentos de 1951 em diante, guardados na seção de Administração, formam o arquivo corrente. A rigor, porém, no arquivo corrente não deveriam estar senão documentos dos três últimos anos, sendo os anteriores transferidos para custódia, no arquivo permanente. Nestas condições, dando conhecimento da conclusão da tarefa que realizei, tomo a liberdade de sugerir a V.S. propor ao senhor diretor dessa casa, a organização na seção de conservação, de um setor destinado ao nosso arquivo morto, onde seriam devidamente conservados em situação de acessibilidade para atendimento rápido, todos os documentos relativos à administração da Biblioteca e que já não fossem objeto de constantes consultas da seção de administração. Naquela seção permaneceriam somente os documentos relativos aos três últimos anos.

A sugestão de Agut da Silva foi endossada pelo chefe da Seção de Manuscritos, o bibliotecário Otávio Calazans Rodrigues, que em bilhete apensado ao relatório encaminhou a seguinte mensagem ao diretor da instituição, Eugênio Gomes⁵¹:

Sr. Diretor

Em aditamento ao exposto no incluso relatório, tenho a informar que há ainda um grande número de papéis (contas, cartas, etc.) que não foram ainda organizados; estão simplesmente empilhados num dos armários do fundo da Seção de Manuscritos ou nas gavetas dos arcazes. Seria necessário manter-se um serviço permanente que ficasse a cargo de funcionário da administração, não só para organizar o que resta dos antigos papéis, como também para

⁵¹ Eugênio Gomes, jornalista e escritor, nasceu na Bahia em 1897 e faleceu no Rio de Janeiro em 1972. Foi diretor da Biblioteca Nacional entre 1951 e 1956.

fiscalizar ou cuidar dos papéis que vão sendo arquivados conforme lembra a signatária do informe anexo.⁵²

A arquivista responsável pelo diagnóstico havia sido cedida via Ministério para a Biblioteca Nacional, onde passou a executar ações específicas de arquivo na administração da instituição. Conforme vimos no capítulo anterior, houve um investimento no serviço público federal a partir da criação do DASP no sentido de modernizar sua administração, o que beneficiou o campo dos arquivos e bibliotecas. A área da documentação foi alçada à condição de área estratégica para a tomada de decisões. O relato de Agut da Silva aponta para a sugestão de melhorias institucionais na área de arquivo, com a compreensão de tais documentos poderiam ser úteis ferramentas à administração, se recebessem o tratamento técnico adequado. Em carta apensada ao relato da arquivista, o chefe da Seção de Manuscritos ratifica a necessidade de tratamento técnico adequado, sob as modernas técnicas de arquivo em voga naquele momento.

A demanda de cuidados ao arquivo foi acolhida na gestão de Celso Ferreira da Cunha (1956-1960) quando foi criada a Seção de Documentação, para onde seria transferido o arquivo corrente. Não foi possível identificar ao longo da pesquisa o momento exato em que a transferência foi efetivada. A informação deste movimento se deu através dos documentos produzidos na década de 1970 e 1980, que referenciavam a transferência do arquivo histórico e seu retorno à Seção de Manuscritos. Com a extinção desta seção, quando da reforma administrativa de 1975, tornou-se a debater na instituição o lugar do arquivo histórico. Vimos que a Seção de Manuscritos tornou a ser o local de custódia do arquivo histórico por força do regimento interno. Este movimento de retorno do arquivo para a Seção de Manuscritos foi objeto da atenção do então chefe da Seção, Darcy Damasceno, em correspondência com Jannice Monte-mor. Em carta apensa ao processo nº 0006/75, Damasceno assim encaminhou a questão à diretora:

Senhora Diretora,

1.Quando se criou a seção de documentação, para lá foi transferido o arquivo histórico da Biblioteca Nacional, em virtude das atribuições que se deram aquele novo setor.

2.Com a planejada reforma da Biblioteca Nacional, a Seção de Documentação passa – e assim já o vem fazendo – a ter outros encargos, que não justificam sua permanência ali, de parte de um acervo que está também, como sempre esteve, na Seção de Manuscritos.

3.Sugiro assim, que vossa senhoria considere a conveniência de se fazer reverter à Seção de Manuscritos o antigo acervo, evitando-se desse modo que continue uma inconveniente divisão de livros e papéis históricos.⁵³

⁵² Idem

⁵³ Processo nº0006/75, coleção Biblioteca Nacional, localização: 66,01,006 nº039.

O documento traz a inscrição manuscrita “atendido em 22 de agosto de 1975” assinada por Jannice Monte-mor. O arquivo retornava, assim, para o lugar da pesquisa histórica na Biblioteca Nacional, característica assinalada no regimento interno. Não foi possível, contudo, localizar documentos que informassem pormenorizadamente sobre o remanejamento do arquivo histórico para a Seção de Manuscritos, como listas ou quaisquer outras referências, bem como o ano em que foi realizada.

O fato é que, com a reforma administrativa de 1975 e durante toda a gestão de Monte-mor, houve um esforço de tornar novamente a Seção de Manuscritos o lócus do arquivo histórico. Tal movimento está fartamente documentado nos encaminhamentos que Monte-mor fazia de próprio punho nos documentos administrativos que produziu naquele contexto. O próprio processo referente à reorganização administrativa da BN contém a seguinte instrução:

Senhor Chefe do SAA

Em anexo, devolvo a esse Serviço/SG/P o processo BN nº 0006/75, referente à reorganização administrativa da BN (Autonomia) e que deverá ser imediatamente recolhido à DRE, para arquivamento na Seção de Manuscritos – arquivo histórico da BN – em virtude do regulamento em vigor. Atenciosamente,

Jannice Monte-mor, diretora⁵⁴

Em outra ocasião, em fevereiro de 1979, redigiu memorando para encaminhar à Seção de Manuscritos os documentos produzidos pelo grupo de estudo da reforma administrativa:

Senhor chefe da SAA

Para cumprimento do que preconiza o regimento da casa, a documentação considerada de “valor histórico” deve ser recolhida à Seção de Manuscritos. Assim sendo, determino que sejam entregues à DRE, para guarda nos arquivos da referida seção, os dez volumes nos quais se consubstanciaram os estudos da reforma administrativa levados a cabo nesta Biblioteca no período de 1971/72 [..].

Atenciosamente,

Jannice Monte-mor

Diretora⁵⁵

Como resultado, os anos 1970 foram marcados por novo afluxo de documentos ao arquivo histórico da Biblioteca Nacional, em contraste com o movimento anterior que o transferiu para a área administrativa. A própria diretora passou a despachar documentos para a

⁵⁴ Idem

⁵⁵ MONTE-MOR, Jannice. Memorando dirigido ao chefe da S.A.A. para que sejam entregues a DRE para guarda nos arquivos da Seção de Manuscritos os volumes de estudos de Reforma Administrativa levados a cabo pelo Biblioteca entre 1971/1972. Rio de Janeiro: [s.n.], 22/02/1979. 01 doc. (2 p.), Original. Localização: Manuscritos - 66,1,006 nº035

Seção de Manuscritos, decorrida a finalidade do documento: anotava de próprio punho a instrução arquivar no Arquivo Histórico da Seção de Manuscritos. Dessa forma, foram transferidos diretamente da direção da Biblioteca Nacional cartas, ofícios, circulares, informativos internos e sobretudo, a documentação produzida no âmbito dos grupos de trabalho para a reforma da Biblioteca, entre 1971 e 1972, composta de processos, relatórios, estudos, planos, projetos, entre outros.

Nessa etapa do arquivo histórico, compreendida entre os anos 1950 e 1970, pode ser caracterizada pela alternância entre uma leitura administrativa do arquivo, compreendido como ferramenta e objeto da administração e a retomada da leitura do arquivo como ferramenta da pesquisa histórica e da memória institucional. É simbólico que a primeira diretora “especialista” - para utilizar o termo que Grings (2018) consagrou em sua tese – advogasse pelo retorno do arquivo histórico para a Seção de Manuscritos, perspectiva que prevaleceu nas décadas seguintes e ratificou aquele lugar como o lugar do arquivo histórico.

3.3 - Terceira etapa: as comissões de seleção e descarte do arquivo nos anos 1980

Com a extinção da seção de Documentação, decorrente da reforma de 1975, a documentação administrativa foi reconduzida à Seção de Manuscritos, que por força daquele regimento, tornou a ser responsável pelo arquivo histórico.

Na década de 1980 foram realizados os primeiros esforços sistemáticos da instituição para organizar seu arquivo institucional. Na pesquisa, foram identificadas duas comissões que atuaram sobre o arquivo administrativo e histórico da Biblioteca Nacional, com formações distintas: a primeira foi a “Comissão para destinar o acervo da antiga seção de documentação”, em 1982; a segunda, foi a “Comissão de avaliação, seleção, triagem e destinação do arquivo da BN”, criada em 1984 e renovada em 1986, com outra formação de equipe.

3.3.1 - Comissão para destinar o acervo da antiga seção de documentação, 1982

A primeira iniciativa consistiu na formação de uma comissão responsável por “examinar e decidir sobre o destino do acervo da antiga seção de documentação, localizado, atualmente no protocolo desta Biblioteca”⁵⁶. A demanda foi apresentada pela servidora Maria de Faria Ribeiro,

⁵⁶ Processo nº 678/82, caixa 11589, Arquivo Geral da Biblioteca Nacional

chefe do Protocolo, que naquele momento passava por uma reestruturação. Faria Ribeiro informa em memorando apenso ao processo que:

Para dar cumprimento à Ordem de Serviço BN/GD nº8/82, torna-se imprescindível, como primeiro passo, a adaptação do local às suas finalidades. O atual protocolo foi há alguns anos, Seção de Documentação e, até a presente data, grande parte de seu acervo ali permanece indevidamente. Ainda hoje, toda ou quase toda a documentação da área administrativa como correspondências das divisões e seções, livros de ponto, registro de leitores, requisições e cópias xerox, Lux jornal, etc., vem sendo arquivadas neste setor. Isto posto, solicito a V.Sa. a indicação de três representantes (s.m.j. do Protocolo, da Seção de Manuscritos e do SAA) a fim de que se possa determinar o destino certo e/ou a extinção daquele material”.⁵⁷

Foram indicados então três servidores da Biblioteca Nacional para integrá-la: Sebastião dos Santos Freitas, que a presidiu; Waldir da Cunha, chefe da Seção de Manuscritos; e a própria Maria de Faria Ribeiro, chefe do Protocolo. Os trabalhos tiveram início em maio de 1982 e já na primeira reunião do grupo, foi deliberada a seguinte destinação dos documentos:

1. **Seção de Manuscritos:** processos até da 1976, correspondência até 1978 e demais documentações;
2. **Divisão de Aquisição:** publicações em geral para triagem;
3. **Divisão de Informação e Divulgação:** os Anais da BN, o Boletim Bibliográfico e Lux Jornal.
4. **Eliminação de documentos:** acordou-se que seriam eliminados os registros de leitores (após triagem) e os pedidos de xerox e microfimes até 1976, sendo cortados e doados como matéria prima à Fundação Abrigo Cristo Redentor⁵⁸.

A Comissão definiu então os critérios para a transferência da documentação existente no protocolo da BN para a Seção de Manuscritos, onde deveria integrar o arquivo histórico. Estabeleceu-se a seguinte divisão: a Seção de Manuscritos receberia a documentação anterior a cinco anos (1977, portanto) que consistia em livros de ponto, registros de leitor, processos relativos a pessoal, compras, material e orçamentos, relatórios procedentes de diretorias, divisões e seções, livros de registro de material bibliográfico e especial (tombo), legislação referente à Biblioteca Nacional e documentos reservados. O Protocolo seria responsável por arquivar documentação a partir de 1977, tais como processos, certidões, ofícios,

⁵⁷ Processo nº 678/82, caixa 11589, Arquivo Geral da Biblioteca Nacional.

⁵⁸ Idem

correspondências, relatórios de diretoria, divisões e seções, pedidos de xerox e registros de leitor.

Na reunião seguinte, a ata informa a lista de documentos transferidos efetivamente para a Seção de Manuscritos “12 arquivos, de 4 gavetas cada, contendo documentação diversa”, assim discriminados:

QUADRO 12: Acervo transferido para a Seção de Manuscritos em 1983

Documento	Datas-limite	Quantidade
Livros de ponto	1955-1972	
Ofícios expedidos	1951-1976	
Correspondência recebida	1961-1970	
Correspondência interna	1951-1968	
Livros de assinatura de exposição		9
Pastas diversas		58
Relatórios	1944-1974	
Portarias	1930-1965	
Cadastro de usuário da BN		
Publicações enviadas à DAP		

FONTE: A autora (2022).

Elaborado com base no processo nº678/82, arquivo Geral da BN, caixa 11589

À esta lista, seguia-se a orientação de que a documentação deveria ser “examinada minuciosamente por pessoas especializadas, por exemplo, arquivista” e que os demais documentos deveriam permanecer provisoriamente no protocolo.⁵⁹ Assim, os trabalhos foram encerrados em junho de 1982, com as deliberações sobre o destino do acervo e a comissão desfeita.

O remanejamento do acervo se deu no ano seguinte, 1983. Contudo, a falta de espaço para custodiar um acervo em expansão foi fator determinante para que direção da Biblioteca decidisse alocar parte do acervo no sexto andar do Palácio Capanema, andar ocupado pela BN. Desta organização resultou a divisão do arquivo histórico-administrativo em dois lugares distintos. Não foi possível identificar na pesquisa documental e nas entrevistas com servidores o motivo determinante e os critérios para tal divisão.

Nos anos 1980, com a aposentadoria de Darcy Damasceno, o chefe substituto da Seção de Manuscritos, Waldir da Cunha assumiu o cargo e entre os trabalhos aos quais se dedicou naquele momento destacamos a pesquisa sobre o arquivo histórico da BN. Dos trabalhos realizados por Cunha, na Seção de Manuscritos, foi possível identificar uma listagem deste acervo tal como se configurava em 1983, conforme indica o quadro abaixo:

⁵⁹ Processo nº 678/82, caixa 11589, Arquivo Geral da Biblioteca Nacional.

QUADRO 13: Lista de documentos integrantes do Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional em 1983

ARQUIVO HISTÓRICO DA BIBLIOTECA NACIONAL EM 1983		
Localização da custódia	Documentos	Datas-limite
Seção de Manuscritos Sede da Biblioteca Nacional	Avisos da BN	1810-1875
	Comissões da BN	1931-1932
	Correspondência expedida	1904-1950
	Correspondência recebida	1853-1950
	Curso de biblioteconomia – provas	1932
	Diários	1853 a 1871
	Estatísticas da BN	1903-1963
	Guias da BN referentes a Assistência Social e a Correios	1935-1950
	Inventários	1926-1941
	Livros de atas	1923-1938
	Livros de Comprovação de despesas	1937-1946
	Livros de Consultas Domiciliar	1924
	Livros de Fatura	1897-1939
	Livros de Folhas de Pagamento	1880-1910
	Livros de Protocolo	1931-1945
	Livros de Remessas de Obra para Encadernação	1877-1959
	Ofícios da BN	1822-1960
	Portarias	1919-1956
	Processos	1936-1949
	Palácio Capanema	Circulares
Remessas de cópias		1936-1944
Relações		1822-1837
Relatórios		1853-1955
Reforma da BN		1972-1979
Biblioteca – Aquisição da Biblioteca Péricles Moraes		1959
Caixa Beneficente da Biblioteca Nacional		Não informado
Catálogos		1960
Centenários		Não informado
Certidões da BN		1960-1970
Comissões de Sindicância		1931-1932
Comissão Carioca de Catalogação		1967
Comissão de Estudo de Catalogação		1954
Comissão de Organização da Biblioteca do Palácio da Alvorada		1958
Comissões de Compra		1971
Concursos da BN		1957
Conferências		Não informado
Congressos		1967
Convênios Fundação MUDS		1971-1980
Correspondência expedida		1951-1977
Correspondência interna	1947-1976	
Correspondência recebida	1958-1960	
Cursos de biblioteconomia	1915-1953	
Estatística da Biblioteca Nacional	1962-1970	

Exposições da Biblioteca Nacional	1956-1957
Festival do livro da América	1957
Guias	1942-1948
Grupo de trabalho	1977
Inquérito	1948
Instituto Brasileiro de Estudos Literários	Não informado
Livros de aquisições	1958
Livros de atas	196-1972
Livros de consulta domiciliar	1924
Livros de estatística da BN	1962-1970
Livros de faturas	1971-1975
Livros de ponto dos funcionários	1831-1980
Livros de protocolo	1932-1979
Memorandos	1972-1977
Ofícios da Biblioteca Nacional	1935-1976
Orçamentos	1945-1974
Portarias	1936
Processos	1959-1975
Propostas de orçamento	1927-1964
Reforma da Biblioteca Nacional	1972-1974
Regimento da Biblioteca Nacional	1946
Relações de frequência de funcionários	1956-1959
Relações de pinturas flamengas conservadas no Brasil	Não informado
Relações de obras	1968-1973
Relações de registro de periódicos	Não informado
Relatórios mensais das seções	1946-1980
Requisições médicas	1977
Adiantamentos - seção de Administração	1970-1975
Balancetes – seção de Administração	1970-1975
Inspetoria Seccional de Finanças - seção de Administração	1970-1975
Provisões – seção de Administração	1970-1975
Orçamentos – seção de Administração	1970-1975
Instalação da seção de Bibliografia	1954
Sentenças de funcionários	Não informado
Mapas do tombamento dos mosteiros	1945-1971
Documentação da reprografia para descarte	1953-1980

FONTE: A autora (2022)

Elaborado com base no documento 65,05,001 nº007, Coleção Biblioteca Nacional

Da lista apresentada, destacamos a duplicidade de alguns itens que foram arquivados tanto na Seção de Manuscritos quanto no Palácio Capanema, o que deixa transparecer a falta de critérios para a ordenação do arquivo. Fato que foi sinalizado por Waldir da Cunha na produção da lista – documentos como correspondência, relatórios, referentes a comissões, ao curso de biblioteconomia, guias, livros de atas, de consulta domiciliar, de faturas, de protocolo, ofícios, portarias e processos, por exemplo, eram encontrados nos dois lugares.

Observa-se, contudo, que há um corte temporal que predomina nos acervos. Na Seção de Manuscritos os documentos datam majoritariamente do século XIX à primeira metade do século XX. Já no conjunto documental do Palácio Capanema predominam os documentos produzidos a partir de 1950 aos anos 1980, momento em que o trabalho foi elaborado – 1983.

Datam deste período também os estudos de Waldir da Cunha sobre o arquivo histórico, arquivados pelo próprio. Ao longo da pesquisa, foi possível recuperar alguns rascunhos de projetos para o arquivo histórico, que não chegaram a se concretizar. Em 1985, por exemplo, Cunha elaborou um projeto com etapas para a organização do arquivo histórico da BN⁶⁰. O plano de trabalho previa a leitura preliminar do acervo, e um levantamento de dados para posterior “arrumação do arquivo histórico da BN”. Para a organização do arquivo, Cunha propôs o seguinte plano:

1. Correspondência recebida (1810-1850)
2. Correspondência expedida (1822-1960)
- Arquivo Jannice Monte-mor (em estudo)
3. Livros de faturas e contas (1822-1949)
4. Vida funcional da BN: pessoal (1824-1951)
5. Bens móveis da BN: inventário e material (1899-1945)
6. Usuários da BN (1876-1964)
7. Relatórios da BN (em estudo)
8. Acervo da BN (em estudo)

Este projeto, contudo, não chegou a ser implementado. Veremos adiante que o processamento técnico só se concretizaria nos anos 1990.

3.3.2 - Comissão de avaliação, seleção, triagem e destinação do arquivo da BN, 1984

A necessidade de se organizar a documentação administrativa ensejou novo esforço para tratar o arquivo geral da Biblioteca Nacional em 1984. Naquele ano foi instituída uma “Comissão de avaliação, seleção, triagem e destinação de documentos”, formada por representantes da Divisão de Administração, Divisão de Referência Especializada, Seção de Manuscritos, Protocolo, Arquivo Geral, Seção de Pessoal, Seção de Financeiro e Escritório de Direitos Autorais para tratar da documentação existente no arquivo geral, vinculado à Administração da Biblioteca Nacional. Este arquivo se caracterizava nos anos 1980 pela insuficiência de espaço, presença de documentos amarrados com barbante jogados ao chão, alguns já deteriorados pelas condições, ausência de critérios ou ordenação, ausência de

⁶⁰ CUNHA, Waldir da. Etapas de organização do Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: [s.n.], 11/03/1985. 1 p., Original. Localização: Manuscritos - 65,5,001 nº001, coleção Biblioteca Nacional.

mobiliário adequado para a custódia da documentação⁶¹. Diante deste cenário, o Arquivo Geral dispunha de apenas um funcionário autônomo, sem formação relacionada à área de arquivo.

O relatório produzido pela Comissão informou que foram então iniciadas atividades de organização da documentação constante do arquivo: os processos foram arquivados por ordem cronológica e as pastas funcionais pelo método alfabético. Havia, entretanto, uma massa documental a tratar, que continha documentos administrativos. Sobre estes documentos, o relatório afirmava que:

A documentação datada de 1836 refere-se a livros de pontos de funcionários, localizados por engano no arquivo geral, visto que fazem parte do acervo da Seção de Manuscritos. A documentação administrativa encontra-se armazenada em armários de aço com duas portas, sem nenhum critério de organização, visto que há uma necessidade urgente de se formar uma comissão de análise documental, já que muitos documentos perderam seu valor informativo e não apresentam nenhum valor histórico para a instituição⁶²

A demanda de uma comissão para avaliar os documentos foi atendida em 1986, quando a direção da Biblioteca Nacional revigorou a Comissão de 1984 para retomar o trabalho no arquivo geral.

3.3.3 - Revigoração da Comissão de avaliação, seleção, triagem e destinação do arquivo da BN, 1986

Tal demanda foi atendida pela deliberação nº 57 de 1986, quando a direção geral da BN constituiu nova “Comissão de Avaliação, Seleção, Triagem e Destinação de Documentos Administrativos da Biblioteca Nacional”, cujo objetivo era organizar o Arquivo Geral visando a uniformização dos procedimentos, bem como a racionalização do seu espaço físico. Segundo o servidor Sérgio Hosken informou em entrevista, a retomada dos trabalhos da comissão se deu no bojo das ações de modernização desenvolvidas pela equipe do Núcleo de Protocolo e Arquivo que buscou estabelecer procedimentos e implantar ferramentas para recuperar informações sobre os processos ali arquivados⁶³. Ainda de acordo com seu relato, a equipe do Núcleo de Protocolo, sob a chefia de Maria de Faria Ribeiro, teria reforçado a necessidade de procedimentos para a área de arquivo, demanda que recebeu a acolhida da diretora-adjunta, Lia Temporal Malcher. Malcher chegou à Biblioteca Nacional com experiência na gestão de

⁶¹ Processo 23099.170.490/84, Gabinete da Diretoria: Comissão de avaliação, seleção, triagem e destinação e documentos do arquivo da BN, Arquivo Geral, caixa 14415.

⁶² Idem

⁶³ Entrevista mediada por tecnologia à autora em 27 e 28 de julho.

arquivos, tendo sido diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e diretora da Divisão de Bibliotecas do Município do Rio de Janeiro, e sua atuação como vice-diretora na Biblioteca Nacional foi fundamental para as ações sobre o arquivo institucional, conforme frisou Hosken⁶⁴. A diretora endossou a importância do trabalho com o arquivo institucional, reabilitando então a comissão.

A retomada dos trabalhos pela direção da instituição efetivou-se oficialmente pela necessidade de “organizar o arquivo geral da área de documentação administrativa visando a uniformização dos procedimentos no âmbito da Biblioteca Nacional”, assim como a “necessidade de racionalizar o espaço físico existente”.⁶⁵

A nova formação da comissão continha representantes da área de documentação da BN, do escritório de direitos autorais, do arquivo geral, do setor financeiro e da Seção de Manuscritos. Os servidores nomeados foram, respectivamente: Sérgio Duayer Hosken, formado em administração e estudante de arquivologia, Pedro José Guilherme de Aragão, advogado, Denise Maria Escudeiro Garcia, arquivista, Lorimar Cardoso dos Santos, técnico em contabilidade e Waldir da Cunha, geógrafo e historiador.

No processo de abertura da Comissão de 1986 há um histórico do arquivo na Biblioteca Nacional e dos trabalhos realizados pela Comissão anterior, de 1984, produzido pelo chefe da Seção de Manuscritos, Waldir da Cunha. Nele, podemos vislumbrar a seguinte trajetória:

O Arquivo Geral da Biblioteca Nacional é composto por documentos da administração geral. Até 1950, o arquivamento definitivo era feito na Seção de Manuscritos, que a recebia em amarrados ou soltos, sem nenhuma ordem ou arranjo. A partir de 1951, tais documentos passaram a ser guardados na seção de administração, permanecendo pequena parte na Seção de Manuscritos. Durante a administração de Celso Ferreira da Cunha (1956-1960) foi criada a seção de documentação da BN, localizada no andar térreo, para onde foram remanejados todos os documentos que se encontravam na Seção de Manuscritos. Com a reforma administrativa da BN (1972-78), foi extinta a seção de documentação, tornando toda a documentação existente à Seção de Manuscritos, onde foi criado o Arquivo Histórico da BN, à exceção de documentos mais recentes (prazo de cinco anos) que continuaram na seção de administração (Protocolo). Em 1982 pelas deliberações nº31 e 32/82, da Pró-Memória, processo 678/82 foi criada uma comissão para dar destino ao acervo que ficaria depositado no protocolo da BN. Esta comissão praticou a avaliação, seleção e triagem, como também o primeiro descarte provisório, conforme consta da primeira reunião de 13 de maio de 1982. Na reunião, datada de 31 de maio de 1982 a Comissão determinou, com o propósito de abrir espaço para se alojar a nova administração da Pró-memória – BN, as seguintes providências: a) remanejar toda a documentação da Seção de Administração, guardada em 13 arquivos e 3 armários (dupla face); b) a Seção de Manuscritos receberia a documentação anterior a cinco anos, isto é, até

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Processo 23099.170.490/84, Gabinete da Diretoria: Comissão de avaliação, seleção, triagem e destinação de documentos do arquivo da BN, caixa 14415, Arquivo Geral da Biblioteca Nacional.

1977 e o Protocolo arquivaria os documentos posteriores a esta data. Em 26 de abril de 1983, em virtude do espaço físico da Seção de Manuscritos não comportar esta grande produção documental, por resolução interna da diretoria da Biblioteca Nacional, parte desse acervo foi transferido para o sexto andar do MEC, contendo documentação histórica.⁶⁶

O resumo apresentado por Waldir da Cunha buscou recuperar uma memória dos trabalhos realizados na comissão anterior, conjugando a isso suas pesquisas sobre o arquivo histórico desenvolvidas na Seção de Manuscritos.⁶⁷ Cumpre ressaltar que a ação desta Comissão incidiu sobre o arquivo geral, sobre a documentação administrativa da instituição, mas sem desconsiderar o arquivo histórico, custodiado na Seção de Manuscritos.

Após o primeiro ano de trabalho, a Comissão publicou relatório informando sobre o desenvolvimento dos trabalhos. Sobre o acervo custodiado na Seção de Manuscritos, constatou-se que:

A Seção de Manuscritos guarda os documentos em 7 armários sob o nome de Arquivo Histórico da BN. Entre 1982 e 1983, elaborou-se uma relação da documentação e um fichário, sem critério normativo, de todo o fundo documental, inclusive o existente no MEC [Palácio Capanema]. Com a relação e o fichário dar-se-ia início à arrumação permanente, com localização, para a devida catalogação.⁶⁸

Assim, a Comissão deliberou que o arquivo histórico da Biblioteca Nacional, que tradicionalmente fora custodiado pela Seção de Manuscritos, deveria permanecer naquela seção, abarcando a documentação produzida entre 1810 e 1979. Para o arquivo custodiado no Palácio Capanema, a Comissão sugeriu avaliar, selecionar a fazer a triagem dos documentos que deveriam então ser remanejados para os arquivos pertinentes – o geral ou o histórico – ou descartados. Sobre este trabalho, não foi possível encontrar documentos que comprovassem se foi efetivado ou não.

A proposta da Comissão era organizar a documentação de modo que se constituísse a seguinte formação: I - Arquivo Histórico, com datas-limite entre 1810-1960; II - Arquivo Intermediário, 1960-1980; III - Arquivo Corrente, 1980-1984. Tal proposta, no entanto, apresentava dificuldades que a própria comissão apontou: falta de espaço para receber um arquivo em constante crescimento, a definição do tipo de documentação que deveria ser depositada nos três arquivos. A fim de sugerir uma condução para o problema, a Comissão estabeleceu que “caberá à Direção [da Biblioteca Nacional] a consulta ao Arquivo Nacional,

⁶⁶ Processo 23099.170.490/84, Gabinete da Diretoria: Comissão de avaliação, seleção, triagem e destinação de documentos do arquivo da BN, caixa 14415, Arquivo Geral da Biblioteca Nacional.

⁶⁸ Idem

para conciliar os interesses da instituição na guarda de sua documentação de caráter histórico, e a entrega dos documentos de caráter administrativo ao repositório nacional”.⁶⁹ Em entrevista, o servidor Sérgio Hosken afirmou que a literatura arquivística e as discussões na faculdade de arquivologia, que cursava à época, na Universidade Federal Fluminense, subsidiaram a tomada de decisão de apontar o Arquivo Nacional como órgão a consultar⁷⁰.

Em janeiro de 1987 o grupo apresentou à direção da Biblioteca um estudo realizado pelo seu coordenador, Sérgio Hosken, para a realização da avaliação, seleção, triagem e destinação dos documentos do arquivo institucional. O documento fundamentava-se em estudo prévio sobre a documentação acumulada no arquivo geral, “uma vez que era para lá que se destinam a grande maioria de documentos produzidos e/ou recebidos por nossa instituição após cessarem suas finalidades imediatas de consulta nos arquivos setoriais”.⁷¹ Indicava de imediato que se procedesse ao trabalho de avaliação do arquivo geral:

1. Reduzir ao essencial a massa documental
2. Aumentar o índice de recuperação da informação
3. Garantir condições de conservação da documentação de valor permanente
4. Controlar o processo de produção documental, orientando o emprego de suportes adequados para o registro da informação
5. Conquistar espaço físico e reduzir o peso
6. Aproveitar melhor os recursos humanos e materiais

Como metodologia o grupo definiu as seguintes etapas:

1. Identificação das espécies preserváveis por prazos mais ou menos longos, ou ainda permanente: sobre este aspecto, ponderou-se sobre a importância de se fixar os prazos de guarda dos documentos a partir de dispositivos legais, dos usos administrativos ou para fins de pesquisa. Dada a inexistência de uma tabela de temporalidade própria à instituição, o grupo recomendou a utilização da tabela da Fundação Getúlio Vargas.
2. Registro em formulários dos documentos que serão eliminados: os documentos deveriam ser listados em termo de eliminação de documentos.
3. Eliminação dos documentos inservíveis

⁶⁹ Processo 23099.170.490/84, Gabinete da Diretoria: Comissão de avaliação, seleção, triagem e destinação de documentos do arquivo da BN, caixa 14415, Arquivo Geral da Biblioteca Nacional.

⁷⁰ Entrevista à autora em 27 e 28 e julho de 2022.

⁷¹ Processo 23099.170.490/84, Gabinete da Diretoria: Comissão de avaliação, seleção, triagem e destinação de documentos do arquivo da BN, caixa 14415, Arquivo Geral da Biblioteca Nacional.

Este trabalho, enfatiza o estudo, deveria ser levado a cabo por equipe multidisciplinar em razão da necessidade de se identificar os valores primário e secundário dos documentos avaliados. A recomendação é que integrassem a equipe:

1. Arquivista ou o responsável pela guarda da documentação
2. Autoridade administrativa, conhecedora da estrutura e do funcionamento da instituição
3. Profissional da área jurídica
4. Profissionais ligados ao campo do conhecimento que trata o acervo objeto da avaliação (historiador, bibliotecário, economista, sociólogo, outros)

Antes de concluir o estudo, o grupo fez a seguinte sugestão:

É hora de reconhecer que os órgãos públicos não têm domínio absoluto dos seus documentos; os funcionários, os chefes ou subordinados, não são donos dos seus arquivos. Na verdade, os arquivos são patrimônio do país e os arquivos de órgãos públicos são parcelas do arquivo maior, o Arquivo Nacional. Embora não façamos recolher nossos documentos históricos ao Arquivo Nacional, reconhecemos que somos parcela dos arquivos nacionais brasileiros. Submeter os documentos à apreciação do Arquivo Nacional, condicionar a eliminação dos documentos ao visto do “arquivo-mor” do país, é uma necessidade imperiosa. Nós, realmente, não contamos com legislação que determine que o Arquivo Nacional seja ouvido quando da proposta de eliminação de papéis, mas, seria uma medida saneadora de grande alcance para a integridade e valorização de nossos arquivos. Portanto, sugerimos que se convide o Arquivo Nacional para que possamos contar com sua interveniência no processo de avaliação, seleção, triagem e destinação de documentos da Biblioteca Nacional⁷².

Nota-se que o trabalho da Comissão foi realizado anteriormente à publicação da Lei de Arquivo no Brasil, que data de 1991. Em entrevista, Hosken afirma que buscou na literatura arquivística da época os subsídios para implementar protocolos para a avaliação, triagem e destinação do acervo produzido. O referido servidor ressaltou que a ausência de profissionais de arquivo no serviço público federal era uma realidade ainda nos anos 80, tendo buscado suporte teórico na Universidade Federal Fluminense, onde cursava arquivologia.⁷³

Em março de 1987 o relatório e o estudo realizado pela Comissão foram aprovados pela diretora da Biblioteca Nacional, Maria Alice Barroso, que deu o aval para a execução dos trabalhos propostos no estudo. Em deliberação de abril deste mesmo ano, publicou a

⁷² Processo 23099.170.490/84, Gabinete da Diretoria: Comissão de avaliação, seleção, triagem e destinação de documentos do arquivo da BN, caixa 14415, Arquivo Geral da Biblioteca Nacional.

⁷³ Entrevista concedida via plataforma online à autora, dias 27 e 28 de julho de 2022.

constituição de grupo responsável pela execução dos trabalhos sugerido pela Comissão de 1986, composto pelos seguintes profissionais: Sérgio Hosken como coordenador, Denise Maria Escudeiro Garcia, secretária-executiva, Pedro José Guilherme de Aragão e Maria Celeste Jardim Villas-Boas, como membros técnicos, Pedro dos Santos Junior e Maria Celeste Garcia Mendes como membros consultores nas áreas de administração e história, respectivamente.

Definidos os membros do grupo de trabalho, a direção da Biblioteca Nacional encaminhou ao Arquivo Nacional ofício no qual solicitava a assistência de um técnico da instituição para a consecução dos trabalhos, dadas as especificidades do arquivo institucional. Em resposta, Maria Celina do Amaral Peixoto, então diretora do Arquivo Nacional, informou que a solicitação seria atendida pela Divisão de Pré-Arquivo do Arquivo Nacional, cujo responsável era, naquele momento, o arquivista José Maria Jardim. Vera Lucia Hess de Mello Lopes foi a técnica indicada pelo Arquivo Nacional para assessorar o trabalho realizado pela Comissão.

Com a definição da Comissão e da assessoria do Arquivo Nacional, tiveram inícios os trabalhos de avaliação, seleção, triagem e destinação do arquivo da Biblioteca Nacional. A primeira reunião ocorreu em junho de 1988, de acordo com cronograma de atividades definido anteriormente. Segundo este documento, o grupo de trabalho se reuniria com os responsáveis das unidades para estabelecer procedimentos, prazo e destinação para a documentação produzida. O grupo montou um cronograma que contemplou todas as unidades da Biblioteca Nacional: Seção Financeira, Seção de Orçamento, Seção de Material, Seção de Almoxarifado, Centro de Microfilmagem e Reprografia, Divisão de Aquisição, Seção de Contribuição Legal, Seção de Circulação, Seção de Encadernação, Seção de Catalogação, Seção de Armazenamento, Seção de Biblioteconomia, Seção de Leitura, Seção de Consulta, Seção de Brasileira, Seção de Publicação.

Segundo documentado no processo, as reuniões não ocorreram com a adesão de todas as unidades, mas ao final do trabalho do grupo foi possível elaborar o primeiro termo de eliminação de documentos do arquivo geral da Biblioteca Nacional.

Em Comunicado Interno enviado à direção geral da BN, apenso ao processo, o coordenador do grupo, Sérgio Hosken, sugere as seguintes recomendações:

Seja publicado no Diário Oficial da União, como medida cautelar para possíveis interessados, conforme literatura específica da área e orientação do Arquivo Nacional, que a Biblioteca Nacional procedeu a avaliação de sua documentação administrativa e que no prazo de 30 a 45 dias a descartará. Como foi dito por nós no trabalho elaborado, devemos reconhecer que os órgãos públicos não têm o domínio absoluto sobre seus documentos, na

verdade, os arquivos são patrimônio do país e os arquivos de órgãos públicos são parcelas do arquivo maior o Arquivo Nacional.

Seja feita uma carta de agradecimento ao Arquivo Nacional, pela participação expressiva da especialista Vera Lucia Hess de Mello, que prestou assistência técnica ao trabalho da comissão

Que esse trabalho não sofra, de forma alguma, descontinuidade. Evitaríamos assim, dentre outras, a prática indiscriminada de acúmulo de documentos sem qualquer valor o que conseqüentemente facilitará o acesso mais rápido e preciso à informação desejada.⁷⁴

A diretora geral em exercício, Lia Malcher, aprovou o resultado dos trabalhos da Comissão, tendo acatado a recomendação de publicação do termo de eliminação em Diário Oficial. O texto foi a público em julho de 1989 e suscitou algumas reações por parte de alguns historiadores, que procuraram a coordenação da comissão para obter esclarecimentos sobre o descarte de documentos.⁷⁵

Expirado o prazo estipulado, os documentos avaliados para descarte foram descaracterizados e encaminhados para doação junto à Fundação Abrigo Cristo Redentor, no bairro de Higienópolis, em novembro de 1989.

Ao final dos trabalhos da Comissão de avaliação, seleção, triagem e destinação dos documentos do arquivo da Biblioteca, verificou-se que ainda havia trabalho por fazer e que urgia avaliar os documentos produzidos pelas seções de Acervo, Almoxarifado, Aquisição, Armazenamento, Biblioteconomia, Brasileira, Catalogação, Circulação, Encadernação, Consulta, Leitura, Publicação Ecdótica, Orçamento, Material e Financeiro. Assim, podemos inferir que o trabalho da Comissão teve a atuação restrita. Hosken corrobora tal perspectiva, ao afirmar que o trabalho de avaliação da comissão incidiu sobre “as cópias da cópia copiada”.⁷⁶

A despeito da magnitude da avaliação, seleção, triagem e destinação da documentação do arquivo, é digno de nota o pioneirismo do trabalho realizado pela comissão, balizado pelos princípios arquivísticos em voga, com destaque à solicitação de consultoria ao Arquivo Nacional e à publicação do termo de eliminação em Diário Oficial, ações inéditas sobre o arquivo institucional da Biblioteca Nacional.

A comissão propôs ainda um calendário de recolhimento de documentos administrativos ao Arquivo Geral da BN. Com este documento, buscava-se padronizar a forma e a periodicidade da transferência de acervo dos arquivos correntes das seções para o Arquivo Geral. Note-se aqui que o fluxo recomendado é a transferência dos arquivos correntes para o arquivo

⁷⁴ Processo 23099.170.490/84, Gabinete da Diretoria: Comissão de avaliação, seleção, triagem e destinação de documentos do arquivo da BN, Arquivo Geral, caixa 14415.

⁷⁵ Entrevista concedida por Sérgio Hosken via plataforma online à autora, dias 27 e 28 de julho de 2022

⁷⁶ Idem

permanente – ou Geral, como convenciou-se chamar – excluindo o Arquivo Histórico da Seção de Manuscritos como destinação.

Pode-se afirmar, com base no depoimento de Hosken, que houve nos anos 80 um esforço por parte dos servidores em revisitar o arquivo institucional e as rotinas ligadas a ele. Hosken enfatiza a ação da Comissão e a acolhida da diretora Lia Malcher como pontos importantes para lançar luz no arquivo institucional naquele momento.⁷⁷ Em 1989 o Ministério da Cultura adquiriu um prédio na av. Rodrigues Alves, que pertenceu a Companhia Brasileira de Alimentação (COBAL). O projeto previa a adaptação do edifício para receber o acervo hemerográfico e microfilmico, a ser transferido da Biblioteca. Deveria abrigar ainda um centro de aperfeiçoamento de recursos humanos, o laboratório de microfilmagem e o de restauração, a oficina de encadernação, o escritório de direitos autorais, um centro de processamento de dados, os serviços administrativos e o arquivo geral.⁷⁸ O projeto para o prédio Anexo, contudo, buscava apoio da iniciativa privada para captação de recursos – o que não se verificou.

Em 1990 a Biblioteca Nacional desvinculou-se da estrutura da Fundação Nacional Pró-Leitura e tornou-se uma autarquia, tornando-se Fundação Biblioteca Nacional. Ainda assim o Arquivo Geral permaneceu hierarquicamente ligado ao Setor de Serviços Gerais, então subordinado ao Departamento de Planejamento e Administração. E a despeito das condições inadequadas e insalubres do Prédio Anexo, o arquivo geral foi transferido para lá em 1992.

Jardim (2014, p. 143) afirmou que os anos 1980 significaram um ciclo renovador para o Arquivo Nacional e para a arquivologia no Brasil. Podemos dizer que na Biblioteca Nacional experimentou-se também um movimento de reestruturação do arquivo, com a presença do profissional de arquivo atuando nas comissões instauradas. Ainda que os resultados tenham sido incipientes, cumpre notar que houve um olhar para o arquivo, com a atuação de equipe multi-disciplinar, que demarcou definitivamente o espaço entre o arquivo geral, vinculado à administração, e o arquivo histórico, custodiado na Seção de Manuscritos.

3.4 - Quarta etapa: tratamento técnico e acesso

A cientista social Carmen Moreno, que chefiou a Seção de Manuscritos entre 1996 e 2002, afirmou que havia na Seção de Manuscritos nos anos 80 dois acervos cujo acesso era vedado aos servidores para tratamento técnico: a coleção Teatro Censura, que consistia num

⁷⁷ Entrevista mediada por tecnologia concedida à autora, dias 27 e 28 de julho de 2022.

⁷⁸ Anexo da Biblioteca Nacional (introdução e apresentação técnica), localização: 65,4,003 nº020, coleção Biblioteca Nacional.

arquivo de peças teatrais censuradas pelo Serviço de Censura a Diversões Públicas e pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, e o Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional⁷⁹. Ambos os acervos atravessaram a década de 80 sem tratamento técnico.

Somente na década de 1990 o arquivo histórico, da Seção de Manuscritos, seria objeto de outros dois projetos. O primeiro, em 1992, foi elaborado pela bibliotecária Ana Virgínia Pinheiro, com a consultoria técnica de Waldir da Cunha, e tinha como escopo a realização de um inventário no arquivo histórico com vistas a identificar os itens documentais oriundos da Real Biblioteca dos reis de Portugal⁸⁰. O projeto, contudo, não foi implementado.

O segundo, foi realizado por Carmen Moreno, em sua passagem pela chefia da Seção de Manuscritos. Moreno recorda que durante a gestão de Affonso Romano de Santana, em 1995, a Biblioteca Nacional captou 500 mil reais em recursos para a realização de projetos nas áreas de acervo. A Seção de Manuscritos tornou-se o carro chefe dos projetos, com um grande inventário do acervo, para o qual foi contratado pessoal a fim de reforçar a equipe. O trabalho previa a higienização do acervo, seguido da identificação dos itens documentais e das coleções e fundos arquivísticos, descritas em planilhas que combinavam campos MARC e ISAD G. Destituída da chefia naquele mesmo ano, Moreno que era servidora do Arquivo Nacional, retornou então àquela instituição. No ano seguinte, em 1996, retornou a convite para a Biblioteca Nacional, quando retomou os projetos, aproveitando a mão-de-obra contratada. Nessa ocasião, foi realizado acondicionamento dos documentos em capas e caixas arquivo e a descrição sumária dos dossiês que compunham o Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional. O material, antes desta intervenção, encontrava-se empilhado nos armários, sem qualquer identificação, na Seção de Manuscritos.

Moreno informou ainda ter estabelecido contato com o pessoal do Arquivo Geral para obter informações sobre aquele acervo, uma vez que começava a haver demanda de pesquisadores sobre a documentação produzida pela Biblioteca. O Arquivo Geral possuía à época uma descrição bastante superficial e rudimentar dos documentos integrantes do fundo. Houve, contudo, um esforço da Seção de Manuscritos de reunir as informações dos acervos, pois havia o entendimento de serem parcelas complementares de um mesmo fundo documental. Foi realizada então a importação das informações da base de dados do Arquivo Geral, localizado no Prédio Anexo, para a base de dados ISIS, utilizada na Seção de Manuscritos. Dessa forma, disponibilizava-se ao público pesquisador as informações básicas sobre os arquivos institucionais da Biblioteca Nacional o administrativo e o histórico.

⁷⁹ Entrevista mediada por tecnologia concedida à autora em 04 de julho de 2022.

⁸⁰ Inventário da coleção de manuscritos da Real Biblioteca, localização: 65,1,004 nº013

O tratamento técnico do arquivo histórico foi refinado num segundo momento, quando os pesquisadores Lilia Moritz Schwarcz, Ângela Marques da Costa e Paulo César Azevedo desenvolveram, em parceria com a Biblioteca Nacional, um projeto de pesquisa sobre a Real Biblioteca, que culminou na publicação da obra “A longa viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil”, publicada pela editora Companhia das Letras, em 2002. Data deste período a descrição item a item, em base de dados, do arquivo histórico. O acervo, contudo, não foi descrito em sua totalidade.

Em 2015, a então chefe da Seção de Manuscritos, Vera Lucia Miranda Faillace, levantou documentação referente ao curso de biblioteconomia que ainda não havia sido descrita em base de dados, trabalho que ficou a cargo da bibliotecária Maria Fernanda Nogueira.

Analisadas as etapas do desenvolvimento da coleção Biblioteca Nacional, vejamos o teor da coleção e o reflexo de tais movimentações em sua composição.

3.5 - Do Arquivo Histórico para a Coleção Biblioteca Nacional

O Guia de Coleções da Seção de Manuscritos, publicado em 2018, apresenta as seguintes informações sobre a Coleção Biblioteca Nacional:

QUADRO 14: Descrição da Coleção Biblioteca Nacional no Guia de Coleções da Seção de Manuscritos

Coleção Biblioteca Nacional	
Data	1810 -
Dimensões	4.049 registros
História administrativa	A origem da Biblioteca Nacional é a antiga Livraria do rei de Portugal, d. José I, organizada com a ajuda do abade Diogo Barbosa Machado para substituir a Real Biblioteca da Ajuda, destruída pelo incêndio que se seguiu ao terremoto de Lisboa em 1 nov. 1755 no Paço da Ribeira. A viagem da Real Biblioteca está ligada à transferência do príncipe regente d. João, a família real e a corte portuguesa para o Brasil em 1808, quando Napoleão invadiu Portugal. O acervo com cerca de 60 mil peças foi encaixotado para ser transportado também em 1808, porém só foi embarcado entre 1810 e 1811, em três remessas. O acervo trazido para o Brasil, composto por livros, manuscritos, mapas, estampas, moedas e medalhas, foi inicialmente acomodado no Hospital do Convento da Ordem Terceira do Carmo, na rua Direita, hoje rua Primeiro de Março. Em 29 de outubro de 1810, decreto do príncipe regente determinou que a biblioteca fosse transferida para o local que serviu de catacumba aos religiosos do Carmo. Esta data é considerada oficialmente como a da fundação da Biblioteca Nacional. Quando, em 1821, d. João VI regressou a Portugal, levou de volta grande parte dos manuscritos do acervo. Em 13 de setembro de 1824, o Decreto 191 aprovou o regimento interno para a Biblioteca Imperial e Pública da Corte, sua nova denominação. Depois da proclamação da independência, Portugal exigiu uma indenização pela Real Biblioteca, além de outros bens deixados no Brasil. A aquisição da biblioteca pelo Brasil foi efetivada através da Convenção Adicional ao Tratado de Paz e Amizade celebrado entre o Brasil e Portugal, em 29 de agosto de 1825. Em 1878, a instituição passou a chamar-se Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

	Administrativamente, a Biblioteca Nacional esteve subordinada ao antigo Ministério do Interior e Justiça, depois ao Ministério da Educação e Saúde. Com a criação do Ministério da Saúde, ela passou a integrar o Ministério da Educação e Cultura. Atualmente está subordinada ao Ministério da Cultura (MinC). Em 1981, a Biblioteca passou à administração indireta, fazendo parte da Fundação Nacional Pró-Memória até o ano de 1987 (Portaria 585 de 29 de outubro de 1981, conforme Decreto n. 85.843 de 25 de março de 1981), quando, junto com o Instituto Nacional do Livro, passou a constituir a Fundação Nacional Pró-Leitura (Lei 7624 de 5 de novembro de 1987). Pelo Decreto nº 99.492, de 3 de setembro de 1990 passou a denominar-se Fundação Biblioteca Nacional (FBN), vinculada à Secretaria da Cultura da Presidência da República. O Decreto 99603 de 13 de outubro de 1990 aprovou o Estatuto da FBN; em seguida, novas alterações nos estatutos por meio dos Decretos 5038 de 7 de abril de 2004, 7748 de 6 de junho de 2012 e 8297 de 15 de agosto de 2014, em vigor. A Fundação Biblioteca Nacional é beneficiária da Lei de Depósito Legal, nº 10994 de 14 de dezembro de 2004 que dispõe sobre a remessa de obras à Biblioteca Nacional. A lei visa assegurar o registro e a guarda da produção intelectual nacional, além de possibilitar o controle, a elaboração e a divulgação da Bibliografia Brasileira corrente, bem como a defesa e a preservação da língua e da cultura nacionais
História arquivística	Coleção formada na Biblioteca Nacional com documentos de outras coleções, agrupados segundo critério temático-geográfico
Procedência	Coleção factícia, formada na Divisão de Manuscritos, FBN
Conteúdo	Correspondência administrativa, documentação contábil, inventários patrimoniais, registro de usuários e eventos, relatórios e livros de registro de entrada de acervo, documentos diversos relativos à administração da BN
Instrumentos de pesquisa	Base de dados online
Localização	Arm. 39-50; arm. 65-66; arm. 68-71; I-9,33; I-45,25-32; II-35,33
Acervos relacionados	Coleções Decimal, Frei Camilo de Montserrat, Ramiz Galvão, Manuel Cícero e outros
Nota de publicações	BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Biblioteca Nacional. São Paulo: Banco Safra, 1994. BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Biblioteca Nacional 200 anos: uma defesa do infinito. Curadoria Marco Lucchesi. Rio de Janeiro, 2010. BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Catálogo da exposição de história do Brazil. Prólogo de Ramiz Galvão. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger, 1881. 3v. BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Catálogo da exposição permanente dos cimélios da Bibliotheca Nacional. Direção de João de Saldanha da Gama. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger, 1885. HERKENHOFF, Paulo. Biblioteca Nacional: a história de uma coleção. 2.ed. Fotografias, Pedro Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: Salamandra, 1997. SCHWARCZ, Lilia Moritz. A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
Assuntos	Biblioteca Nacional (Brasil)
Estágio de tratamento técnico	Organizada

FONTE: Guia de coleções da divisão de manuscritos, 2018, p. 109-118

O arquivo histórico aparece nesta publicação sob a nomenclatura de Coleção Biblioteca Nacional, acervo que reúne cerca de 4 mil documentos produzidos e recebidos pela instituição ao longo dos mais de dois séculos de existência no Brasil. Embora o campo data informe 1810 como ano início da documentação, o acervo reúne documentos produzidos a partir do século XVIII, oriundos da Real Biblioteca dos Reis de Portugal, tal como recuperam as informações

constantes do campo história administrativa. Ali o texto traça a trajetória administrativa da instituição, que apresenta ao leitor, de forma sucinta, as transformações da Biblioteca ao longo dos séculos XIX e XX.

Se a história administrativa da instituição está bem fundamentada, o mesmo não podemos dizer do campo história arquivística: o guia traz um texto padrão, informado em outras coleções que foram de fato formadas por critérios geográfico ou temático, no interior da Seção de Manuscritos. Desconhecia-se então a trajetória arquivística deste acervo na própria Seção de Manuscritos. Desconhecia-se a própria nomenclatura pela qual a coleção foi designada por longos anos na instituição, chancelando o termo Coleção Biblioteca Nacional para o acervo anteriormente conhecido por arquivo histórico da Biblioteca Nacional.

A pesquisa tem revelado até aqui algumas pistas dos lugares por onde passou este acervo, das práticas que concorreram para sua formação entre 1911 e 1990. Vejamos agora, o que resultou deste processo, o conteúdo e a forma da coleção Biblioteca Nacional.

Atualmente, há 3.919 registros de documentos na base de dados. A discrepância entre os dados informados no Guia de Coleções da Divisão de Manuscritos se deu em razão da constatação de registros duplicados na importação da base de dados ISIS para a base de dados SOPHIA em 2016. Catalogados em formato MARC, os documentos foram inseridos ao nível da unidade documental, sem organização intelectual que remetesse a um quadro de arranjo. Os documentos estão, portanto, descritos item a item, a partir dos seguintes pontos de acesso: localização, autor, título, data, páginas, idioma, estado de conservação, assunto, local de guarda, coleção.

A atribuição de títulos para os documentos fundamentou-se nas espécies documentais, de modo que observamos as seguintes ocorrências no referido acervo, na forma decrescente:

TABELA 1: Quantitativo de espécies documentais

Espécie documental	Quantidade
Ofício	780
Carta	405
Relação	264
Relatório	218
Catálogo	103
Correspondência recebida	102
Fatura	91
Circular	90
Cartão	77
Estatística	69
Inventário	69
Requerimento	67

Bilhete	61
Correspondência expedida	61
Aviso	56
Portaria	43
Comunicado	39
Recibo	38
Nota	34
Proposta	28
Conta	26
Lista	26
Memorando	25
Guia de recolhimento	22
Ata	17
Diploma	15
Folha de pagamento	14
Parecer	14
Processo	14
Quadro	13
Convite	12
Certificado	11
Declaração	11
Informação	9
Plano	9
Tabela	9
Cartão Postal	8
Diário	8
Projeto	8
Formulário	7
Mapa	7
Razão	7
Registro	7
Resumo	7
Termo	7
Atestados	6
Decreto	6
Discurso	6
Ficha	6
Orçamento	6
Planta	6
Representação	5
Abaixo-assinado	4
Requisição	4
Artigo	3
Exposição de motivos	3
Índice	3
Memória	3
Memorial	3
Ordem de serviço	3
Prova	3
Regimento	3
Aerograma	2
Certidão	2
Programa	2
Prospecto	2
Regulamento	2

Rol	2
Auto	1
Total	2.312

FONTE: A autora (2022).

Elaborado com base nos registros disponíveis na base de dados www.sophia.bn.br

Observa-se que a maior incidência de espécies documentais é composta por documentos produzidos e recebidos para fins de comunicação, notadamente ligada à comunicação dos diretores da Biblioteca Nacional, secundada pelos chefes de seções e divisões.

No século XIX, os atos administrativos eram lançados em livros. No século XX, praticou-se o encadernamento dos documentos para seu arquivamento em formato de códice, prática que verificou-se até meados do século. Abaixo, foram relacionados documentos

TABELA 2: Volumes de livros e códices na Coleção Biblioteca Nacional

Livros	Registro em base de dados	Volumes
Registro de entrada de obra por contribuição legal	37	37
Registro de entrada de obras por aquisição	20	20
Assinatura	16	18
Assinatura	16	18
Empenho	11	12
Empenho	11	12
Registro: permuta internacional	9	14
Registro: permuta internacional	9	14
Remessa	5	5
Registro de entrada de obras	3	9
Registro periódicos: permuta internacional	2	2
Processo	2	2
Escrituração	2	12
Empréstimo	2	2
Ata	2	2
Ata	2	2
Empréstimo	2	2
Escrituração	2	12
Processo	2	2
Registro periódicos: permuta internacional	2	2
Registro de entrada de manuscritos	1	4
Registro de concorrência	1	2
Registro da residência dos servidores	1	1
Recibo de vendas dos Annais da BN	1	1
Recibo de obras registradas por direito autoral	1	5
Recibo de empréstimo domiciliar	1	16
Protocolo de correspondência	1	2
Nomeação, licença e gratificação	1	3
Folha de pagamento	1	1
Despesa	1	1
Contrato	1	1
Conta	1	1
Balanço	1	1
Balanço	1	1
Conta	1	1
Contrato	1	1

Folha de pagamento	1	1
Nomeação, licença e gratificação	1	3
Protocolo de correspondência	1	2
Recibo de empréstimo domiciliar	1	16
Recibo de obras registradas por direito autoral	1	5
Recibo de vendas dos Anais da BN	1	1

FONTE: elaborado pela autora (2022)

Informações disponíveis na base de dados www.sophia.bn.br

Dos documentos encadernados em formato de livro, tradição preconizada no século XIX na Biblioteca Nacional, cumpre destacar que a maior incidência ocorreu entre os livros de registro de entrada de obras no acervo da instituição, secundado pelos livros de registro de assinatura e de empenho.

Tendo apresentado as diferentes estruturas administrativas que produziram e custodiaram o arquivo institucional e histórico, bem como a trajetória do arquivo na instituição, passemos a análise do conteúdo da chamada coleção Biblioteca Nacional.

Um primeiro aspecto que cumpre notar diz respeito ao corte cronológico do acervo. Ao distribuir os documentos da coleção em uma linha do tempo, agrupados por séculos, temos a seguinte incidência:

TABELA 3: Quantitativo de documentos arquivados por século

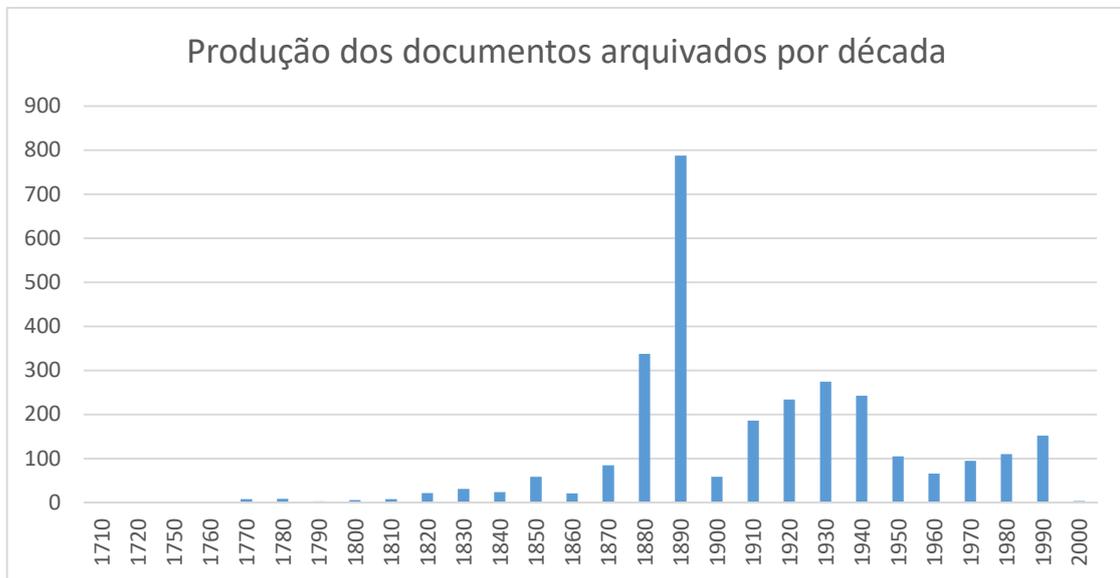
Datas-limite	Quantidade de documentos
1717-1800	27
1801-1900	1514
1901-2000	1923
2001-2010	4
Sem data	416
Total	3884

FONTE: A autora (2022).

Elaborado com base nos registros disponíveis na base de dados www.sophia.bn.br

Há poucos documentos remanescentes da administração da Real Biblioteca dos Reis de Portugal, do século XVIII. Dos vinte e sete, apenas dois são anteriores ao sinistro que a incendiou. Os demais são referentes ao seu período de reconstituição, sob o reinado de D. José e D. Maria I. São documentos que refletem as atividades de incorporação e controle de acervo: são inventários, róis de livros, relações de obras e registros de empréstimos, cartas, catálogos.

Os documentos produzidos e recebidos ao longo dos séculos XIX e XX compõem majoritariamente o acervo, que recebeu apenas pontualmente documentos da administração no século XXI. Vejamos de forma mais detida como se deu o movimento de arquivamento dos documentos organizados a partir de sua data de produção. O gráfico abaixo aponta para algumas tendências que analisaremos junto com o conteúdo da coleção, nos séculos XIX e XX.

GRÁFICO 1: Produção dos documentos arquivados por década

FONTE: A autora (2022)

Elaborado com base nas informações disponibilizadas na base de dados www.sophia.bn.br

Do período da chegada da Real Biblioteca no Rio de Janeiro, 1810 à reforma de Ramiz Galvão, em 1876, os documentos produzidos e recebidos se caracterizam por uma relativa estabilidade ao longo das décadas. Dos primeiros prefeitos que administraram a Biblioteca Pública da Corte ficaram predominantemente as cartas, copiadores de correspondência, catálogos, inventários do acervo.

Vimos que com o estatuto de 1821, estabeleceu-se o assentamento dos atos administrativos em livros de ordens, avisos, correspondências e demais resoluções em livros, documentos sob responsabilidade do prefeito e de seu ajudante. Este material, registrado pelos amanuenses no século XIX, compõe o acervo das primeiras administrações da Biblioteca. A produção documental da administração arquivada se caracterizou majoritariamente pela correspondência interna e externa à instituição, e em menor escala, pelo arquivamento de catálogos, relações de obras do acervo.

O gráfico aponta para um crescimento exponencial de documentos arquivados a partir da década de 1870 e que culmina na década de 1890. Vimos que em 1876 a reforma de Ramiz Galvão compartimentou a Biblioteca Nacional, criando três áreas e acervo e a Secretaria, como unidade da administração. Esta unidade, conforme demonstrado, passou a ser responsável pela “conservação do arquivo e dos depósitos, da escrituração do livro de contas e dos registros de

ofícios, avisos, aquisições” (BRASIL, 1876). Com a criação da Secretaria pode-se observar o aumento vertiginoso de documentos arquivados, movimento que alcançou seu ápice na década de 1890.

Dos documentos produzidos durante a gestão de Ramiz Galvão, entre 1870 e 1882, arquivados na Coleção Biblioteca Nacional, destaca-se a incidência da correspondência externa que sinaliza para uma interlocução entre bibliotecas e outras instituições de memória de diferentes pontos do território nacional, em função da realização da primeira Exposição de História e Geografia do Brasil, inaugurada em 1881. Outro ponto recorrente são as ações de difusão do primeiro periódico da BN, os *Annaes da Biblioteca Nacional*.

Foi, contudo, nas gestões seguintes, de João Saldanha da Gama, Francisco Leite Bittencourt Sampaio, Francisco Mendes da Rocha, na década de 1880, e sobretudo, na gestão de José Alexandre Teixeira de Melo, entre 1895 e 1900, que a produção documental arquivada atingiu seu ápice. Novamente, a correspondência é representada a quase totalidade dos documentos arquivados neste período, da qual destacamos os ofícios enviados e recebidos para as câmaras municipais de diferentes pontos do território nacional a fim de coletar informações sobre descrições dos municípios, cartas com pedidos e ofertas de publicações, relatórios de atividades das seções de acervo, faturas, relações de despesas e contas referentes à administração do prédio da Biblioteca.

Vimos também que a primeira transferência de documentos administrativos da Secretaria para a Seção de Manuscritos se deu no ano de 1902, quando foram remanejados documentos produzidos ao longo do século XIX. Não foi possível aferir nos relatórios o motivo determinante para tal transferência. Podemos, contudo, supor que a falta de espaço pode ter sido uma variável importante para este remanejamento interno. Vale ressaltar que data da gestão de Teixeira de Melo (1895-1900) a ideia de construção de um prédio novo dada a insuficiência de espaço no prédio a rua do Passeio, na Lapa (BIBLIOTECA NACIONAL, 1960, p. 14).

Há uma queda brusca em relação ao arquivamento de documentos produzidos na primeira década do século XIX. A partir da década seguinte o arquivamento tendeu a crescer novamente, movimento verificado durante as décadas de 1910 e 1930. Este período corresponde às gestões de Peregrino da Silva, Mario Behring e Rodolfo Garcia, período para o arquivo de grande representatividade de documentos da atividade meio e atividade fim: há folhas de ponto, faturas de pagamento, mapas de consumo, livros de empenho, livros de registro de ocorrências, estatísticas, guias de recolhimento, inventários, catálogos, circulares aos chefes de seções, ofícios, e majoritariamente correspondências expedidas e recebidas dos diretores da Biblioteca. De Peregrino da Silva, destaca-se a correspondência acerca da reforma da Biblioteca,

construção no prédio sede e a interlocução de instituições internacionais com as quais dialogava. É notório também em sua correspondência o volume de cartas e cartões solicitando emprego. Para Rodolfo Garcia, as correspondências atestam fartamente sua faceta como historiador na direção da Biblioteca, tal como analisou Bronstrup (2013).

As décadas de 1950 e 1960 tem menor incidência de documentos arquivados em razão da transferência do arquivo histórica para a área administrativa, onde a documentação permaneceu até a década de 1970, quando foi estornada à Seção de Manuscritos. Esta movimentação e a mudança de perspectiva sobre o arquivo impactou sua lógica de acumulação: além da diminuição da quantidade de documentos arquivados no arquivo histórico, observa-se que documentos administrativos como os relatórios de diretoria e de seção passam aos cuidados do arquivo geral, da administração. Esta descontinuidade dividiu os relatórios em históricos, na Seção de Manuscritos, cobrindo o período de 1855 a 1956, e administrativos, de 1957 em diante. Durante a gestão de Celso da Cunha, entre 1956 e 1960, vimos, foi a criada a Seção de Documentação, incumbida de gerenciar o arquivo institucional, tornando-se inclusive responsável pelo arquivo histórico. Os documentos arquivados nas décadas de 50 e 60 que permaneceu no arquivo histórico são compostos basicamente da correspondência da direção da instituição e de comunicação interna entre seções, circulares, cartas, com pouca incidência da área técnica, finalística.

Assim, somente nos anos 1970 com a reforma de Jannice Monte-mor e a realocação do arquivo histórico na Seção de Manuscritos é que houve um aumento do arquivamento de documentos naquele acervo. Vimos, que Monte-mor despachava diretamente os documentos produzidos pela direção da instituição, que atribuía valor secundário para a história institucional, para o arquivo histórico, na Seção de Manuscritos. Assim, deram entrada no acervo documentos referentes à convênio entre bibliotecas, projetos, estudos, planos, processos atas de reuniões, entre outros documentos, relativos à reforma e demais atos de modernização dos processos técnicos, que marcaram sua gestão.

Os anos 80 acompanham a tendência de crescimento no processo de arquivamento. Vimos, entretanto, que essa década foi marcada pelo estabelecimento de comissões que tinham como objeto os arquivos histórico (1982) e administrativo (1984 e 1986). As comissões representaram o esforço da administração em disciplinar o envio de documentos ao arquivo geral, pavimentando assim, ainda que de forma incipiente, o fluxo para o arquivamento de documentos de valor permanente. A pesquisa documental, entretanto, indica que na década de 80 as seções das áreas finalísticas da biblioteca encaminhavam documentos para arquivamento diretamente no arquivo histórico: livros de assinatura de exposições, atas de reuniões, ofícios,

material de divulgação de eventos, relatórios, catálogos, diplomas concedidos à instituição, discursos, comunicados internos, ao sabor do julgamento de valor do documento pela seção remetente. Na mesma lógica, eram arquivados documentos manuscritos produzidos pelo chefe da Seção de Manuscritos sobre o acervo manuscrito e em particular, sobre o próprio arquivo.

Esta tendência de descentralização no envio de documentos para integrar o arquivo histórico – visto que não eram mais encaminhados de forma central pela Secretaria ou Direção da instituição, tal como na primeira metade do século XX – avança pela década de 1990, cobrindo a gestão de Affonso Romano de Sant’anna (1991-1996). Este período foi marcado pelo aumento do arquivamento de documentos no arquivo histórico, tendo declinado bruscamente ao final de sua gestão. Os documentos referentes a este período na Biblioteca informam sobre uma profusão de eventos dos quais tomou parte a Biblioteca Nacional, momento que se transformou por força de lei em autarquia federal. A documentação é majoritariamente composta por correspondências do gabinete da presidência: ofícios, cartas, cartões de visita, convites.

A partir do ano 2000, a base de dados registra apenas quatro documentos: são dois livros de assinatura, um diploma e um certificado conferido à Biblioteca Nacional. O arquivo geral, havia se consolidado como o espaço de arquivamento dos documentos de valor permanente. Em 2016 foi criada a Divisão de Gestão Documental, subordinada à Coordenação Geral de Planejamento e Administração com o intuito de promover a gestão documental na administração da Biblioteca. O arquivo geral ficou sob sua responsabilidade.

Atualmente, está em curso na instituição um grupo de trabalho para produzir um plano de classificação e uma tabela de temporalidade para as atividades fim da Biblioteca Nacional. Com a publicação das ferramentas, espera-se disponibilizar as ferramentas para gerenciamento da documentação administrativa, pautando as ações do arquivo geral.

O arquivo histórico, que passou ao status de coleção nos anos 1990 na Seção de Manuscritos, entrou assim para o rol do acervo especial, onde permanece acessível e disponível para consulta e produção de conhecimento sobre a Biblioteca Nacional, ferramenta de memória institucional da guardiã da memória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Coleção Biblioteca Nacional teve sua origem nas remessas de Secretaria e Diretoria, encaminhadas para a Seção de Manuscritos em 1902. O regulamento de 1911 preconizou esta Seção como o destino para o arquivo da instituição após cinco anos de sua produção. Vimos que a Seção de Manuscritos, criada pela reforma de Ramiz Galvão, em 1876, era o lugar dos documentos manuscritos históricos, fonte por excelência da historiografia nacional preconizada pelo IHGB desde o século XIX.

As remessas de Secretaria, inicialmente apareciam com pouca ou nenhuma informação nos relatórios da Seção de Manuscritos. Durante as décadas de 30 e 40 sob a gestão de Rodolfo Garcia, os relatórios foram mais generosos na discriminação das informações e pudemos ter acesso ao teor de tais remessas: transferiam-se relatórios, correspondências, ofícios, cartas, livros de registro de entradas de acervo, enfim, documentos produzidos pela Secretaria e pela diretoria da instituição.

Com o avanço da pesquisa, passamos a perseguir os passos do arquivo dentro do próprio arquivo. A regularidade dos documentos encontrados na primeira metade do século XX não se verificou para a segunda metade. A Coleção Biblioteca Nacional apresentava uma quebra de continuidade que se justificava pela mudança ocorrida no processo de arquivamento a partir das reformas de 1944 e 46, quando se extinguiu a Secretaria e se estabeleceu um Serviço Auxiliar para a administração. A biblioteconomia e o próprio serviço público federal estavam em franco processo de modernização: a primeira, experimentava inovações a partir da perspectiva norte-americana que se consolidava no Brasil, em contraste com a perspectiva francesa que predominava até então; o segundo, passava por um processo de racionalização, promovida pelo DASP. O entendimento de que os arquivos eram ferramentas para a administração parece ter suscitado a criação de uma Seção de Documentação da Biblioteca Nacional em 1960. Esta Seção, vimos, recebeu os documentos anteriormente arquivados na Seção de Manuscritos. Esta mudança de perspectiva e de lugar impactou a formação do acervo e não fortuitamente, as décadas de 1950 e 1960 foram anos de menor incidência no arquivamento de documentos no arquivo histórico.

Nos anos 70, com a bibliotecária Jannice Monte-mor à frente da instituição, ganhou força o entendimento da Seção de Manuscritos como o lugar do arquivo histórico. O acervo foi remanejado para lá, onde permanece até os dias atuais.

Vimos que os anos 80 foram marcados pela “pavimentação” do fluxo documental na Biblioteca Nacional. Foram instauradas Comissões para avaliar o acervo da extinta Seção de

Documentação, em 1982, e Comissões para tratar a documentação do arquivo geral, em 1984 e 1986. Como resultado do trabalho realizado em 1986, foi criado um grupo de trabalho para implementar protocolos de transferência dos documentos dos arquivos correntes para o arquivo permanente. O trabalho, contudo, não logrou continuidade nos anos 1990. Entretanto, auxiliou na consolidação do arquivo geral como lugar para os documentos administrativos considerados de valor permanente.

O arquivo histórico, que viu aumentar o afluxo de documentos desde a reforma da Jannice Monte-mor, teve na gestão de Affonso Romano de Sant'anna, entre 1990 e 1996, sua última transferência de volume expressivo: recebeu a correspondência expedida e recebida do gabinete da presidência da Fundação Biblioteca Nacional, livros de assinatura de exposições, convites, atas de premiações, diploma conferidos à Biblioteca, entre outros documentos.

Com o fim da gestão de Sant'anna, encerram-se as transferências regulares de documentos para o arquivo histórico. Contudo, ainda nos dias atuais, verifica-se a prática entre os servidores mais antigos de encaminhar documentos administrativos, aos quais atribuem valor histórico para integrar à Coleção Biblioteca Nacional – sintoma de que permanece na memória a fronteira fluida entre o arquivo e a coleção.

A pesquisa pode constatar que o lugar do arquivo histórico – ou a Coleção Biblioteca Nacional – foi nessa operação um aspecto determinante para sua composição, acesso, consulta, salvaguarda e difusão. Nos anos 1990, apartados do arquivo geral e integrados ao acervo especial da Fundação Biblioteca Nacional, os documentos históricos foram investidos da condição de fonte de pesquisa para produção de conhecimento, fosse histórico ou de outras áreas do saber. Ali, os recursos para acondicionamento, conservação, processamento técnico e difusão do acervo foram disponibilizados para dar visibilidade e acesso ao acervo, diferentemente do que ocorreu com o arquivo geral, vinculado à administração.

Silva (2017, p.24-25) em seu estudo sobre o lugar do arquivo afirma que:

Historicamente, arquivos em regimes democráticos tendem a privilegiar a publicidade e a comunicabilidade dos documentos para os cidadãos. [...] Os arquivos em regimes autoritários tendem a privilegiar a custódia dos documentos para uso da administração estatal [...]

Consideramos, portanto, simbólico que o arquivo histórico tenha sido alçado à condição de Coleção Biblioteca Nacional nos anos 1990, momento em que se efetivou a luta histórica na instituição por autonomia. Estar custodiado na Seção de Manuscritos significou estar inserido no acervo especial da instituição, catalogado e aberto à consulta pública. Em contraste, o arquivo geral permaneceu em condições precárias de preservação e acesso restrito ao público interno da instituição, a própria administração.

Atualmente, a Coleção Biblioteca Nacional tem servido de fonte para pesquisas nas áreas de biblioteconomia, história das bibliotecas e das práticas biblioteconômicas, história do livro, entre outras. Assim, presente pesquisa pretende, de maneira mais objetiva, agregar informações à desconhecida história arquivística do acervo, entendida como a história da sua produção, acumulação e custódia. Buscou-se identificar a natureza acumulação do acervo, registrar as sucessivas transferências de custódia, apontar intervenções técnicas ao longo do tempo de sua constituição como arquivo (ARQUIVO NACIONAL, 2006). Dessa forma, o conhecimento produzido pela presente pesquisa poderá servir como subsídios para projetos futuros de tratamento técnico do próprio acervo e produção de instrumentos de pesquisa. Ao lançar uma luz sobre o processo de constituição deste acervo, esperamos ter contribuído para a história da própria Seção de Manuscritos, que se ressentia da ausência de registros sobre histórico das coleções e das práticas de catalogação ao longo do tempo, bem como para os pesquisadores da história da Biblioteca Nacional, que terão subsídios para compreender e consultar uma das principais ferramentas da memória institucional – a Coleção Biblioteca Nacional.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- ARRUDA, Susana Margaret de; CHAGAS, Joseane. **Glossário de biblioteconomia e ciências afins**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.
- BARBIER, Frederic. **História das bibliotecas: de Alexandria às Bibliotecas Virtuais**. São Paulo: EDUSP, 2018.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Guia da Biblioteca Nacional: sesquicentenário - 1810-1960**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1960.
- BLUTEAU, Rafael. Vocabulario portuguez e latino [...] autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos [...]. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 1721. 8 v. Localização: 010,002,001-010, Seção de Obras Raras, Fundação Biblioteca Nacional.
- BRONSTRUP, Gabriela D'Ávila. Organizar acervos e publicar documentos históricos no Brasil durante as primeiras décadas do século XX: considerações a respeito do trabalho de um historiador. **Cultura histórica e Patrimônio**, [S. l], v.2, n.1, 2013.
- CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. **O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional**. Porto Alegre: EDIPUCRS; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2017a.
- CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. Ramiz Galvão e a ideia de Biblioteca como vitrine da nação. **Revista de História**, São Paulo, v. 26, e. 24, 2017b.
- CARRION GÚTIEZ, Manuel. **Manual de bibliotecas**. Salamanca, Madri: Fundación Germán Sánchez Ruiperez; Madri: Pirâmide, 1988.
- CARVALHO, Gilberto Vilar de. **Biblioteca Nacional, biografia 1807-1990**. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994.
- CASSON, Lionel. **Bibliotecas no mundo antigo**. São Paulo: Vestígio, 2018.
- CASTRO, César. **História da biblioteconomia brasileira**. Brasília: Thesaurus, 2000.
- COOK, Terry. O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. In: HEYMANN, Luciana Quillet; NEDEL, Letícia. **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2018, p. 17-81.
- COOK, Terry. The archive(s) is foreign country: historians, archivists and the changing archival landscape. **The american archivist**, v. 74, 2011, p. 600-632.
- COSTA, Célia. O arquivo público do império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.14, n. 26, 2000, p. 217-231.

CUNHA, Murilo Bastos da. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008. xvi, 451, 23 cm. ISBN 9788585637354 (broch.).

FARIA, Maria Isabel. **Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico**. São Paulo: EdUSP, 2008. 761 p., il., 26 cm. Bibliografia: p.739-761. ISBN 9788531410550 (enc.).

FRAIZ, Priscila Moraes Varella. **Coleção em arquivos, museus e bibliotecas: uma abordagem arquivística**. Tese (Pós-Graduação em História Social), USP, 2005.

GRINGS, Luciana. **O leigo e a especialista: memórias da administração da Biblioteca Nacional nas décadas de 60 e 70**. Tese (Pós-Graduação em Memória Social), UNIRIO, 2018.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p. 5-27.

INTERNATIONAL COUNCIL OF ARCHIVES, 2022. Our history, our aim. Disponível em: <https://www.ica.org/en>

JUVÊNCIO, Carlos Henrique. **O mundaneum no Brasil: o serviço de bibliografia e documentação na Biblioteca Nacional e seu papel na implementação de uma rede de informações científicas**. Dissertação (Pós-graduação) - Faculdade de Ciência da Informação, UnB, 2016.

MANUAL de arranjo e descrição de arquivos. Associação de Arquivistas Holandeses. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley. 2ª edição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. *A arquivologia brasileira: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais*. 2. ed. ampl. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019.

MEGIANI, Ana Paula Torres. *Memória e conhecimento do mundo: coleções de objetos, impressos e manuscritos nas livrarias de Portugal e Espanha, séculos XV-XVIII*. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo. N. Ser., v. 17, n. 1., p. 155-171, jan/jun. 2009.

NESMITH, Relendo os arquivos: novas contextualidades para a teoria e práticas arquivística. In: HEYMANN, Luciana Quillet; NEDEL, Letícia. **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2018, p.155-175.

PEREZ, Eliane (org.). **Guia de coleções da divisão de manuscritos da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: FBN, 2018.

ROUYEYRE, Édouard. **Connaissances nécessaires à un bibliophile: accompagnées de notes critiques et de documents bibliographiques**. Paris: Ed. Rouveyre et G. Blond, 1899. 10 v.: il.; 21 cm. Localização: 005,003,001-010, Seção de Obras Raras, Fundação Biblioteca Nacional.

SÁ, Ivan Coelho de. As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em arquivologia, biblioteconomia e museologia. **Revista Acervo**, v. 26, n. 2, p. 31-58, jul./dez. 2013.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Administração pública, arquivos, e documentação no Brasil: a presença do Departamento Administrativo do Serviço Público nas décadas de 1930 a 1950. MARQUES, Angélica Alves da Cunha (org). **História da arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014.

SCHELL, Deise Cristina. Reunir documentos para escrever a história: as coleções de Pedro de Angelis na Buenos Aires do século XIX. **Revista Latino-americana de história**, v. 11, n. 27, jan/jul. 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2002.

SILVA, Margareht. O arquivo e o lugar: custódia arquivística e a responsabilidade pela proteção aos arquivos. Niterói: EDUFF, 2017.

SOUSA, Louise Gabler de. Entre a administração e a história: o lugar do Arquivo Público nos projetos de modernização do Estado na década de 1870. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, 2015

THIESEN, Icléia. Museus, arquivos e bibliotecas entre lugares de memória e espaços de produção de conhecimento. **MAST Colloquia**, v. 11, p. 61-82, 2009.

VATICAN, Agnès. Convergences et divergences entre archives et bibliothèques. **BBF**, 2011, n. 4, p. 16-20.

WARLICH, Beatriz Marques de Souza. **Reforma administrativa na era Vargas**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983.

WEITZEL, Simone. Origem e fundamentos do processo de desenvolvimento de coleções no Brasil: estudo de caso da Biblioteca Nacional. X ENANCIB, João Pessoa, Paraíba, 2009.

WERNECK, Heloísa Cabral da Rocha. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: projeto de reforma. Documentação biblioteconômica. Série 1ª – Fascículo 1. Sociedade Brasileira de Bibliotecários. Comissão de Organização e Administração. Rio de Janeiro, 1942.

FONTES DOCUMENTAIS

Anexo da Biblioteca Nacional (introdução e apresentação técnica), localização: 65,4,003 n°020, Coleção Biblioteca Nacional.

ANTE-PROJETO de regimento da Biblioteca Nacional. [S.l.: s. n.]. 10 p., Cópia.
Localização: Manuscritos - 65,4,002 n°013, coleção Biblioteca Nacional.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Decreto n° 20.629, de 09 de novembro de 1931.
Extingue as oficinas gráficas e de encadernação da Biblioteca Nacional.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Processo 006/75. Localização: 66,01,006 n°039.
Coleção Biblioteca Nacional.

BRASIL, Decreto n° 6.164, em 24 de março de 1876a. Reorganiza o Arquivo Público do Império BRASIL. Decreto n° 6.141, de 04 de março de 1876b. Reforma a Biblioteca Pública do Rio de Janeiro. BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

BRASIL. Decisão n. 191, de 13 de setembro de 1824. Aprova o Regimento Interno para a Biblioteca Imperial e Pública desta Corte. Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil, Rio de Janeiro, p. 135, 1886.

BRASIL. Decreto n° 16.167, de 24 de julho de 1944. Aprova o regimento da Biblioteca Nacional.

BRASIL. Decreto n° 20.673, de 17 de novembro de 1931. Restabelece na Biblioteca Nacional o curso de biblioteconomia e dá outras providências.

BRASIL. Decreto n° 23.508, de 28 de novembro de 1933. Modifica a seriação do curso de biblioteconomia e dá outras providências.

BRASIL. Decreto n° 48.108, de 13 de abril de 1960. Dispõe sobre funções gratificadas da biblioteca nacional do Rio de Janeiro, do Ministério da Educação.

BRASIL. Decreto n° 8.835, de 11 de julho de 1911. Aprova o regulamento da Biblioteca Nacional.

BRASIL. Decreto n°1.766, de 08 de agosto de 1894. Aprova o regulamento da Biblioteca Nacional.

BRASIL. Lei n° 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

BRASIL. Lei n° 496, de 01 de agosto de 1898. Define e garante os direitos autorais.
CABRAL, Alfredo do Vale. Esboço histórico. Anais da Biblioteca Nacional, v.11. Rio de Janeiro, 1885.

Documento sobre prédio anexo. Localização: 65,04,003 n°020. Coleção Biblioteca Nacional.

Documentos da presidência, relatórios anuais, caixa 10076, Arquivo Geral da Biblioteca Nacional.

ESTATUTOS da Real Biblioteca. Rio de Janeiro: [s. n.], 1821. 8p., Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss636313/mss636313.pdf. Acesso em: 12 nov. 2022.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (Brasil). Manoel Ferreira Lagos – informações. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/MFLagos.html>. Acesso em: 12 nov. 2022.

Inventário da coleção de manuscritos da Real Biblioteca, localização: 65,1,004 n°013.

MELLO, José Alexandre Teixeira de. Introdução ao Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Nacional, primeira parte, Manuscritos relativos ao Brasil. **Annais da Biblioteca Nacional**, v. 4, p. 6-12, 1877.

MELLO, José Alexandre Teixeira de. Relatório apresentado ao cidadão Dr. Epitácio Pessoa. **Annais da Biblioteca Nacional**, v.22, p. 239-281, 1900.

MONSERRAT, Camilo de. Carta participando ter acabado o trabalho de verificação da Biblioteca do senhor D. Pedro de Angelis e colocando-se a disposição para o que determinará a respeito dos livros da mesma biblioteca destinadas a passarem no arquivo da Secretaria de Estado dos Negócios Exteriores ou do Instituto Histórico [e Geografico Brasileiro]. [S.l.: s.n.], 03/03/1854. 1 p., Original. Localização: Manuscritos - 66,1,002 n°020

MONTE-MOR, Jannice. Reforma da Biblioteca Nacional. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.1 (1): 15-23, 1972.

Ofícios. Rio de Janeiro: [s.n.], 23/10/1822 - 01/02/1849. 424 doc. (241 f.), Original, 32,5x22,5 cm. Localização: Manuscritos - 70,3,006, coleção Biblioteca Nacional.

PAÇO, Antonio Jansen do. Relatório dos chefes da seção de impressos, manuscritos e do diretor da divisão de aquisições, ao diretor da Biblioteca Nacional, Manuel Cícero Peregrino da Silva. Localização: 46,01,026, coleção Biblioteca Nacional.

Processo 23099.170.490/84, Gabinete da Diretoria: Comissão de avaliação, seleção, triagem e destinação e documentos do arquivo da BN, Arquivo Geral, caixa 14415.

Processo n° 678/82, Arquivo Geral da Biblioteca Nacional, caixa 11589.

Processo n°0006/75, coleção Biblioteca Nacional, localização: 66,01,006 n°039.

Relatório anual de 1968, caixa: 10059, Arquivo Geral da Biblioteca Nacional.

Relatório da Seção de Manuscritos de 1937. Localização: 46,02,013.

Relatório da Seção de Manuscritos de 1938. Localização: 46,02,015.

Relatório da Seção de Manuscritos de 1939. Localização: 46,02,017.

Relatório da Seção de Manuscritos. Localização: 46,01,021. Coleção Biblioteca Nacional.

Relatório da Seção de Manuscritos. Localização: 46,01,055. Coleção Biblioteca Nacional.

Relatório da Secretaria da Biblioteca Nacional. Localização: 46,01,062. Coleção Biblioteca Nacional.

Relatório de diretoria da Biblioteca Nacional. **Annais da Biblioteca Nacional**, v. 21, 1889.

Relatório de diretoria da Biblioteca Nacional. **Annais da Biblioteca Nacional**, v. 22, 1890.

Relatório de diretoria da Biblioteca Nacional. Localização: 46,02,004. Coleção Biblioteca Nacional.

Relatório de diretoria da Biblioteca Nacional. Localização: 46,02,029. Coleção Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos/FBN.

Relatório de Ignez Agut da Silva sobre o arquivo, coleção Biblioteca Nacional, localização: 65,01,004 n°016

Relatórios das seções de Impressos, de Manuscritos, de Estampas e de Publicações Periódicas, assim como de um secretário e um inspetor técnico, referentes ao ano de 1924, ao diretor da Biblioteca Nacional, Mário Marinho de Carvalho Behring. Localização: 46,1,062 (III), coleção Biblioteca Nacional.

RODRIGUES, José Honório. Ofício ao diretor da Biblioteca Nacional, Rubens Borba Alves de Moraes, solicitando que se acrescente no Regimento da BN a catalogação e classificação das obras manuscritas, estampas e cartas cartográficas pela própria divisão de obras raras e publicações. [Rio de Janeiro]: [s.n.], 01/07/1946. 02 doc. (6 p.), Original. Localização: Manuscritos - 65,5,003 n°002

SILVA, Iuri Azevedo Lapa e. Sobre papéis, trajetórias e dádivas: a doação da coleção Ottoni para a Biblioteca Nacional. Tese de doutorado apresentada ao Programa da Pós Graduação da FGV, 2020.

SILVA, Manoel Cícero Peregrino da Silva. Relatório do diretor da Biblioteca Nacional. **Annais da Biblioteca Nacional**, v.23, 1901.

ANEXO

Anexo 1 - LISTA DE GESTÕES DE DIREÇÃO DA BIBLIOTECA NACIONAL

DATAS	NOME
1810-1821	Frei Gregório José Viegas
1810-1822	Padre Joaquim Dâmaso
1821-1825	Luís dos Santos Marrocos
1822-1831	Frei Antonio de Arrábida
1831-1833	Padre Felisberto Antonio Pereira Delgado
1837-1839	Cônego Francisco Vieira Goulart
1839	Cônego Antonio Fernandes da Silveira
1839-1846	Cônego Januário da Cunha Barbosa
1846-1853	José da Assis Alves Branco de Moniz Barreto
1852-1870	Frei Camilo de Monserrate
1870-1882	Benjamin Franklin Ramiz Galvão
1882-1889	João Saldanha da Gama
1889-1892	Francisco Leite Bittencourt Sampaio
1892-1894	Francisco Mendes da Rocha
1895	Raul Dávila Pompeia
1895-1900	José Alexandre Teixeira de Mello
1900-1924	Manoel Cícero Peregrino da Silva
1924-1932	Mario Marinho de Carvalho Behring
1932-1945	Rodolfo Augusto de Amorim Garcia
1945-1947	Rubens Borba de Moraes
1948-1951	Josué Montelo
1951-1956	Eugênio Gomes
1956-1960	Celso Ferreira da Cunha
1961-1971	Adonias Aguiar Filho
1971-1979	Jannice de Mello Monte-mor
1979-1982	Plínio Doyle Silva
1982-1984	Célia Ribeiro Zaher
1984-?	Maria Alice Giudicce Barroso Soares
1990-1996	Afonso Romano de Santanna

FONTE: A autora (2022).

Elaborado com base no Guia da Biblioteca Nacional, 1960.

